



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

James da Costa Batista

Da Lousa à Luta:
Organização, mobilização e luta dos professores
amazonenses na década de 1980

Manaus
Outubro de 2018



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

James da Costa Batista

Da Lousa à Luta:
Organização, mobilização e luta dos professores
amazonenses na década de 1980

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História

Orientador:
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Manaus
Outubro de 2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B333d Batista, James da Costa
Da Lousa à Luta : Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980 / James da Costa Batista. 2018
185 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazonas. 2. Professores. 3. Movimentos Sociais. 4. Memória.
I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

À Maria das Dores, minha mãe, uma das primeiras a acreditar e incentivar a luta através dos estudos;

À Priscylla Silva, minha esposa, amante, companheira, camarada e colega nos estudos históricos que não me abandonou quando eu pensei na desistência;

À Mendelssohn e Melissa, meus filhos, pela compreensão das diversas ausências que tive que causar.

Aos bravos companheiros professores do Amazonas que em 2018 enfrentaram mais uma vez o poder hegemônico em busca de melhores condições de vida e de educação e assim demonstraram que a categoria ainda vive em movimento.

*Se não morre aquele que escreve um livro
e planta uma árvore, com mais razão não
morre o educador que semeia vida e
escreve na alma.*

Bertolt Brecht

TERMO DE APROVAÇÃO

Esta dissertação foi defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História no dia trinta de outubro de 2018, sendo aprovada pela Banca Examinadora, assim constituída:

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(Presidente - UFAM)

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira
(Membro - UFRR)

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva
(Membro - UFAM)

RESUMO

A presente dissertação aborda o processo de organização, mobilização e luta dos professores da cidade de Manaus vinculados à Secretaria Estadual de Educação ao longo da década de 1980. O recorte cronológico estabelecido constitui-se em momento singular, em especial porque identificado com o final da ditadura civil-militar que se instaurou no Brasil em 1964 e, conseqüentemente, com o início do processo de abertura política e de redemocratização do país, sendo uma de suas maiores características o ascenso dos movimentos sociais, fruto da organização e da luta dos trabalhadores de diversas categorias. Um dos objetivos da pesquisa foi demonstrar como os professores da rede estadual de ensino de Manaus empreenderam seu processo de organização, mobilização e luta, e o quanto tais lutas estavam intimamente articuladas com o cenário político da época. Recorrendo a variada gama de registros (documentação sindical, matérias jornalísticas, entrevistas), a dissertação busca acompanhar e analisar esse processo de organização que, forjado na luta por direitos e por melhores condições de vida e trabalho, foi empreendido pelos professores amazonenses, tornando-os um dos mais importantes agentes políticos do contexto amazonense daquela década. Estruturada em três capítulos, a dissertação acompanha os momentos específicos da organização e da luta da categoria, dando ênfase nas jornadas reivindicatórias dos anos 1983 e 1985, no enfrentamento com as forças repressivas que levaram, em 1985, ao episódio da *“batalha do Igarapé de Manaus”*, e na atuação de suas lideranças na busca por debater e participar das mobilizações e pressões estabelecidas pelos trabalhadores em escala nacional visando influir no processo de redemocratização do país. Por fim, a dissertação aponta ainda para os dilemas e tensões que alcançaram a categoria no final da década de 1980 e que tiveram como pano de fundo o início da implementação de preceitos neoliberais, como o arrocho salarial, a desregulamentação da economia e a precarização do trabalho, fazendo refluir os movimentos de luta e resistência dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Professores; Trabalhadores em Educação; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The present dissertation approaches the organization process, mobilization and teacher's struggle in Manaus linked to State Secretary of Education throughout the 1980s. The chronological cutout established it is constituted in singular moment particularly because identified with the end of civil-military dictatorship that settled in Brazil in 1964 and, consequently, with the political opening process' beginning and the Brazil' re-democratization one of its greatest characteristics being the rise of social movements, fruit of different categories worker's organization and struggle. One point of the research was to demonstrate how the teachers of the state school of Manaus undertook their organization process, mobilization and struggle, and how much such struggles were intimately articulated with the political scene of the time. Using the varied range of records (union documents, journalistic matters, interviews) the dissertation seeks to accommodate and analyze this organization process that, forged in the fight for rights and for better conditions of life and work was undertaken by the amazonian teachers, making them one of the most important political agents of the Amazon context of the decade. Structured in three chapters, the dissertation accompanies the specific moments of the category's organization and fight emphasizing the claim days of 1983 and 1985, in the confrontation with repressive forces that led, in 1985, to the episode of "*Batalha do Igarapé de Manaus*" ("Battle of the Manaus Stream"), and in the performance of its leadership in the quest to debate and participate in the mobilization and pressures established by the workers on a national scale due to influence the process of Brazil' re-democratization. Finally, the dissertation points to the dilemma and tensions that reach the category in the late 1980s and which had as a background the beginning of the implementation of the neoliberal precepts, such as wage tightening, economy deregulation and the precaution of the job, flowing the movements of struggle and resistance of the workers.

Keywords: Teachers; Education Workers; Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Charge sobre Gilberto Mestrinho	52
Figura 2	Chamada para Assembleia Geral	79
Figura 3	1ª Assembleia Geral depois da deflagração da greve	89
Figura 4	Secretária de Educação Freida Bittencourt	92
Figura 5	Professores em greve de fome	102
Figura 6	Reunião dos professores com a Secretária Estadual de Educação	113
Figura 7	Reunião dos professores com o Vice-Governador	118
Figura 8	Capa do <i>Jornal do Comércio</i> sobre a greve	120
Figura 9	Aloysio Nogueira no comando da Assembleia Geral	121
Figura 10	Escola sem aula devido à greve	125
Figura 11	Ameaça do governo aos grevistas	126
Figuras 12 e 13	A Imprensa como porta-voz do poder	130
Figura 14	Pela Imprensa, o ataque aos grevistas	132
Figura 15	Fim da Greve de fome	137
Figura 16	“A Batalha do Igarapé de Manaus” na Imprensa I	163
Figura 17	“A Batalha do Igarapé de Manaus” na Imprensa II	164

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1	Ensino Pré-escolar no Amazonas, 1980-1984	72
Tabela 2	Ensino de 1º Grau no Amazonas, 1980-1984	73
Tabela 3	Ensino de 2º Grau no Amazonas, 1980-1984	75
Tabela 4	Salário dos Professores da SEDUC em junho de 1983	80
Gráfico 1	População do Amazonas, 1940-1980	70
Gráfico 2	Imigração para o Amazonas, 1950-1980	71
Gráfico 3	Evolução do INPC, 1980-1985	90

ABREVIATURAS

AI	Ato Institucional
APPAM	Associação Profissional dos Professores do Amazonas
APPM	Associação Profissional dos Professores de Manaus
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística
INPC	Índice Nacional do Preço ao Consumidor
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Cultura
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SESAU	Secretaria Estadual de Saúde
SINTEAM	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	13
<i>Considerações iniciais</i>	17
<i>Capítulo 1:</i>	
<i>Movimentos Sociais na redemocratização brasileira</i>	37
1.1. <i>A conjuntura política nacional</i>	37
1.2. <i>Reverberações da conjuntura política</i>	42
1.3. <i>O processo organizativo</i>	55
1.4. <i>A educação no Amazonas no contexto da abertura política</i>	68
<i>Capítulo 2:</i>	
<i>A campanha de 1983</i>	76
2.1. <i>Demandas, expectativas e estratégias do movimento docente</i>	76
2.2. <i>A greve: percursos, embates e conquistas</i>	88
2.3. <i>Repercussões do movimento na imprensa amazonense</i>	105
<i>Capítulo 3:</i>	
<i>A campanha de 1985 e outras mobilizações</i>	139
3.1. <i>Rememorando a luta</i>	139
3.2. <i>Dissidências e tensões na organização sindical</i>	166
3.3. <i>Os professores na luta pela democratização</i>	170
<i>Considerações finais</i>	176
<i>Referências</i>	179

AGRADECIMENTOS

Para quem experimentou conhecer as lembranças de outras pessoas, expor as suas memórias em forma de agradecimento é um ato ao mesmo tempo doloroso e feliz, pois a memória é seletiva e essa seleção pode deixar escapar pessoas ou momentos significantes.

Estas poucas linhas destinadas aos agradecimentos não seriam suficientes para descrever aqui as pessoas que de modo direto ou indireto fizeram parte desta caminhada de longos, atribulados e angustiantes (porém satisfatórios) dias. No entanto, existem aquelas que precisam ser citadas devido à importância ímpar que tiveram nesta trajetória.

Na vida todos nós temos que crer em algo ou alguém, eu creio em Deus que me deu principalmente forças para vencer a ansiedade, um dos vários obstáculos dessa caminhada, e me permitir chegar a este momento.

Senti na pele a premissa de que a família é a base de tudo. Foi ela que acreditou e me encorajou no decorrer de todo o Mestrado. Minha mãe, Maria das Dores, sempre fez o possível para que todos seus filhos estudassem, mesmo a vida não tivesse lhe permitido uma oportunidade igual, e, embora não compreendendo o sentido e importância de um Mestrado, foi ela a pessoa que sempre me motivou. Meus filhos, Mendelssohn e Melissa, tiveram que aguentar minha ausência por diversos momentos, mas sempre me apoiaram no que estava disponível a eles. Ainda falando sobre a família, eu não poderia deixar de citar minha esposa Priscylla Silva, a mulher que, em meio às dificuldades e limitações, sempre optou por me apoiar e a caminhar comigo até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, principalmente pela paciência com um pós-graduando inexperiente. O acesso às pesquisas sobre Movimentos Sociais na Amazônia (muitas orientadas por ele), me propiciou enxergar com mais clareza o objeto que estudo e pretendo continuar estudando: os professores. Muitas vezes, ao me perguntarem qual docente me orientava, pude ter a certeza do quanto este professor é respeitado e querido pela comunidade acadêmica, devido ser o grande historiador que é.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, especialmente: ao Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós, que me encorajou a empreender leituras thompsonianas em suas disciplinas; ao Prof. Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves, que esmerou-se em mostrar o quanto História e Literatura podem caminhar ombreadas e fazer um texto historiográfico ainda mais prazeroso de se ler; à Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva, por mostrar o qual importante e complexa é a História Oral e suas subjetividades. A ela sou também grato pelas sugestões e contribuições que formulou durante o Exame de Qualificação.

À Profa. Dra. Armindia Raquel Mourão Diederich, que além de colaborar com esta dissertação, me mostrou que a década de 1980 ainda tem muito fôlego para a pesquisa sobre a categoria dos professores. A felicidade por tê-la neste trabalho como entrevistada e como suporte para minhas reflexões, foi grande, em especial pela por ter sido (e continua a ser) um dos ícones do movimento docente no Amazonas.

À Profa. Dra. Eglê Bethânia Portela Wanzeler, da Universidade do Estado do Amazonas, que juntamente com a Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Silva, participou da Banca do Exame de Qualificação e, desta forma, auxiliou bastante com suas importantíssimas contribuições.

Quero registrar ainda um agradecimento aos meus professores da Graduação, que acabaram posteriormente se tornando amigos: ao Prof. Me. Hélio Dantas, que pelo tanto que me apoiou com incentivos e dicas historiográficas, não tenho como agradecer da maneira que merece; ao Prof. Me. Robeilton Gomes, pelas conversas sobre autores, pesquisas e pelo incentivo contínuo; ao Prof. Me. Brás Melgueiro, que me mostrou ser o professorado um objeto de estudo importante e que merecia ser enfrentado pela pesquisa histórica.

Ao SINTEAM, na pessoa de seu presidente, o Prof. Marcus Libório, meus agradecimentos, em especial por ter me aberto as portas do sindicato para esta pesquisa, me deixando ter acesso aos documentos ali disponíveis, e por ter me indicado companheiros que fizeram parte da história do movimento docente.

Ao Jaílson Soares, secretário do PPGH-UFAM, conhecido como o “*senhor dos documentos*”, por sempre estar disposto a ajudar os mestrandos, nos atualizando com as informações e prazos que precisávamos saber.

À Suzy Paula (amiguinha), por sempre estar presente em campo nas horas de agonia, e também nas horas de descontração. A amizade que transpassou o período da Graduação, suportou a dificuldade e a distância que o Mestrado proporcionou. Quando não pôde ajudar na prática, sempre me incentivou com sua palavra amiga.

À Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, representada por seus funcionários e colaboradores, por ter me franqueado o acesso aos periódicos amazonenses da década de 1980.

Um agradecimento especial vai para os entrevistados e importantíssimos colaboradores desta pesquisa, os professores Aloysio Nogueira de Melo, Arminda Raquel Mourão Diederich, João Ricardo Bessa Freire, Gerson Gonçalves Medeiros e Francisco Ferreira Lemos. Todos eles foram personagens valiosos durante a coleta de informações para esse trabalho, e em muito me ajudaram a expor o protagonismo docente no cenário político amazonense da década de 1980.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudo que me propiciou a participação em eventos, aquisição de livros e subsidiou minha pesquisa de campo.

À direção da Escola Estadual de Tempo Integral Danilo de Mattos Areosa, na pessoa de seu gestor, Prof. Júlio Higino, e da pedagoga Márcia Matos, que compreensivamente oportunizaram minha presença nas aulas do Mestrado e a realização da pesquisa de campo, sempre apoiando esta empreitada. Sou feliz por fazer parte daquela instituição que é protagonista na área da educação no Município de Novo Airão, localidade pequena e pacata, onde até mesmo a comunicação se faz com dificuldade. Buscando colaborar na construção de um futuro melhor e mais próspero para aquela cidade, os professores daquela escola não deixam de também serem guerreiros valorosos, militando especialmente através de sua prática docente, a garantir aos alunos e à comunidade um ensino de qualidade e voltado para a valorização da cidadania.

Aos meus colegas docentes e amigos: Prof. Sebastião Amazonas, pelas conversas sobre a experiência docente; Profa. Laura Belém, que se dispôs a ouvir minhas angústias da vida de pós-graduando; Prof. Gamaniel Pinheiro, que me ajudou muito com conselhos ortográficos e da docência; Prof. Mário Carmim, pelo incentivo e memória da educação em Novo Airão; Prof. Rinaldo Freitas, pelas lembranças do movimento docente na década de 1990, o que me fez perceber novas possibilidades.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma fizeram e deram alguma contribuição para essa pesquisa. A todos, serei eternamente grato.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O fato de ser filho de um professor aposentado e ex-hanseniano, me levou aos dois caminhos que percorro atualmente, o da docência e o da História. Por força de sua enfermidade, meu pai foi transferido, compulsoriamente, e ainda muito novo (aos 18 anos), do Juruá para a antiga Colônia de Hansenianos Antônio Aleixo, na Zona Leste de Manaus. Após alguns anos, passou ali a exercer diversos cargos administrativos na esperança de sobreviver à nova realidade a qual foi inserido. Foi delegado e por fim professor dos filhos dos hansenianos, profissão na qual se aposentou. Algumas vezes tive oportunidade de acompanhá-lo em suas aulas e observá-lo ensinando para crianças, muitas delas menores de cinco anos de idade.

Em minha infância, não compreendia o porquê do preconceito com relação àquele bairro, nem o seu imenso afastamento geográfico do restante da cidade de Manaus. Tal incompreensão me perseguiu até o início de minha Graduação, quando passei a compreender a complexidade do tratamento dado àquela doença até a década de 1980, quando então houve a transformação da *colônia* em *bairro* de Manaus. O preconceito que sempre percebi se fez mais forte e latente a partir de 1996, quando precisei sair das dependências do bairro para cursar o Segundo Grau na Escola Técnica Federal do Amazonas. Como referi, esta inquietação começou a ser melhor respondida no ano de 2012, quando ingressei na Universidade Nilton Lins, no curso de Licenciatura em História, onde interessei-me pelos Movimentos Sociais, enfatizando as lutas e conquistas por melhores condições de vida e trabalho e pela construção, ampliação, defesa e/ou consolidação de direitos sociais.

Em paralelo às aulas, para mim, naquele momento, ainda havia a vontade de retomar uma questão sensível que me acompanhava desde a infância: a Hanseníase. Queria compreender a trajetória de meu pai, ante a ação (ou inação!) do Estado, e o peso do preconceito e do estigma que sobre ele recaía, visíveis, por exemplo, nos momentos em que tentava afastar os familiares para evitar contaminação. Esse sentimento – que particularmente ainda hoje permeia meus pensamentos – de pesquisar questões sociais relacionadas à Hanseníase foi sendo substituído por um interesse bastante diferenciado, o de pesquisar a Ditadura Militar. Me incomodava a concepção, ainda corrente, de que no Amazonas nada ou quase nada havia acontecido naquele período. Na formação para a docência, algo me inquietava: Como

os professores, enquanto profissionais formadores de opinião e portadores de conhecimento crítico, transitaram pela política durante o período ditatorial?

Tais inquietações, assim colocadas, acabaram por me fazer decidir sobre um dos pontos que iria pesquisar na graduação: os professores.

Como se verá adiante, esta dissertação volta-se para a compreensão e análise do movimento político sindical dos professores da rede pública estadual do Amazonas ao longo da década de 1980, momento em que a vida política brasileira passava por uma importante transição, saindo de duas décadas de ditadura civil-militar em direção à redemocratização do país. Com a abertura política iniciada timidamente nos últimos anos da década de 1970 – a lei de anistia é de 1979! – voltaram ao cenário político brasileiro não apenas expoentes da luta democrática então animada pelo campo da esquerda no Brasil – muitos dos quais, antigos militantes da luta armada que se seguiu ao golpe de 1964 –, como também um conjunto de políticos tradicionais e de perfil conservador que haviam sido cassados pelo regime militar, não necessariamente por seus vínculos ideológicos, mas sob a alegação de desmandos administrativos e corrupção. Esse foi o caso de Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, político de perfil populista, que já havia governado o Estado do Amazonas entre os anos de 1959 e 1963, e que foi cassado em 9 de abril de 1964, com base no Ato Institucional nº 1.¹

Ainda no bojo da abertura política e do conseqüente enfraquecimento do regime militar, iniciou-se uma onda de movimentos sociais, dentre os quais destacaram-se as greves do ABC paulista nos anos de 1978-79. Sob sua inspiração, diversos movimentos reivindicatórios foram impulsionados em diversas partes do país. Este foi o caso do movimento dos professores da educação básica – primeiro e segundo graus – da rede pública estadual amazonense. Embora seu processo de organização sindical tenha sido lento e se arrastasse por toda a década de 1980, já no início daquela década, havia conseguido entabular uma grande mobilização da categoria, inclusive deflagrando greves vitoriosas. Visto em seu conjunto, a organização e a luta sindical dos professores resultou num processo bastante

¹ Como resultado das eleições estaduais de 1959 Gilberto Mestrinho cortou laços políticos com Plínio Ramos Coelho. No entanto, em 1962, no contexto de novas eleições estaduais, e contando com o apoio do então Presidente João Goulart, Mestrinho reatou relações com Plínio Coelho, integrando, assim, regionalmente, o grupo de Jango. Por conta do Golpe de Estado que aconteceu em dia 31 de março de 1964, vários nomes da política nacional ligados direta ou indiretamente a Jango (Mestrinho entre eles) foram expurgados através do Ato Institucional nº 1, o AI-1.

complexo e tumultuado, prenhe de avanços e reveses conjunturais que pretendemos analisar.

Embora nosso olhar incida mais diretamente para o conjunto da década de 1980, foi nossa pretensão dar destaque para os momentos de maior tensão desse processo de organização, mobilização e de luta sindical e democrática. Em especial três momentos se destacaram naquela conjuntura, sendo o primeiro deles o movimento grevista de 1983, marcante por sua mobilização, abrangência e pelos ganhos inequívocos em termos salariais e melhoria das condições de trabalho nas escolas. O segundo momento foi, sem sombra de dúvida, o mais crítico, e foi constituído pela campanha salarial (piso salarial e por eleições diretas para diretor das escolas, dentre outras demandas) de abril de 1985. Como se verá, a causa primária da mobilização naquele ano foi a pressão para que as melhorias conquistadas na greve de 1983 fossem efetivamente implementadas. Organizando assembleias e manifestações públicas, a campanha atingiu um ponto máximo de confronto, quando em 29 de abril uma passeata em direção ao Palácio Rio Negro, sede do Governo do Estado, foi violentamente reprimida pelas forças policiais, à mando do Governador Gilberto Mestrinho, num episódio que acabou sendo consagrado na memória social da cidade como “a batalha do Igarapé de Manaus”.² Mesmo não tendo sido um dos entrevistados, nos utilizaremos da memória do Professor José Ribamar Bessa Freire, sobre a mobilização deste ano, através de crônicas publicadas em um periódico manauara. Partícipe do movimento dos professores amazonenses na década analisada, José Ribamar Bessa Freire nos possibilita algumas das plurais visões do movimento, além de contextualizá-lo com a Greve de 2018.³

O terceiro e último momento foi o que seguiu até 1988 e que tratava dos dilemas e tensões da reorganização sindical da categoria em meio as mobilizações e debates que então estavam voltados para consagrar no texto constitucional

² O termo consagrou-se a partir de crônica do mesmo nome publicada num importante jornal da cidade pelo jornalista e historiador José Ribamar Bessa Freire. O texto integral foi posteriormente republicado em: FREIRE, José Ribamar Bessa. “A Batalha do Igarapé de Manaus”. In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 43-46.

³ “Domingo da Ressureição: a greve de professores”, outra crônica de José Ribamar Bessa Freire, publicada em 01 de março de 2018. Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1389-domingo-da-ressureicao-greve-de-professores-no-amazonas>. Acessado em 18 de novembro de 2018.

demandas democráticas, trabalhistas e sindicais encaminhadas pelos diversos movimentos sociais.

Tais preocupações podem ser mais pontualmente definidas pelos objetivos que a seguir passamos a descrever. De forma geral, esta dissertação pretendeu investigar e analisar o movimento político sindical dos professores da rede pública estadual de ensino – então 1º e 2º graus – ao longo da década de 1980, em Manaus. Mais especificamente, pretendeu analisar o processo de organização sindical dos professores da rede pública estadual, desde sua estruturação na Associação Profissional dos Professores de Manaus (APPM), até a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM), com ênfase no período recortado pela pesquisa. Interessou-nos investigar a composição do movimento, tanto em sua base quanto em sua cúpula dirigente, destacando os dilemas e entraves iniciais do processo associativo.

Também foi nosso objeto de análise a *Campanha de 1983*, identificando ali as estratégias de mobilização e discussão entabuladas pelo movimento; as demandas levantadas pelos docentes em termos de salários e melhorias nas condições de trabalho, além de um balanço das conquistas alcançadas naquela ocasião. Neste contexto, foi importante perceber não apenas as expectativas e avaliações produzidas pelos professores no interior da luta, mas também identificar posições de aproximação e/ou distanciamento de importantes instituições com as quais o movimento dialogava ou buscava dialogar, o que incluiu o segmento político local, constituído por outras associações sindicais, vereadores e deputados (estaduais e federais), além da imprensa do período.

A chamada *Batalha do Igarapé de Manaus*, por sua importância à época e por configurar-se ainda hoje como dimensão simbólica importante para a luta contemporânea do professorado amazonense, também foi investigada e analisada, buscando-se a compreensão dos móveis da *campanha de 1985*, suas estratégias de mobilização e de luta e, em especial, uma análise do confronto ocorrido no dia 29 de abril daquele ano. Como e porque o governo do Estado optou pelo fim das negociações e pelo uso da força militar foi algo que tentamos inquirir e analisar na pesquisa, da mesma forma que também nos propusemos a perceber e discutir a reação posterior do movimento docente e a reverberação do conflito pela imprensa e pela sociedade amazonense.

Por fim, foi também nossa intenção analisar os desdobramentos da organização sindical dos professores no momento de debates e discussões que estruturavam a construção de uma nova constituição para o país – a Constituição de 1988 –, vendo ali um campo aberto por onde os movimentos sociais em geral, e o dos professores, em particular, buscaram estabelecer direitos e garantias sociais e trabalhistas, a partir de suas lutas em prol da democracia no país.

*

Uma vez definido o objeto da pesquisa em suas múltiplas dimensões (temática, cronológica e espacial), impunha-se pensar perspectivas de abordagens teóricas e metodológicas que pudessem facilitar o processo de investigação, de análise e de interpretação. Uma dessas perspectivas foi a da História Social do Trabalho, já consagrada nos estudos históricos brasileiros e amplamente difundida por instituições acadêmicas e entidades científicas do país, além de congregarem centenas de historiadores em um dos grupos de trabalho – o GT Mundos do Trabalho – vinculados à Associação Nacional de História.

Convém lembrar que essa perspectiva teórica – a História Social do Trabalho – vivenciou uma dinâmica de altos e baixos, até sua atual consagração e institucionalização, e como nosso objeto de estudo, teve na década de 1980 seu período de maior dinamicidade, para depois refluir com a emergência de uma crise associada às políticas neoliberais e seus impactos na academia brasileira.⁴

Superada a crise que a envolveu desde final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, as produções acadêmicas sobre trabalhadores passaram a ganhar cada vez mais espaço no cenário nacional. O mais importante é que esse aumento nas produções acadêmicas referente à História Social do Trabalho, apresentaram mudanças qualitativas, traduzidas na *“ampliação do leque temático, dos limites*

⁴ A crise do chamado “Socialismo real”, com a queda do muro de Berlim, uma suposta perda de centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e as mudanças ocorridas no campo disciplinar, abrindo-se para novas temáticas e perspectivas, teriam sido as causas centrais dessa crise. Contudo, Claudio Batalha salienta que essa crise nos estudos da História do Trabalho, embora bastante alardeada, não se efetivou concretamente, já que muitos indicadores do período (publicações, dissertações e teses defendidas) mostram, inclusive, o fortalecimento deste campo no Brasil. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 152-154.

*cronológicos, da própria noção de história do trabalho e uma maior diversidade nos recortes geográficos”.*⁵

Embora tenha ocorrido esse aumento, a história do trabalho ainda teve que superar o problema da forte concentração da produção acadêmica principalmente no eixo Rio-São Paulo, de onde projetavam-se como modelares. Com efeito, essas pesquisas que se projetavam a partir da região sudeste do país, acabavam ganhando *status de nacionais*. Assim, para Silvia Petersen

...houve uma tendência dos autores estenderem ao “Brasil” o que na verdade correspondeu ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global.⁶

Afastando-se deste modelo de história do trabalho ligado aos estudos paulistas e cariocas, e consciente de que “*a redução da história do trabalho ao operariado fabril era inaceitável*”⁷, outros temas, questões e categorias socio-profissionais passaram a ganhar relevância. Foi tentando dialogar com tais perspectivas que propusemos um estudo direcionado ao movimento político de uma parcela do funcionalismo público amazonense: os professores.

Mobilizações e greves de docentes foram muito pouco discutidas e exploradas na historiografia regional e, portanto, havia uma necessidade em se analisar esta categoria específica, pelo viés dos movimentos sociais contemporâneos⁸, principalmente procurando entender como se construiu e se dinamizou o movimento dos professores de Manaus na década de 1980. Esses movimentos sociais surgiram num momento conturbado da história nacional onde diversos grupos sociais e categorias socio profissionais buscavam alargar as

⁵ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. História do Trabalho: um olhar sobre os anos 90. *História*. São Paulo, nº 21, 2002, p. 73-87.

⁶ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, p. 129-153, 1995.

⁷ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, nº 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006, p. 89.

⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

dimensões da cidadania no Brasil⁹, lutando por melhorias, fossem elas no âmbito social, político ou econômico.¹⁰

Partindo de tais perspectivas, a greve passou a ser entendida como “o instrumento principal de luta, porque uma das únicas armas de que [o operariado] dispõe é justamente a paralisação do trabalho”¹¹. Mas a greve, ponto alto do processo de luta política dos trabalhadores, precisa ser compreendida mais como ponto de chegada do que de partida. Em geral, ela se materializa quando se veem esgotadas outras instâncias da luta política e sindical. Em Manaus, como adiante se verá, foi com as sistemáticas negativas de negociação salarial por parte dos governos estaduais da época, que os professores manauaras passaram a mobilizar-se para a preparação da luta sindical e para a deflagração da greve. Da mesma forma, embora a mobilização e a luta dos professores manauaras tenham chegado ao seu ápice no ano de 1985, momento do confronto violento com a polícia militar, ela vinha de um lento e menos ruidoso movimento de discussão, organização e mobilização da categoria, que não pode ser obscurecido.

Não sendo um fenômeno local, movimentos de docentes ganharam maior expressão no Brasil no momento da abertura política e da redemocratização do país, dando maior visibilidade à categoria dos professores como um novo e importante ator político, o que passou a atrair a atenção de pesquisadores acadêmicos em diversas universidades e centros de pesquisa de todo o país, produzindo, em nosso campo disciplinar, uma produção historiográfica que, embora ainda pequena, é bastante consistente e instigante.¹² Sobre o movimento de professores no contexto

⁹ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

¹⁰ TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 7.

¹² Apenas à título de exemplo, ver: ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho docente e proletarização. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 36, p. 25-37, dez. 2009; BULHÕES, Maria da Graça, ABREU, Mariza. *A Luta dos professores gaúchos, 1979/1991: O difícil aprendizado da democracia*. 1ª ed. São Paulo: Editora L&PM, 1992; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. *Movimentos docentes no Rio Grande do Sul: a longa greve de 1985 e as sinetas na praça pública*. *Revista mundos do trabalho*. Vol. 8, nº 16, julho/dezembro de 2016, p. 167-186; ZIENTARSKI, Clarice. Os movimentos dos professores brasileiros e os caminhos da democratização da Educação. In: *Anais do III Congresso interamericano de Política e Administração da Educação*, 2009, Vitória, Cadernos ANPAE, 2009.

manauara, já existem algumas pesquisas desenvolvidas e publicadas, sendo uma das mais importantes a realizada por Arminda Raquel Mourão Diederichs, fruto de sua Dissertação de Mestrado, defendida em 1990¹³. Importante, o trabalho da pesquisadora traz a característica de estar voltado mais para análise do processo de atuação sindical dos professores numa *visão de conjunto* que envolve os anos entre 1979 e 1990, o que significou, para nós, a possibilidade para empreender outras pesquisas, desta vez mais voltadas para *momentos específicos* daquela conjuntura, analisando, como aqui pretendemos, as campanhas e paralisações dos professores manauaras, como as ocorridas em 1983 e 1985.

Para a análise da organização dos professores foi também importante buscar visões mais plurais, contemplando não apenas a fala de lideranças do movimento sindical, como também visões externas à linha de frente e/ou ao comando do movimento docente. Assim, professores que acompanharam o movimento como simples participantes, políticos do legislativo estadual e municipal, ou ainda profissionais dos órgãos de imprensa, configuram-se também em atores sociais importantes, já que igualmente capazes de compreender, formar opinião e atuar naquele processo, sendo, portanto, também capazes de contribuir para a elucidação dos eventos.

Cabe apresentar aqui alguns questionamentos importantes que nos levaram na direção da pesquisa sobre o tema proposto. Em primeiro lugar, levei em consideração a complexidade do cenário político brasileiro da época, então passando por uma transição de uma ditadura civil-militar inaugurada em 1964, para um governo civil, então autoproclamado de *Nova República*. Diante desse quadro, a violência desmedida da repressão ao movimento dos professores amazonenses na mobilização de 1985 nos parecia descabida e deslocada, já que na contramão de um processo de mudança que estava em marcha e que sinalizava levar o país à redemocratização. Desta forma, a possibilidade de um enfrentamento com a força policial do Estado, tal como ocorreu em 1985, nos parecia uma hipótese improvável, tendo em vista que, ao assim proceder, o governo estadual retomava práticas repressivas amplamente associadas ao regime ditatorial que se buscava superar.¹⁴

¹³ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores de 1ª e 2ª Graus: Uma análise crítica*. Manaus: EDUA, 1997.

¹⁴ A ideia de *Nova República* construída a partir do fim da Ditadura Civil Militar, carece de ponderação, já que o termo “novo” é, obviamente, um rótulo exagerado. Exemplo maior é o fato de

Em segundo lugar, havia um entendimento à época, que a mobilização e a luta dos professores no início da década de 1980 e, em especial após a greve por eles entabulada em 1983¹⁵, quando obtiveram vitórias salariais e a conquista de direitos para a categoria, indicava uma tendência de avanço do movimento docente com a obtenção de novas vitórias nos embates com o governo estadual. Mas, como se verá, não exatamente isso que se viu a partir de 1985.

Numa primeira pesquisa, ainda durante a Graduação em História, conseguimos esboçar um quadro geral da atuação da categoria dos professores na década de 1970, quando então nos deparamos com referências à organização de uma entidade que então representava os docentes – a Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM) – e, em conversas com professores mais antigos que vivenciaram aquele momento, pude saber que em 1985 os professores se organizaram e foram para o enfrentamento político com o governo estadual. Essa informação nos deixou satisfeitos, pois, não aceitávamos que a categoria da qual fazíamos parte, nunca tivesse se mobilizado em busca de melhorias.

Para o ingresso no Mestrado decidimos continuar a investigar a ação política dos professores amazonenses, só que, desta vez, abordando a década seguinte, a de 1980, momento de grande efervescência política e sindical não apenas no Amazonas, como também em todo o país. Com efeito, o fim da ditadura e o início do processo de redemocratização nacional, foi o cenário de várias greves, de diferentes categorias espalhadas pelo Brasil. O movimento dos trabalhadores, que havia ficado apático no período ditatorial brasileiro (1964-1985) por falta de espaço para as ações de mobilizações e luta reivindicatória, experimentou no fim da década de 1970, um momento de retomada das ações de luta em prol dos interesses dos trabalhadores¹⁶. No cenário político que estava se criando naquele período de transição da ditadura para a democracia, o movimento dos trabalhadores acabou interferindo nas novas relações, pois, dentro desses acordos, essa massa não estava inserida. Para Marco Aurélio Santana,

que, neste “novo” cenário, são figuras tradicionais da política, como Tancredo Neves, que ganham relevância. Com efeito, Neves que inicia sua vida política na década de 1930, ingressando no Partido Social Democrata (PSD) em 1947 e ainda em 1953 foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo de Getúlio Vargas até seu suicídio em 1954. Transitou politicamente pelos governos seguintes, até no período ditatorial militar, onde atuou no MDB. Em 1985, foi, finalmente, eleito indiretamente para presidência do país.

¹⁵ Cf. DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit.

¹⁶ As greves mais importantes foram as do ABC paulista no fim da década de 1970 e início de 1980.

Após a Greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que consolida e amplia com as greves metalúrgicas em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores, etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil no período.¹⁷

No Amazonas não foi diferente dos outros locais do país e, desta forma, a década de 1980 no Estado e, em especial, em sua capital, Manaus, foi prenhe de mobilizações, protestos e lutas sindicais, como atestam os trabalhos de Célia Santiago e Milton Melo.¹⁸

Muitas das pesquisas desenvolvidas fora do Estado e relacionadas a outras categorias, foram importantes para nós por chamar a atenção de questões que, embora relevantes, muitas vezes deixavam de ser percebidas e/ou analisadas adequadamente. Um bom exemplo nos vem do estudo de Clarice Speranza que, através de processos trabalhistas expôs a luta dos mineiros em busca de melhorias. A autora nos mostra como, desde o início do processo de organização daquela categoria de trabalhadores, já se materializavam importantes divisões entre os trabalhadores. Com efeito, ali havia os que aceitavam esperar mais, os que acreditavam numa saída jurídica, e os que queriam uma mobilização imediata por achar “vergonhoso” ter que se recorrer à Justiça do Trabalho, para se fazer cumprir um direito já adquirido.¹⁹ Dessa forma, a autora aponta um postulado importante que jogou luz na pesquisa que aqui desenvolvemos: a falácia da unidade no interior dos movimentos sindicais brasileiros.

Com efeito, os movimentos sociais são plurais, já que em suas composições atuam diferenciações de diversas ordens (nacionalidade, gênero, etnia, condição socioeconômica, religião, etc.) que podiam fazer emergir contradições importantes e mesmo limitadoras para uma clara identificação de demandas e para o avanço das ações políticas e organizacionais.

¹⁷ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4, p. 289.

¹⁸ SANTIAGO, Célia. *Clandestinidade nas linhas de montagem: a greve dos metalúrgicos de Manaus (1985)*. Manaus: EDUA, 2015; REIS FILHO, Milton Melo dos. *A saga dos operários em Manaus – 1980*. Manaus: EDUA, 2013.

¹⁹ SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014.

Como se verá adiante, tanto os autores compulsados por nós, quanto os colaboradores das entrevistas que conseguimos realizar, foram unânimes em apontar que o movimento dos professores amazonenses sempre foi, desde seus primórdios, crivado de contradições, conflitos e dissidências internas e que tais tensões se materializaram com muita força nos movimentos e campanhas por eles entabuladas na década de 1980. Daí emergir outra inquietação: quais eram essas dissidências dentro do movimento dos professores e sobre o que divergiam, além das já aferidas disputas pelo poder e controle das organizações sindicais?

Sem querer antecipar conclusões, os relatos dos primeiros entrevistados e as notícias que compulsamos em periódicos locais, parecem indicar como uma questão bastante problemática à época, eventuais ligações das diretorias da associação com partidos políticos, em especial com o Partido dos Trabalhadores, então recém organizado no Brasil e no Amazonas. Posicionando-se num viés partidário conservador (e até mesmo antagônico), o governo estadual, embora nem sempre de forma explícita, sempre buscou intervir no movimento a partir de dentro, fomentando a criação e a ação de lideranças dissidentes.

Os movimentos sociais embora perpassem algumas vezes pela busca por melhorias salariais, quase sempre agregam, no bojo de seu enfrentamento, a garantia ou a conquista de direitos básicos que possibilitem uma condição de vida e trabalho melhor e mais digna. Assim, temas como jornada de trabalho, moradia, saúde e alimentação estarão sempre subjacentes àquelas demandas, quando não aparecem na linha de frente do protesto social, apenas para lembrar o clássico estudo dos motins da plebe, analisados por Edward Thompson para o contexto inglês de fins do século XVIII.²⁰

²⁰ THOMPSON, Edward Palmer. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 154. Com efeito, paralizações por melhorias nas condições alimentícias de longa data faziam parte no cotidiano inglês. Os "motins da fome", como designavam erroneamente até mesmo historiadores do porte de Eric Hobsbawm e George Rudé, aconteciam por uma combinação bem mais complexa de fatores, conforme sustentou Thompson. Entre tais fatores estavam, por exemplo, o desemprego, a elevação dos preços praticados por comerciantes de grãos e moleiros, além de um vívido desejo dos populares de *controlar os preços* dos gêneros alimentícios e, dessa forma, obstaculizar os processos de desregulamentação da economia inglesa, então em desenvolvimento. Sobre as posições anteriores, conferir: HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970; RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Essas ações de radicalização e de enfrentamento levadas à cabo pelos trabalhadores é explicada por Eric Hobsbawm e Joan Scott através do movimento de artífices (sapateiros) ingleses do século XIX, que organizavam greves e movimentos revolucionários. Para os autores, tais movimentos costumavam incorporar três características centrais: “...uma reputação ligada a ação militante em movimentos de protestos sociais, ...uma reputação ligada aos movimentos políticos de esquerda [e] ...uma reputação do que poderia se chamar de ideólogos do povo”.²¹

É óbvio que os processos de organização e de luta dos trabalhadores estudado por Hobsbawm e Scott é em tudo diferenciado daquele desenvolvido pelos docentes amazonenses na década de 1980. No entanto, nos perguntamos, à título de hipótese, se a categoria de trabalhadores amazonense, pelas informações que recebia e pelas relações que mantinha com outros trabalhadores de fora do Estado naquele conturbado contexto político de fins do século XX, também não incorporaram, em seu ideário e em suas práticas, as *tradições* da luta e da resistência da classe trabalhadora, pensada em suas dimensões universais. Não se trata aqui, necessariamente, de tradições já estabelecidas e/ou consagradas, mas sim de tradições *em formação e construção*, no sentido proposto por Eric Hobsbawm e Terence Ranger²², em que a evocação das lutas do passado, efetivas ou idealizadas, serviam, muitas vezes, como fator legitimar para a ação.

A definição de nosso tema, estando inserida num recorte cronológico relativamente recente, e por tratar de um processo, até certo ponto inconcluso – a organização sindical dos professores – estabelece ainda um diálogo com outra perspectiva teórica que tem ganhado, cada vez mais, relevância e visibilidade no interior dos estudos históricos, qual seja, a *História do tempo presente*, “já que ela trabalha essencialmente com temas imediatos”²³, alcançados, muitas vezes, pela própria vivência e prática do historiador que os investiga e analisa, ou como sustentam Lucília Delgado e Marieta de Moraes Ferreira

A delimitação do campo constitutivo atual e o recorte temporal contemporâneo são características fundamentais da história do tempo presente. O que diferencia a história do tempo presente das temáticas históricas longitudinais é a proximidade dos historiadores em relação aos

²¹ HOBBSAWM, Eric; SCOTT, Joan. “Sapateiros politizados”. In: HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 150-1.

²² HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²³ BERTONHA, João Fábio. Problemas e questões da História do Tempo Presente. *Cadernos de História* (UFOP. Mariana, v. 7, p. 8-13, 2012.

acontecimentos, pois são praticamente contemporâneos de seus objetos de estudo.²⁴

No século XIX, acreditava-se que só na distância temporal poderia se usar a criticidade, ou seja, “quando não mais existisse testemunhos vivos dos mundos estudados”²⁵ e quando os vínculos entre a vivência do historiador e os eventos a serem estudados não guardassem relação direta. Assim, a análise do historiador só poderia acontecer se houvessem arquivos sobre o tema pesquisado e uma densidade de tempo larga o suficiente para apartar com clareza e segurança – de “objetividade” – o historiador de seu objeto.

No século XX, a partir da influência da Escola dos Annales, pensou-se que a aproximação do historiador com a análise de um tempo mais recente, poderia identificar o trabalho do historiador à um mero relato jornalístico. Tratava-se, portanto, um objeto de estudo problemático.²⁶ Por conseguinte, o termo *História do tempo presente* ganhou força apenas após a Segunda Guerra Mundial, com os debates sobre a *memória* que fortaleceram a análise de uma história mais recente, afastando a obrigação do historiador de reportasse sempre a um passado mais distante.²⁷

No plano do método, a dissertação buscou apoiar-se – não exclusivamente – nos aportes da *História Oral*, entendida, portanto, como uma metodologia, uma forma específica de abordar questões de relevância histórica. Neste contexto, entendemos que as fontes utilizadas neste caso são fontes orais, singulares por serem, em boa medida, fontes construídas pelo historiador e por seus colaboradores, já que estes, acionando a memória dos eventos investigados pelo historiador, concedem entrevistas e depoimentos sobre os temas.

Estas fontes, contemplam doses consideráveis de subjetividades e nos possibilitam “ouvir” – mais do que “dar voz”, como tradicionalmente se diz – um grupo social não hegemônico, os professores, que por muito tempo foi relegado, esquecido e silenciado por uma escrita tradicional da história. Como menciona Alessandro Portelli, se é correto que a “*história das classes dominantes que têm tido*

²⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 8.

²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, nº 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. p. 2.

²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente..., Op. cit., p. 6.

²⁷ Idem, p. 8-9.

controle sobre a escrita... [deixou] atrás de si um registro escrito muito abundante"²⁸, é igualmente correto reconhecer que ela pouco diz sobre a existência dos subalternos.

Cientes de que a fonte oral não pode, nem deve ser tratada como *alternativa* ou *substituta* dos registros documentais escritos, ali onde estes não existam²⁹, ela se torna mais relevante, todavia, nestes momentos de escassez documental. No caso do movimento dos professores, essa carência de registros documentais de diversas ordens é real e precisa ser enfrentada tanto pelo recurso à arquivos e centros de documentação, quanto pelo emprego da História Oral, oportunizando sua capacidade de criar novos e importantes bancos de dados sobre eventos do passado recente.

Também utilizamos como base teórico-metodológica para o manuseio da História Oral os postulados apresentados por Verena Alberti, cujos trabalhos foram de vital importância para, por exemplo, procedermos a identificação e escolha dos entrevistados, assim como também do tipo de entrevistas a serem desenvolvidas³⁰. Já o processo de gravação e transcrição para posterior a análise das fontes orais, foram auxiliados pelas proposições encaminhadas por Alessandro Portelli³¹, enquanto a abordagem de Antônio Torres Montenegro auxiliou na compreensão dos "relatos memorialísticos" dos entrevistados³², dentro de um recorte próximo ao desta pesquisa, tendo em vista que suas análises transitam no período anterior e posterior ao Regime Militar. Por se tratar de um texto contemporâneo ao recorte proposto e também por colaborar com a análise das fontes orais, foi utilizada a Tese de Doutorado de Patrícia Rodrigues Silva, que partilha do entendimento de que as

²⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, nº 14, fev. 1997, p. 13.

²⁹ Neste sentido, Regina Guimarães argumenta que "é importante dizer que não se trata de fazer 'história oral' em oposição ao domínio escriturístico moderno; isto é, contrapor escritura *versus* oralidade, mas sim de refletir acerca de um tipo especial de fonte, sem entendê-la como registro do que já está posto, no sentido de expressão outra realidade, de pertencer a ela, o que pode atingir por meio de métodos adequados". GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, Robson *et al.* *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife, EDUFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 16-7.

³⁰ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011; ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

³¹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente..., Op. cit..

³² MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

“fontes orais possibilitam um alargamento no entendimento dos sujeitos, permitindo, inclusive um questionamento de outros materiais...”.³³

A partir do uso da fonte oral, buscamos a colaboração de professores participantes que atuavam no magistério amazonense nos anos 1980 e que, de uma forma ou de outra, participaram das campanhas salariais, passeatas, greves e paralisações daquele período. O objetivo foi compor, a partir de suas colaborações, um quadro mais amplo possível sobre o tema de nossa pesquisa, destacando os dilemas organizacionais da categoria, suas estratégias de mobilização, suas principais demandas e reivindicações e a organização política do movimento, incluindo-se ainda suas dissidências. A construção das greves pela categoria também foram objeto dos questionamentos formulados aos entrevistados.

A escolha dos entrevistados se fez buscando aqueles cuja participação foi mais efetiva no movimento. Ou seja, recorreremos àqueles “que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram”³⁴ da mobilização, o que não significa, necessariamente, que tenham assumido à época, papéis de liderança ou destaque no interior do movimento.

Na prática, a escolha dos entrevistados trouxe uma reflexão aperfeiçoada da dificuldade em se ter o professorado como objeto de pesquisa. As diversas tentativas em inserir certos nomes do movimento dos professores manauaras, demonstraram a falta de percepção da importância da história pela própria categoria. De quinze nomes para entrevistar, somente seis aceitaram participar da pesquisa, e destes, a característica comum era a participação em partidos políticos e/ou o envolvimento em movimentos sociais de diferentes categorias. Através da experiência de Antônio Montenegro³⁵, podemos perceber que a dificuldade em agregar pessoas a uma pesquisa que envolva entrevista, infelizmente, é bastante comum.

No processo de entrevistas faz-se necessário entender que a relação entre os envolvidos (entrevistado-entrevistador) é uma relação de duplo sentido, cabendo

³³ SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços construindo sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)*. Manaus: EDUA, 2016, p. 40.

³⁴ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 31-2.

³⁵ Antônio Montenegro explicita que a quantidade de entrevistados não se faz mais importante que a qualidade de seus testemunhos, pois “passada a ingênua decepção, as dezenas de entrevistas até então realizadas ajudaram-me a compreender que nem todas as pessoas são capazes de transformar suas lembranças em narrativas.” MONTENEGRO, Antônio Torres. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson et al. *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife, Ed. UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012, p. 43.

uma análise mútua destes sujeitos, buscando uma relação de igualdade para que assim pudessem trabalhar juntos. Conforme Portelli,

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra pessoa possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja atingida.³⁶

Sobre a relação observador e observado, o autor afirma que:

Somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e consequentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.³⁷

Dito isso, convém assinalar que os entrevistados foram escolhidos primeiramente pela atuação nos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 e cuja participação em tais mobilizações, colaborasse na compreensão do cenário político do respectivo recorte. A escolha se deu também pela participação deles nos movimentos dos professores manauaras dentro do mesmo recorte, o que os habilitava a informarem acerca de outros eventuais colaboradores, pois como argumenta Alberti, esses depoimentos iniciais acabam sendo “essenciais para a realização das demais entrevistas”.³⁸

Quando trabalhamos com História oral é comum lidarmos com questões éticas, envolvendo principalmente a relação entrevistado/entrevistador, por estarmos trazendo à tona lembranças que para o narrador podem ser traumáticas e, desta forma, como argumenta Alistair Thomson, isso, em dado momento, “*pode ser gratificante para o entrevistador, mas prejudicial para o entrevistado*”³⁹. Por isso há a necessidade de zelo neste trato, e a postura ética em tal relacionamento é, por exemplo, feita quando há a necessidade de se parar a entrevista e dar “um tempo”

³⁶ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, nº 14, fev. 1997, p. 9.

³⁷ Idem, p. 23.

³⁸ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Op. cit., p. 85.

³⁹ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação Entre História Oral e as Memórias. *Projeto História*, São Paulo, nº 15, p. 67-8.

ao entrevistado. Assim, “na prática de entrevista da História Oral... há geralmente uma tênue linha entre incutir confiança e a exploração”.⁴⁰

Outra fonte destacada foram os jornais de época, que tiveram como função precípua informar sobre os eventos e o contexto da época, além de subsidiarem o necessário cotejamento de dados entre os diversos registros documentais. Em momento posterior, a imprensa será analisada metodologicamente com o intuito de se compreender as diferentes visões (representações) que os meios de comunicação da época produziram sobre a greve de 1983, sobre o conflito de 1985 e sobre os debates durante o período da Assembleia Nacional Constituinte.

Como fonte, fizemos uso dos principais jornais da cidade (*Jornal do Comércio, A Crítica, A Notícia* e o *Diário do Amazonas*) e como estes assumiram posições distintas sobre a construção das greves, tendo um cuidado especial em perceber como as notícias repassadas à população produziam narrativas que se colocavam a favor ou contra a ação política dos docentes, já que é sabido que a ação da imprensa, não sendo neutra, fala de um lugar social específico.⁴¹ O acervo pesquisado foi o da Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, onde, lamentavelmente, a falta de zelo com os periódicos tem deixado os jornais (ainda) disponíveis em más condições para a pesquisa.

A professora Arminda Raquel Mourão Diederich foi a primeira entrevistada. Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas, atuando tanto na Graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Educação, a professora nos concedeu entrevista no dia 23 de março de 2017, na sala do Programa de Pós-Graduação em Educação, à época por ela coordenado. Tal antecedência em relação aos outros entrevistados, se deu por conta da participação da docente no processo eleitoral para a reitoria da Universidade Federal do Amazonas, que impossibilitaria a mesma de participar em futuras ações no projeto.

O segundo entrevistado foi o Professor João Ricardo Bessa Freire – doravante Ricardo Bessa, como é mais conhecido – que concedeu entrevista no dia 3 de junho de 2017, em sua residência. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas e atual Pró-Reitor de Extensão e Interiorização, participou

⁴⁰ Idem, p. 68.

⁴¹ CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, dez. 2007, p. 255-272.

ativamente do movimento docente nas décadas de 1970 e 1980, e tomou parte dos eventos que por nós serão analisados.

O terceiro entrevistado foi o Professor Gerson Gonçalves Medeiros, de 68 anos, um dos responsáveis pelas transformações recentes da entidade de classe dos professores. Foi entrevistado no dia 5 de junho de 2017, na sede do Sindicato dos Correios.

Já o quarto entrevistado foi o Professor Aloysio Nogueira de Melo, que concedeu duas entrevistas, uma no dia 6 de junho de 2017 e outra em 5 de fevereiro de 2018, ambas nas dependências do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, onde ele atuou desde meados da década de 1970. O Professor Aloysio Nogueira foi também uma das principais lideranças do movimento dos professores da rede estadual de ensino, sendo até hoje lembrado pelos outros participantes como líder das mobilizações realizadas na década de 1980. Foi presidente da APPAM na sua fundação e num mandato seguinte, contudo, estava sempre presente nos enfrentamentos da categoria desde a década de 1980.

Diante da negativa de vários docentes em contribuir com o projeto, encerramos as entrevistas com o Professor Francisco Ferreira Lemos, de 63 anos, e que teve um envolvimento ativo nos movimentos de professores da década de 1980. No movimento paredista de 1983, foi um dos docentes que fizeram greve de fome após as negativas do governo em negociar com os professores e ainda este envolvidos com a mobilização de 1985. Optou por conceder entrevista no dia 28 de maio de 2018, nas dependências da Escola Estadual Francisco Albuquerque, no intervalo de suas aulas naquela instituição. É um docente que teve sua participação nos movimentos através das iniciativas de professores lotados nas escolas do Centro de Manaus, principalmente na extinta escola Benjamin Constant, que para ele era o “cérebro” das ações dos professores.

*

A dissertação foi estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro apresenta em seu bojo, uma dimensão mais contextual, ganhando nele destaque para a discussão da trajetória política brasileira marcada pela derrocada da ditadura militar em fins da década de 1970 e a lenta transição em direção à redemocratização do país, que ocupará toda a década de 1980. Em meio à redemocratização ganhou vulto a discussão sobre a emergência dos Movimentos Sociais e a revitalização da

luta dos trabalhadores em escala nacional, visando melhorias salariais e nas condições de vida e trabalho, o que também exploramos no capítulo. Nele também iniciamos uma discussão sobre o processo inicial de organização sindical dos professores da rede pública estadual no Amazonas, com a apresentação de suas primeiras organizações e lideranças. Por fim, fizemos uma breve apresentação do quadro quantitativo e qualitativo da educação amazonense, na perspectiva de que haja uma melhor compreensão das condições desta para sustentar as reivindicações do professorado amazonense. Neste sentido, o capítulo foi basicamente construído a partir de fontes secundárias, dentre as quais despontaram obras importantes da historiografia do tema (movimentos sociais) e do período (a década de 1980), embora no decorrer de suas páginas haja alguma documentação de época, assim como a fonte oral procedente das entrevistas.

O segundo capítulo é inteiramente dedicado à compreensão e análise da campanha salarial de 1983 e de seus desdobramentos. Em que pese tratar-se de um movimento tido como vitorioso, há ainda pouco estudo e análise sobre ele. Nele buscamos definir como os professores estavam organizados no início daquele ano e que demandas, expectativas e estratégias de organização e mobilização foram por eles colocados em prática. Uma descrição da greve deflagrada e uma avaliação de suas limitações e da abrangência de suas conquistas também foram ali discutidas. Utilizamos neste capítulo documentos diversos, como os obtidos no sindicato que agrega os docentes, e também fizemos uso da imprensa amazonense, que neste caso auxiliou não apenas no necessário preenchimento de lacunas deixadas pelos documentos sindicais, como também pela possibilidade de nos oferecer posições diferenciadas que, ganhando repercussão no âmbito social, acabavam por também influir no processo e na tomada de posição dos diversos atores sociais envolvidos. Ao contrário do primeiro capítulo, aqui a ideia foi construir o capítulo fazendo largo uso da documentação primária e das fontes orais, sem, contudo, estabelecer hierarquias entre as diversas narrativas e representações por elas produzidas.

Já o terceiro e último capítulo, acompanhará o movimento dos professores na campanha salarial aberta nos primeiros meses do ano de 1985, dando ênfase para o confronto ocorrido no dia 29 de abril, que, como mencionamos, ficou conhecido como a *Batalha do Igarapé de Manaus*, que com tanta força ficou plasmado na memória dos professores que dela participaram. Em meio à forte repressão e a

campanhas desabonadoras assumidas pela imprensa – então como hoje mais comprometidas com os interesses dominantes e com o aparato governamental –, buscamos demonstrar como o movimento docente vivenciou um conjunto de contradições, com rachas e dissidências que, vindo das campanhas anteriores, passaram a se agudizar com maior ênfase. Mesmo fragilizado, o movimento ainda tentará manter a mobilização da categoria até o fim da década, com vista a uma colaboração na discussão e pressão popular para que a constituição então em elaboração pudesse contemplar as demandas oriundas dos trabalhadores e de suas representações sindicais.

CAPÍTULO 1

MOVIMENTOS SOCIAIS NA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

*Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão*

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar*

Apesar de você – Chico Buarque

1.1. A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

Entre os anos de 1964 a 1985 ocorreu no Brasil uma ditadura civil-militar, que jogou o país em vinte anos de obscurantismo, em meio a práticas de censura, repressão, cassações, torturas e perseguições políticas diversas. Tal período foi fruto de um processo complexo de lenta desestabilização das bases progressistas e do recente período de expansão democrática que então se instalava, culminando com a deposição de João Goulart e a consequente tomada de poder pelas forças armadas. Tinha início uma sequência de governo de generais presidentes que, agindo de forma cada vez mais discricionária, buscaram consolidar-se no poder por meio de diversos Atos Institucionais (AI's)⁴². O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964,

⁴² FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-88.

buscava reforçar, de imediato, o governo militar, atribuindo-lhe poder constituinte, além de outras mudanças no ordenamento jurídico do país. O golpe foi imediatamente seguido por prisões e cassações políticas que ocorreram em várias partes do país, e que buscavam legitimidade através de discursos voltados para o combate à corrupção e para o enfrentamento da “ameaça” representada pelo avanço do “comunismo internacional” no país. É inquestionável a efetiva participação dos Estados Unidos na construção do golpe no Brasil em 1964. Usando da “Reação Democrática”, para a continuidade da consolidação do imperialismo americano, que desde o fim da Guerra do Vietnã foi usada pelos governos norte americanos como substituto ao uso do efetivo do contingente do exército que se mostrou ineficaz em movimentos onde demandassem mais tempo de intervenção – a exemplo do Vietnã em que os EUA foram derrotados – no Brasil, assim como na Argentina e Dominicana, o uso da “Reação Democrática” se deu de maneira diferente da intervenção no Vietnã, mas

Isso não se significa que o imperialismo que o imperialismo tivesse se tornado “pacifista” ou “humanitário”, mas sim que a situação o obrigava a limitar sua ação militar e coloca-la a serviço de outros mecanismos táticos (pactos, negociações, eleições burguesas) que permitissem frear e desviar os processos revolucionários e avançar nos objetivos mais estratégicos.⁴³

A crise política que produziu o golpe de 1964 foi gestada alguns anos antes. Com efeito, em 1961, por meio de eleição direta, chegaram ao poder Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente presidente e vice presidente, dando início a um governo conturbado e marcado por uma sequência de crises institucionais. A primeira delas ocorreu nove meses depois da posse de Jânio, quando então este renuncia à presidência, numa estratégia política que se mostrou frustrada. Jânio não se conformava com os limites constitucionais, e para forçar uma mudança na legislação brasileira, arquitetou sua saída do governo achando que poderia retornar ao poder, aclamado pelo povo e pelo Congresso. Tal não ocorreu. Aceita a renúncia pelo Congresso, iniciou-se um período de grande tensão institucional, marcado pela tentativa de militares e de partidos políticos conservadores de não dar posse ao vice presidente João Goulart (Jango). A saída encontrada foi a implementação do regime

⁴³ Alejandro Iturbe. *A reação democrática: da síndrome do Vietnã à síndrome do Iraque*. Disponível em <https://litci.org/pt/lit-ci-e-partidos/revista-correio-internacional/a-reacao-democratica-da-sindrome-do-vietna-a-sindrome-do-iraque/>. Acessado em 12 de novembro de 2018.

parlamentarista, que assegurou a posse de Jango, mas, na prática, transferiu a gerência do governo para Tancredo Neves, nomeado Primeiro Ministro, o que já demonstrava a vitória dos militares antes da consolidação do golpe. ⁴⁴

De curta duração, o parlamentarismo brasileiro, chegou ao fim em 3 de janeiro de 1963, restituindo o presidencialismo e dando plenos poderes a Goulart, “acirrando os ânimos entre seus inimigos políticos”, como registrou Carlos Fico. Para este autor, “desde que tomou posse, Jango foi vítima de intensa campanha de desestabilização por meio de ampla propaganda política financiada com recursos de empresários e do governo norte-americano”.⁴⁵ Embora não fosse, na verdade, um político de esquerda, Goulart buscou apoio popular, propondo medidas e reformas que, se de um lado, animavam grupos que compunham a base da sociedade brasileira – trabalhadores rurais sem-terra, militares subalternos, funcionalismo público e mesmo amplos setores do proletariado urbano –, de outro lado incomodavam notadamente a elite empresarial e o oficialato das forças armadas, que passaram então para atitudes de franca conspiração, no que muito contribuiu a atuação dos grandes grupos empresariais que controlavam a grande imprensa no país. ⁴⁶

Como é sabido, a crise instaurada no governo de João Goulart chegaria ao fim em 31 de março de 1964, com o Golpe de Estado⁴⁷. De posse do poder, os conspiradores procuraram difundir entre a população que a deposição de Jango e a instalação de um governo militar não resultou de um projeto de poder das forças armadas, mas como “reação” necessária e urgente, não apenas à um suposto caos e desordem política que gerava instabilidade à nação, como também à uma igualmente suposta difusão do comunismo internacional na sociedade brasileira. ⁴⁸

⁴⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História Geral do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 351-385.

⁴⁵ FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. Op. cit., p. 45.

⁴⁶ Para uma avaliação detalhada da ação dos vários segmentos que patrocinaram o Golpe Militar, cabe conferir: DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

⁴⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁴⁸ CODATO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões e Debates*, Curitiba, nº 40, p. 11-36.

Tampouco a ditadura militar resultou de ações exclusiva das forças armadas, razão pela qual optamos aqui pela utilização do termo Ditadura Civil-Militar⁴⁹ para denominar o sistema de governo vigente entre os anos de 1964 a 1985. Desta forma, compreende-se que, neste período ocorreu a participação de parte importante da sociedade civil, dando apoio e suporte à ação dos militares. Essa é, por exemplo, a posição defendida por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Para eles,

O mês de março de 1964, portanto, é um momento crucial na trajetória do governo Goulart. ..., conduzindo variados grupos sociais a uma posição de veto a Goulart. Quer dizer, o governo, nesse mês, consegue, por razões diversas, entre as quais a ameaça comunista é o destaque, *que setores militares e civis, quer os que já estavam conspirando, quer os que não o faziam, se posicionem de forma radical contra o presidente*. Uma mudança que deve ser bem entendida, pois, mesmo não surpreendendo, ganha força de maneira rápida e dramática, tendo desdobramentos para a maneira como o golpe acaba ocorrendo.⁵⁰

A ditadura civil-militar se consolida realmente em 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, baixado no dia 13 de dezembro daquele ano, no governo do Marechal Costa e Silva. Um dos elementos de coerção e repressão mais explorado pelo AI-5 foi a censura, inserida na sociedade em um primeiro momento para controlar os atos da imprensa nacional (que teve seu auge no final da década de 60 e início da década de 70) e, posteriormente, passou a fiscalizar também o ambiente intelectual e artístico, proibindo músicas, filmes, peças teatrais e novelas. O passo seguinte foi a interferência mais direta na vida social do povo brasileiro, quando agências criadas pelo governo passaram a supervisionar costumes da sociedade da época. A censura às diversões públicas, por exemplo, ocorreu já no final da década de 70, durante o início da chamada “abertura política”.⁵¹

O historiador José Murilo de Carvalho descreve o período ditatorial, dividindo-o em três fases: a primeira, entre 1964 a 1968, caracterizada por momentos de repressão e resfriamento das mobilizações, enquanto que, no campo econômico, resultou num fraco desempenho. A segunda fase, de 1968 a 1974, foi marcada pela edição do AI-5, caracterizando o período como de violenta repressão,

⁴⁹ Para um entendimento da participação civil no golpe militar, recomenda-se a leitura de FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, nº 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

⁵⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente...* Op. cit., p. 189. Grifo nosso.

⁵¹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 4, nº 47, p. 29-60, jul. 2004. p. 37.

principalmente política. Em contrapartida, houve um aquecimento econômico, mas sem alta no salário mínimo, fato que ganhou o nome de *arrocho salarial*. A terceira fase, de 1974 a 1985, foi marcada pelo lento processo de *abertura política* e pela eleição indireta de 1985, quando foi eleito para a Presidência da República, de forma indireta, Tancredo Neves. Ainda nesta última fase, acentuou-se a instabilidade econômica no país, agravada pela crise internacional do petróleo.⁵²

O fim do bipartidarismo, em 1979, foi outra ação que fortificou o processo de abertura política no país. Partidos vigentes no período da ditadura⁵³, deram lugar a novas siglas partidárias. A ARENA, transformou-se no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Formou-se também o Partido Popular, fruto de dissensão de uma ala moderada do antigo MDB, mas que, posteriormente, se fundiu novamente com o PMDB. Com o retorno dos exilados, após a lei de anistia, em 1979, a cisão dos trabalhistas do antigo PTB, resultou na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), sob liderança de Leonel Brizola, que retornara do exílio. Em 1980, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha em sua composição, professores universitários, e militantes oriundos da Igreja Católica, além de sindicalistas e metalúrgicos paulistas.⁵⁴

No fim da década de 1970, em paralelo com a lenta abertura política e a fragilização dos governos militares, ocorreu uma efervescência dos movimentos sociais e um reforço das ações de luta em prol dos interesses dos trabalhadores. Conseqüentemente, tal período também foi o cenário de várias greves no país, construídas na luta por melhores condições de trabalho e salários. Neste novo panorama que se descortinava, surgiram também novos personagens que passaram a ter papel destacado no interior das lutas populares: as lideranças sindicais.⁵⁵

⁵² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 157-158.

⁵³ Até o fim do bipartidarismo em 1979, existiam dois partidos que deveriam em tese ter papel de situação e oposição. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), fundada em 1966, fazia o papel de "situação" em apoio ao governo vigente. Já o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tinha uma postura oposicionista, contudo de forma moderada e controlada pelo governo militar.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil...*, Op. cit., p. 175-176; REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. (As esquerdas no Brasil, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 503-540.

⁵⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 270.

Deve se compreender que o período localizado dentro da ditadura civil-militar, não foi, como muitas vezes se argumentou, um momento de completa estagnação dos movimentos sociais brasileiros, mas devido à forte repressão do regime ditatorial, esta fase é vista hoje como a de um esfriamento dos movimentos. Assim, neste “aquecimento” das mobilizações, no fim da década de 1970, o movimento dos trabalhadores acabou interferindo em novas relações políticas, pois, dentro desses acordos, houve um reforço nas ações de trabalhadores de diversas categorias.⁵⁶

Assim, o que se viu foram categorias buscando o alcance de direitos, onde os metalúrgicos paulistas foram uma das categorias importantes nesse processo de enfrentamento político. Para Marco Aurélio Santana

Após a Greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que consolida e amplia com as greves metalúrgicas em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil no período.

⁵⁷

Como fora dito anteriormente, as *Greves do ABC Paulista*, como ficaram conhecidas, impulsionaram os movimentos de diversas categorias e em diferentes lugares, inclusive no Amazonas. No que particularmente nos interessa, convém destacar que a organização sindical era um fator que para os docentes ainda estava avançando de forma embrionária, tendo em vista que a entidade que os agrupava era objeto de estruturação neste momento.⁵⁸

1.2. REVERBERAÇÕES DA CONJUNTURA POLÍTICA

Como mencionamos anteriormente, a conjuntura política das décadas de 1970 e 1980 será analisada nesta pesquisa através das memórias⁵⁹ de participantes

⁵⁶ SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em Movimento...*, Op. cit., p. 286.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 289.

⁵⁸ Trata-se da Associação Profissional dos Professores de Manaus (APPM). Esta associação será objeto de análise em parte posterior desta dissertação.

⁵⁹ A memória deve ser analisada como um elemento seletivo, e “*nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado*”. Portanto, a memória não pode trazer à tona uma objetividade, no que se refere principalmente a datas, personagens e monumentos. No caso de interesse a este trabalho, datas e personagens terão, além da memória dos entrevistados, um suporte auxiliar da imprensa manauara. Para Michel Polack, a memória “...é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está

dos movimentos sociais e dos movimentos dos professores daquele momento, obtidas, principalmente, através de entrevistas. Tal opção resulta da percepção de que a categoria docente amazonense, assumia posições de subalternidade, não apenas diante dos governos estaduais que confrontou, mas também dos grupos hegemônicos que a subordinavam. Tais grupos sempre se configuraram como produtores de diversas representações de si mesmos, traduzidos em registros documentais de diversas ordens. Já os grupos subalternos, passaram, quase sempre, ao largo do processo de produção de registros documentais, o que sempre tornou mais difícil “ouvir” suas vozes e, em consequência, entender suas demandas, expectativas e aspirações. Assim, como mencionado na introdução, a História Oral foi um meio que nos permitiu este “ouvir” os representantes dessa classe não hegemônica, no afã de buscar uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo.⁶⁰

Regionalmente, portanto, os movimentos de enfrentamento político levaram ao campo das ações categorias distintas, dentre elas o professorado, que então passava por uma organização associativa, entendida como de suma importância, tanto para uma melhor aglutinação e mobilização dos trabalhadores da educação, quanto para o enfrentamento das lutas contra o patronato, no caso específico desta pesquisa, identificado como o governo estadual.

Aloysio Nogueira de Melo, um dos entrevistados nesta pesquisa, foi personagem importante no processo de fortalecimento do movimento docente amazonense. Figura conhecida no Curso de Graduação de História da Universidade Federal do Amazonas, o Professor Aloysio foi entrevistado no dia 6 de junho de 2017, nas dependências do Departamento de História, momento em que pude perceber o imenso respeito que docentes e discentes daquela instituição lhe devotavam. Cheguei à ele por meio de diversas indicações, sendo seu nome quase que uma unanimidade dentre aqueles que se referenciavam ao movimento docente amazonense e suas lideranças. Lembro-me de receber orientações que diziam:

sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. POLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 10, 1992, p. 4.

⁶⁰ Isso resulta mais relevante quando se sabe que, inversamente, as classes dominantes contam com diversos registros escritos. Um dado importante sobre a fonte oral, é que ela precisa – como qualquer outra fonte documental – ser apoiada nos diferentes tipos de suporte teóricos e metodológicos. Assim, para Alessandro Portelli: “A História Oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. [...] Fontes Oraís são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito abundante”. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente..., Op. cit., p. 13.

“aproveite, pois este é Aloysio Nogueira!”. Certamente por este motivo, a escolha da instituição onde lecionou durante anos, fora escolhida para a concessão da entrevista. Solicitação do próprio entrevistado, a escolha de um ambiente intimamente ligado à sua própria história parecia lhe garantir maior segurança e tranquilidade.

Aloysio Nogueira começou a se envolver com a docência ainda na década de 1950, em um curso preparatório para admissão ao Colégio Amazonense Dom Pedro II, popularmente conhecido em Manaus como o Colégio Estadual. Neste período, substituíra professores da escola, mesmo sendo aluno, e, a partir daí, dedicou-se às disciplinas de História e Geografia. Estava certo da carreira da prática docente, por um motivo: “tinha que arrumar um emprego que me oferecesse condições de sobrevivência quase imediata”⁶¹. Concluído o Curso de Magistério no Instituto de Educação no Amazonas, Aloysio foi cursar Filosofia na Universidade do Amazonas (UA), na década de 1960, em virtude de não haver na instituição o curso de História. Neste ínterim, já era professor da rede estadual de Educação. O então professor de História, foi Diretor do Colégio Estadual do Amazonas em 1971.⁶² Após a conclusão do Curso de Filosofia, foi convidado para lecionar no curso de História que estava sendo criado na UA. Contudo, não se afastou da docência da educação básica, estreitando laços com o movimento dos professores deste segmento. A década de 1970 afigurou-se para ele um período onde a necessidade de fortalecer o movimento dos professores, a partir de lutas iniciadas em São Paulo, era imperativo. Este processo organizativo resultaria no fortalecimento do movimento docente, ou como ele expressa, no “fortalecimento da luta dos professores manauaras”:

... em 1975 ...todo esse período me dedicando e tal, me veio à oportunidade de fazer um concurso na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), concurso para mestrado... e eu fui né? Era para História. Cheguei lá... daí eu enfrentei o concurso que a maioria lá eram graduados em história também né? Mas eu era graduado em filosofia, ... em 1976, eu concluí todos os créditos né, todos os créditos, mas só que daí eu fiquei mais um ano e tal, lá, fazendo pesquisas, levantamentos e tudo, movimentos dos trabalhadores na Unicamp por exemplo... Então, na realidade, daí é que vem uma história interessante... a PUC de São Paulo passou por uma repressão violenta... uma invasão da polícia na PUC, eu estava lá nesse período..., nós tínhamos ido preparar um movimento

⁶¹ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista gravada em 6 de junho de 2017*. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

⁶² BATISTA, James da Costa. “Educação amazonense no governo de João Walter de Andrade (1971-1973)”. In: FUCHS, Cláudia; SCHWENGBER, Ivan Luís; SCHÜTZ, Jenerton Arlan (Org.). *Educação em Debate: cercanias da pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 261.

contra a própria ditadura e preparamos, e quando foi no início da tarde, no final da tarde eu disse para o pessoal que eu não podia ficar, eu tinha um problema de saúde também muito sério e eu tava com uma dor de cabeça violenta e eu tive que ir embora, eu disse olha eu não vou poder aguentar e ficar pra noite, e foi nessa noite que a polícia entrou na PUC, não deixou pedra sobre pedra, prendeu todo mundo que estava lá, professores e alunos e deixaram essas pessoas no relento até o dia seguinte para levar pra cadeia. Quer dizer, foi uma coisa terrível, daí eu passei a me dedicar diuturnamente a romper com essa **[inaudível]** em defesa da democracia né? E lutar contra essa situação. Foi quando eu fiquei lá e quando em 79 eu já estava em Manaus... eu conversando com vários outros professores e ex-alunos da própria universidade e eu tinha uma grande influência também no Estado, começamos um trabalho de organização dos professores. Aí é que nasce realmente a criação da APP, a criação não, o fortalecimento da APPM, APPM né? APPM, então era Associação Profissional dos Professores de Manaus, então aí já é uma história que dá, é uma história que traz as questões que envolve de uma tal maneira o deslanchar desse processo da APPAM depois **[inaudível]** SINTEAM e que vai culminar com esse trabalho chamado “Batalha do Igarapé”, então, mas começa aí nesse processo.⁶³

O Partido dos Trabalhadores, teve uma forte influência no movimento docente do Amazonas. Parte dos professores da rede pública participou da fundação do partido no contexto local, tendo como referência importante, a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical que ganhou projeção por sua atuação na liderança das greves paulistas do fim da década de 1970. A própria criação do partido, assim como o início da organização de diversas categorias de trabalhadores de Manaus, embora tivessem motivações específicas, ecoaram também o clima de mobilização e luta que tinha o ABC paulista como epicentro. Alguns dos entrevistados expressaram, inclusive, que participaram da mobilização paulista e que as ações do sudeste brasileiro serviram de exemplo para a organização dos professores amazonenses. Para Nogueira

A partir desse momento é que me veio o impulso de participar com todo afinco nesse trabalho, é, de movimento sociais e de organizações né? Daí também esse grupo de professores muito deles quase todos se dedicaram na fundação do PT no Amazonas... foi quando eu larguei tudo praticamente, larguei mestrado, larguei tudo né pra fundar o partido onde eu andei por toda essa região de motor, dormindo em rede, andando de canoa para criar um partido, e nós criamos em 79, 79 depois do movimento dos professores... quando em dezembro deste mesmo ano de 79, eu e o professor Ribamar... que nós nos organizamos lá em São... como elemento de distribuir panfleto e tal, etc... Ali né? Mas não tinha contato com o Lula direto... Em dezembro de 79 foi quando eu fui com o Ribamar Bessa no sindicato dos metalúrgicos falar lá com ele, que daí nós tínhamos o respaldo de várias pessoas que tinham ido conosco pra abrir uma brecha lá, por que era tanta gente pra falar com ele, jornalista e tal e quando o rapaz foi lá, olha bora lá pra trás que ele vai nos atender. É mesmo? Não

⁶³ Idem, p. 3-4.

demorou ele (Lula) abriu a porta: “Entra”. Conversamos quase uma hora, foi quando eu conheci o Lula. Daí foi outra relação que eu mantive com ele e por muitos anos, ele vinha para minha casa, almoçava, jantava, a gente fazia movimentos aqui em Manaus, visitava os bairros, fazia comício aí, tinha uma relação fantástica.⁶⁴

O professor Gerson Gonçalves Medeiros, foi um dos envolvidos nesta transformação da instituição dos professores. Sua experiência docente iniciou como professor estatutário em 1976. Começou ainda pelo primário, depois avançando na carreira do magistério. Neste percurso, prestou concursos para o primeiro e segundo grau, onde lecionou a disciplina de História nas unidades públicas de ensino da capital amazonense. Hoje é professor aposentado das Secretarias de Educação do Estado do Amazonas e do Município de Manaus. Atuante dos movimentos sociais, não só de docente, mas de outras categorias nas décadas de 1970 a 1990, teve sua origem como militante do movimento estudantil manauara, portanto, antes de se tornar professor do ensino público. Atualmente continua envolvido nos movimentos sociais do Amazonas, atuando como membro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e assessorando o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos no Amazonas. Para ele

...não havia luta, não havia nada e nós já estávamos fazendo renascer a luta sindical aqui, a partir de lá do ABC Paulista, fique bem claro isso! É de 78 quando espoca a luta lá em São Paulo, no ABC Paulista, que nós trouxemos pra cá, vamos fazer o enfrentamento aqui, a Universidade começou a discutir... os professores começaram a discutir, a SESAU⁶⁵ começou a discutir, metalúrgicos começou a discutir, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) também e nós começamos também..., mas foram os professores e os metalúrgicos também que mais se tornaram evidentes nesse processo. Então foi feito isso. Só que ainda em mil... isso foi feito em 79, ainda em 1979...⁶⁶

Na entrevista concedida no dia 5 de junho de 2016, em meio a reforma do Sindicato dos Correios, local em que o entrevistado se sentiu mais confortável para o diálogo, Gerson Medeiros enfatizou seu orgulho e a importância do movimento dos professores para as ações de outras categorias. Compreende-se nesse caso a importância da organização dos docentes para os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, haja vista a liderança que os professores tiveram a partir de 1978-

⁶⁴ Ibid., p. 6.

⁶⁵ Secretaria Estadual de Saúde.

⁶⁶ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista gravada em 5 de junho de 2017*. Realizada por James Batista, digitada, p. 1.

79, no bojo do movimento dos metalúrgicos paulistas, ainda salientando que o movimento docente, vem antes da criação de um sindicato que o lideraria.

Aloysio Nogueira é mencionado como uma liderança importante no movimento dos docentes, tendo em vista a maneira de liderar e organizar o enfrentamento dos professores. Para Medeiros

Aloysio Nogueira exatamente, um companheiro que veio do processo, professor de História da Universidade do Amazonas, onde lá também começou o processo da luta política, e nesse processo da luta política ele também trabalhava no Estado, além da Universidade ele também trabalhava no Estado... Tava tudo se formando, então onde tinha células se apresentando pra luta política a gente tava junto nessas reuniões, fazendo reuniões todo tempo e levando professores e de outras categorias pra fazer esse processo da luta política, organizando como nós poderíamos fazer essa luta, passamos um tempão sem nada, a experiência tava dando certo no ABC Paulista, a gente tava pegando todas as informações do que tava acontecendo, a pauta de reivindicações nacional, de como tava sendo conduzido, e a gente não poderia ficar de fora desse processo. Então Aloysio conduziu muito bem dois mandatos que ele fez, conduziu muito essa luta política aqui... na luta política no Estado do Amazonas. Ele foi bem por que ele sempre tinha abertura. Por que ele fez o processo aberto? Por que ele trabalhava em cima de princípios. E qual era o princípio? O princípio da autonomia. A gente muito esse princípio da autonomia, que bem podia ser em relação ao Estado, ao governo ou ao próprio partido, entendeu? Princípio da democracia, que é aberto pra todos, que independe, aqui não depende do partido político A, B ou C, todos aqui são associados, e pode até ter partido político, alguém ser de partido político, mas aqui não, aqui são os sindicalistas exercendo uma tarefa, era essa a estratégia nossa... isso que ele colocava também. Ele é apartidário, mas não significa que ele não seja político, todo movimento é político... E o Aloysio sempre foi muito aberto, por que pra princípio foi aprovado em plenária num congresso nosso esse princípio básico pra gente fazer a luta política, então ele sempre respeitou as opiniões. A divergia ela faz parte do processo burocrático e a gente queria entender melhor como a categoria estava vendo todo esse nascer, renascer da luta sindical no Estado do Amazonas. Ele conduziu muito bem isso aqui.

João Ricardo Bessa Freire, outro entrevistado, teve também importante atuação no movimento dos professores nas décadas de 1970-1980. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, descreveu sua atuação como docente durante o período militar, onde lecionou em escolas públicas da capital amazonense. Ricardo Bessa foi entrevistado no dia 3 de junho de 2017, em sua residência, o que proporcionou uma certa tranquilidade para entrevista. Sobre sua atuação como professor no período militar ele expõe

A minha trajetória como professor no ensino médio e sobretudo no ensino superior foi um pouco com essa preocupação, quer dizer uma postura mais pragmática, trabalhar o ensino pra uma realidade concreta, pra resolver problemas concretos seja como professor de Moral e Cívica ou

OSPB (Organização Social e Política do Brasil) quando inicie minha carreira na década da ditadura militar e depois como professor de História na própria UFAM (Universidade Federal do Amazonas). Então eu tenho já quarenta e dois anos de experiência no magistério. Fui professor no ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e também professor de Curso de Pós-Graduação.⁶⁷

Algumas medidas para a implementação da transição da ditadura para a democracia, foram dadas por exemplo, com o fim do Ato Institucional nº 5, em 1978, assim como a Lei de Anistia, editada um ano depois⁶⁸, que embora abarcasse os dois lados em conflito (militares e exilados), colaborou muito no processo da transição, devido o retorno de várias personalidades contrárias ao governo militar. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva,

Decretada pelo governo, sem negociação com a oposição em 28 de agosto de 1979, a anistia assegurou que não haveria *revanchismos* – uma das principais preocupações das Forças Armadas –, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas.⁶⁹

Assim, motivados pelo processo de abertura democrática, a partir do último governo militar, do General João Baptista de Figueiredo, o que se viu foram manifestações populares nas principais cidades brasileiras e uma inépcia do governo frente a este cenário. Destaque para o movimento das *Diretas Já!* que, no Rio de Janeiro, mobilizou um milhão de pessoas. Isso

Representava um rompimento radical com a *abertura limitada e pactuada* que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.⁷⁰

Outra medida importante, foi a realização de eleições diretas para governadores em 1982, junto com as eleições para o Congresso Nacional. Esse fato mostrou-se como uma oportunidade de avanço para a oposição, que ganhou as eleições “em nove dos 22 estados, inclusive nos mais importantes como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e conseguiu maioria na Câmara dos Deputados”.⁷¹

⁶⁷ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista gravada em 3 de junho de 2017*. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

⁶⁸ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

⁶⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar...*, Op. cit., p. 270.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 273.

⁷¹ *Ibid.*, p. 177.

Neste contexto de eleições diretas para os estados, em 1982, chegou ao poder Gilberto Mestrinho (PMDB), numa disputa com Josué Filho, então candidato pelo PDS.

No plano nacional, e ainda como parte do processo de abertura política e avanço das forças democráticas – caracterizado também pelo panorama de imobilismo do regime militar – ocorre a indicação de Tancredo Neves para a Presidência da República, na eleição que se processará, de forma indireta, em 1985. A possibilidade de chegada ao poder, mesmo que indiretamente, de um presidente civil não era consenso entre os partidos atuante na política brasileira daquele momento.

O PT, fora um dos elementos centrais de mobilização popular na campanha das *Diretas Já!*... Agora, dado o caráter conciliador de Tancredo Neves, sua posição centrista e seu conservadorismo pessoal, o PT considerava-se incapaz de apoiar a nova campanha.⁷²

Com o PT, distante do processo de oposição, abre-se espaço para a consolidação da chapa Tancredo Neves e José Sarney, ambos do PMDB, para a Presidência da República, apoiada pelo PDT, comandado por Leonel Brizola, que embora no papel de oposição, apoiou Tancredo Neves. Este, em 15 de janeiro de 1985, chegou ao poder, derrotando Paulo Maluf, numa eleição indireta pelo Colégio Eleitoral.⁷³

A Nova República que chegara a partir de 1985, trouxe consigo, um cenário de mudanças pelo afastamento com o Regime Militar. Contudo o presidente eleito Tancredo Neves acabou não assumindo o governo por causa de uma doença que o acometeu e que, por fim, o vitimou fatalmente.

A imprensa trazia análises sobre este momento político que vivia o país em 1985, comparando o regime anterior com o atual. No legislativo federal, o vice-líder do PMDB na Câmara Federal, Deputado Federal pelo Amazonas Arthur Virgílio Neto, ao fazer um balanço do governo militar, citado pela imprensa como “*Revolução de 31 de março*”, afirmava que o governo de Tancredo Neves estava muito distante dos ideais dos presidentes militares (1964-1985). Segundo o parlamentar, o que se vivia era “antes de mais nada, a ruptura, o corte, a interrupção num processo autoritário

⁷² Ibid., p. 274.

⁷³ Ibid., p. 279.

de 21 anos”⁷⁴. No mesmo jornal, pode perceber-se críticas ao governador Gilberto Mestrinho, o que demonstra um posicionamento frente ao governante estadual, o que destoa com o discurso de imparcialidade.

O Professor Francisco Ferreira Lemos, outro entrevistado, antes de ser professor foi Cabo da Polícia Militar, e narra com entusiasmo, como sua antiga função colaborou nas ações de enfrentamento e que embora tenha um certo arrependimento, quando a profissão docente perde seu poder de compra no governo Gilberto Mestrinho

Sou ex Cabo PM, aí naquela época que desisti da vida militar; um professor ganhava muito mais do que um oficial da Polícia Militar e eu me empolguei com isso aí e saí fora, Eu sou... fui terceiro colocado na seleção de Oficiais e renunciei porque naquela época a Academia de Oficiais da Polícia Militar era feita no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, e eu não quis mais, então a partir desse momento aí eu fui [inaudível] a cada instante. Eu fui largar de Policial em 79... 78 em 78... Depois disso aí tudo, nós temos a saída dos militares do poder e as eleições para governo do estado na qual vem Mestrinho. E na época do Mestrinho o pessoal sonhava porque dizia assim: “O cara é professor...”. Nada de professor. Só tinha o título de professor. Então o pessoal votou no Mestrinho. Nessa situação todinha aí, nós fomos reivindicar as situações de melhoria salarial e nessa época um PM já passa a ganhar melhor do que um professor. A função do professor passa a ser desvalorizada.⁷⁵

Algo que chama a atenção na memória de Francisco Lemos, é a construção da oposição do governador para com a categoria de professores. A narrativa de Lemos, demonstra algo vivo na memória da sociedade amazonense quanto a figura do Boto Tucuxi, relacionado muitas vezes a imagem do ex-governador, que por muito tempo teve a alcunha de “Boto Navegador. Assim, antes das disputas partidárias que envolviam a categoria docente e o grupo político de Mestrinho, estava uma “rixa” em torno da criação do mito do Boto. Para ele, quando indagado sobre a postura negativa frente ao movimento dos professores

Vou te dizer como começou. Ele tinha raiva dum cidadão aí que eu esqueço o nome dele, que botou o apelido dele de “Boto Tucuxi”, isso aí ele tinha raiva, logo que saiu o nome do Gilberto de “Boto Tucuxi” ele tinha uma raiva e esse cara foi pra fora de Manaus... Aí quando surgiu a música, ele escreveu um livro chamado “A irresistível ascensão do Boto Tucuxi”, por que? Por que ele relatava tudo que o Boto transou no interior. E pegou o livro e tal, esse cara ficou bastante tempo no Rio de Janeiro. Então depois

⁷⁴ *Jornal do Comércio*. Manaus, 2 de abril de 1985, p. 3.

⁷⁵ LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista gravada em 28 de maio de 2018*. Realizada por James Batista, digitada, p. 1.

que foi provado, que tinha até uma música do Boto e tal, que projetava. Aí pronto, o cara ficou amigo dele. Ficou pelego do Gilberto... Esqueço o nome do sujeito, "A resistível ascensão do Boto Tucuxi", aí como ele era ligado ao Magistério, ficou uma rixa. E o pessoal quando o Mestrinho falava, o pessoal vaiava mesmo e isso aí mexeu com o brio dele. Tudo isso aconteceu.⁷⁶

Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, começou na política amazonense, ainda na década de 1950 como prefeito de Manaus, tendo sido indicado, à época, por Plínio Coelho, liderança política amazonense em ascensão que, naquele ano, 1950, havia sido eleito Deputado Federal pelo PTB, assumindo o mandato no ano seguinte⁷⁷. Ainda nesta década, em 1959, Mestrinho iniciou seu mandato como Governador do Estado do Amazonas, rompendo com Coelho, numa disputa pelo domínio político do Estado. Em 1962, no entanto, reata politicamente com Plínio Coelho, auxiliado por João Goulart. Em outubro de 1962, Mestrinho elegeu-se Deputado Federal pelo território de Roraima e em abril de 1964, teve seus direitos cassados pelo AI-1. Com o processo de abertura política, retornou ao governo do Amazonas com as eleições diretas para governadores ocorridas no ano de 1982.

Aloysio Nogueira teve uma relação de enfrentamento com Gilberto Mestrinho, por conta do movimento dos professores. Ele relata parte da trajetória de Mestrinho:

Conheço o Gilberto desde a década de sessenta, tive contato com ele. Ele era praticamente um garoto quando assumiu o governo pela primeira vez aqui... Foi quando ele [Plínio Coelho] convida o Gilberto Mestrinho para trabalhar com ele, e é nesse processo é que o Mestrinho ele aparece na cena de Manaus como um funcionário público né? Que falasse professor né? Ele tinha uma escola ali, outra acolá, que ele não foi professor que hoje nós temos a concepção, mas ele se dedicava a esse tipo de trabalho muito bem, e o Gilberto foi na realidade passando a influência dele, ele era um populista mesmo no ponto de vista de passear de noite né por aí. Muito bem, esse pessoal todo dessa política populista você sabe que eles foram cassados né, isso em sessenta e quatro, tanto é que o Plínio voltou no segundo governo dele, depois do primeiro governo do Gilberto foi o Plínio eleito né? No segundo governo do Plínio ele foi cassado quando estava num festival folclórico de Manaus ali na praça General Osório, onde é o

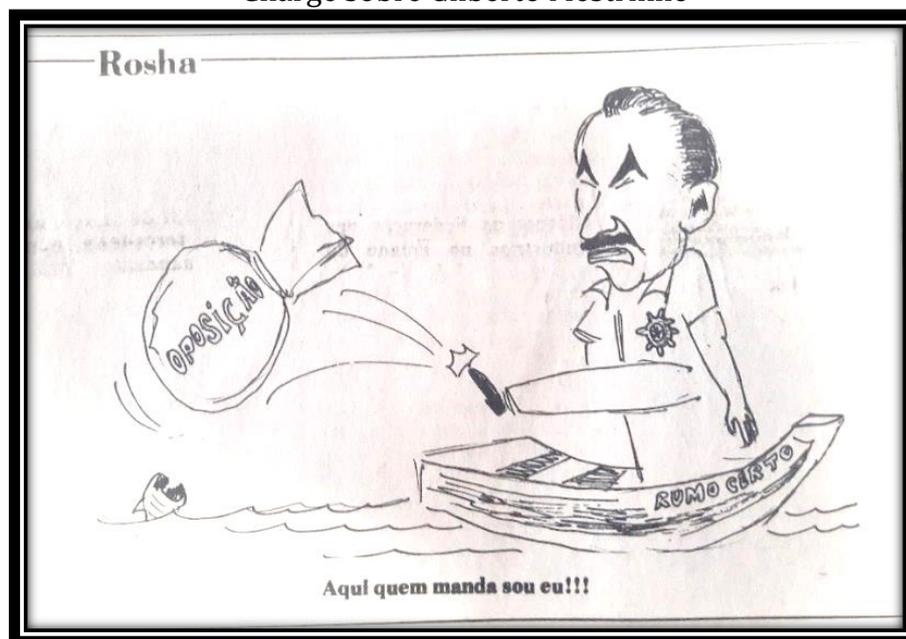
⁷⁶ Idem, p. 8. O entrevistado refere-se ao escritor amazonense Márcio Souza, autor do livro *A resistível ascensão do Boto Tucuxi*.

⁷⁷ Plínio Ramos Coelho era natural de Humaitá (AM), tendo nascido em 21 de fevereiro de 1920. De viés populista, ocupou diversos postos na política nacional e estadual. Foi Deputado Federal entre 1951 e 1955; Governador do Amazonas em duas ocasiões, a primeira entre 1955-1959 e a segunda entre 1963-1964. Foi ainda Senador entre 1962 e 1963 e novamente Deputado Federal, entre 1963 e 1967. Fonte FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgvbr/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-ramos-coelho> acesso:29/08/2018

Colégio Militar tem uma praça ali... Ele tava discursando quando disseram pra ele que ele ia ser cassado ali, e de fato foi né? Ele foi cassado...⁷⁸

Governador desde 1983, Gilberto Mestrinho era visto politicamente como um homem de posicionamento forte e principalmente duro no trato com a oposição, como bem demonstra uma charge publicada no *Jornal do Comércio* (ver Figura 1). Aponta-se através da imagem, um discurso de domínio da política amazonense, tendo o próprio governador como comandante. Mesmo sendo objeto de análise posterior, vale ressaltar que essa postura ganha força com o fato do governador colocar em massa a Polícia Militar do Estado para reprimir a caminhada dos professores em abril de 1985, motivado pela posição oposicionista da direção da Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM), cuja cúpula estava ligada ao PT, partido que fazia franca oposição ao PMDB de Gilberto Mestrinho.

Figura 1
Charge sobre Gilberto Mestrinho



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 3 de abril de 1985.

Em certa medida, o movimento docente não era a única fonte de oposição à Mestrinho. Outras reportagens do *Jornal do Comércio* mostram a existência de alguma animosidade e/ou tensão entre este periódico e o governador, já que ali inúmeras críticas são delineadas. Uma dessas críticas referia-se ao problema da

⁷⁸ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 7.

necessidade de adoção de uma política de *austeridade*; um problema econômico que já se arrastava desde o período ditatorial, mas que ainda se fazia presente na Nova República, foi outra crítica ao governo. Questionava-se que o Estado, passando por problemas econômicos, acabava bancando gastos desnecessários, como o produzido pelas viagens em sequência do Governador e de seu vice, que deveria ter assumido o governo, mas este acabou sendo assumido pelo presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Francisco Queiroz. Com isso, condenava o periódico, o fato de que, durante dez dias, o Amazonas ter três governadores, sendo todos eles pagos pelo erário público.⁷⁹

Com relação à postura do governador frente ao movimento dos professores, convém registrar que ela buscava se legitimar na acusação de que o movimento docente estava sendo instrumentalizado pela luta partidária, já que muitos professores – e em especial, suas lideranças – tinham participado da criação do Partido dos Trabalhadores em 1980. Nogueira esclarece:

... e daí vem esse grande movimento MDB né? Movimento MDB, e é nesse processo é que surge por exemplo o PT rompendo com isso. Com esse tipo de política né? Mais uma série de partidos, sobretudo PCB e o PCdoB eles fecham com a figura de Gilberto... Muito bem, o Gilberto assume num combate, num combate à ditadura para assumir o governo como sendo um governo democrático, perfeito?! Essa é a grande palavra... Muito bem, em oitenta e dois Gilberto sai candidato, o PT sai com candidato também, o PT não tem, sai sozinho praticamente, mas as outras forças todas foram para o guarda-chuva do PMDB era um grande partido, era guarda-chuva esse é que é a verdade, o PT não! Qual é essa diferença? Essa diferença vai influir no movimento, por que nós, por exemplo APPM, ele teve um enfrentamento muito firme contra o ultimo governo da ditadura, era o professor da universidade José Lindoso, nessa época fazendo parênteses a negociação que nós tivemos com o governo Lindoso, ... e eu fui o dirigente que sentou à mesa de cara com ele, daí é que o pessoal observa e diz é a nossa liderança, tá vendo? Então, ... o Gilberto estava por fora com o apoio desses partidos políticos e nós já dizíamos na época, nós vamos ter problemas, por que a maneira como o Gilberto governa, ele vai repetir o que fazia antes, não deu outra.⁸⁰

Com uma visão idêntica à do periódico amazonense sobre a posição da postura política de Mestrinho, Nogueira expôs o posicionamento do governador do Amazonas, também visto como uma pessoa de personalidade forte, relacionado também aos servidores públicos, neste caso, os professores. Na memória de Gerson Medeiros, é possível perceber a mudança de postura na entrevista quando o assunto

⁷⁹ *Jornal do Comércio*. Manaus, 3 de abril de 1985, p. 4.

⁸⁰ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 8.

se relaciona ao ex-governador. Uma tonalidade de voz mais baixa, fez com que a narrativa do entrevistado assumisse um momento mais cauteloso.

Era mal visto, só de você ver, você pune o professor, ele não se via assim eleito pelos professores, mas eleito pelo povo do Amazonas, primeiro por que ele chamava de grupelho nós ali que estávamos a frente da luta, então ele era muito mal visto pela categoria dos professores. Esse é um aspecto interessante de ser visto. Depois, pelo fato desta repressão ter acontecido ele ficou pior ainda.⁸¹

Gerson Medeiros viveu alguns momentos da repressão que o chefe do Executivo impôs aos professores na década de 1980. Para ele, esse passado tem uma grande relevância para si e para o movimento dos docentes manauaras, por conta da reflexão que pode ser feita até os dias atuais. Dito isso, podemos entender que a postura assumida por Gerson Medeiros está relacionada com o que Alistair Thomson chama de *reminiscências*, que nada mais são do que “*passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida ...*”.⁸²

Relatos da demissão de professores estatutários⁸³ que eram dispensados diariamente durante as greves dos professores, trazem à tona, por exemplo, uma memória que parece trágica para o momento, mas que não se perdeu no esquecimento porque foi de suma importância no processo de luta dos docentes. Sobre esse fato Gerson explica

Foi em mil novecentos e oitenta e três, ... esse momento aí foi importante pra nós de profunda reflexão. É que de madrugada chegava a lista dispensando, o Gilberto Mestrinho dispensando, exonerando, os professores estatutários. Saia em Diário Oficial. Então saia a lista de quinze, vinte e cinco, aí eu sei que quando chegava de manhã aí vinha a última lista, os “caras” eram terríveis. Aí quando os “caras” pegavam aquilo, meu Deus do céu era um alvoroço por que eles estavam na luta política. Aí foram setenta e cinco professores na realidade que foram dispensados. Mas como a gente estava muito bem organizado, então a sociedade entendeu que os professores tinham razão e foram conosco nesse processo... Gilberto deu uma recuada, primeiro ele suspendeu as exonerações dos setenta e cinco, aí eles voltaram pro trabalho, foi fundamental pra sequência da luta.⁸⁴

A eleição para a Prefeitura de Manaus estava em foco neste ano (1985), e, portanto, as possíveis alianças já começavam a despontar no cenário político

⁸¹ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 9.

⁸² THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória...*, Op. cit., p. 57.

⁸³ Regime de trabalho onde o servidor adentra ao serviço público através de concurso público, adquirindo assim estabilidade no emprego.

⁸⁴ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 4-5.

manauara. Por parte do governo do Amazonas, o governador Gilberto Mestrinho, do PMDB, fez a indicação de Ozias Monteiro, mas havia dissidências, provocando um certo perigo por conta do auto lançamento da candidatura da Deputada Estadual Beth Azize. Por parte da oposição, a pretensão do PT era lançar como candidato o presidente da APPAM, Professor Aloysio Nogueira⁸⁵. Este cenário político, que se liga ao enfrentamento dos professores com o governador do Estado em 1985, assim como, o novo modelo sindical da época, serão objeto de melhor análise nos próximos capítulos desta pesquisa, e aqui foram mencionados apenas para a compreensão da postura do governador frente o movimento dos professores em 1985.

1.3. O PROCESSO ORGANIZATIVO

Como vimos, o fim da década de 1970 e início de 1980, foi um momento de ativas manifestações dos movimentos sociais. Várias categorias, dentre elas os professores, se mobilizaram, em destaque aos campos políticos e econômicos. Como também mencionamos, a luta pelo retorno da democracia era uma das bandeiras dos movimentos sociais do período, contudo, as péssimas condições econômicas, como a junção do arrocho salarial com a alta inflação, fizeram com que trabalhadores buscassem melhores condições de trabalho e salários. Essas mobilizações vistas teoricamente, podem e devem ser descritas como *movimentos sociais*. Como é sabido, o termo foi se fortalecendo e ganhando novas conotações na virada para o século XXI. Tais movimentos, surgem, frequentemente, como oposição à condições de opressão e promovem a convocação e mobilização da ação popular contra os desmandos que afligiam as categorias profissionais. No dizer de Charles Tilly:

Construir um forte movimento social pró-democracia é sempre uma tarefa da sociedade civil quando operando sob um ambiente político opressivo.... Um ponto de partida seria ser capaz de definir o que é um movimento social. Como o nome sugere, movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesses da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico.⁸⁶

⁸⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 9 de abril de 1985, p. 3.

⁸⁶ TILLY, Charles. *Movimentos Sociais como política...*, Op. cit., p. 133.

O processo de abertura política potencializou a sociedade civil brasileira e reforçou a luta pela retomada da democracia e, conseqüentemente, reforçou também as lutas do proletariado industrial paulista. Este, por sua força e protagonismo, acabou servindo de inspiração e exemplo não apenas para a eclosão de outros movimentos do proletariado industrial brasileiro⁸⁷, como também para a de outros segmentos de trabalhadores, rurais e urbanos, como bem percebeu Eder Sader.⁸⁸

Como é possível perceber no próprio texto de Eder Sader, muitas lutas populares vinham sendo gestadas mesmo antes da eclosão das Greves do ABC paulista, sendo este também o caso da luta dos professores manauaras, cuja mobilização visando sua organização enquanto entidade sindical se iniciara em meados da década de 1970. Para compreendermos a luta dos professores se faz necessário compreender um pouco de sua trajetória, percebida no interior de um processo mais geral, de efetiva proletarização do professorado brasileiro.

Para a análise desse processo de proletarização⁸⁹, partimos da ideia que o professorado manauara assim como os docentes de todo o país, sofreram uma ação de constante desvalorização econômica e social, ocasionada principalmente pelo arrocho salarial ocorrido no período da ditadura civil-militar.

No contexto local, convém mencionar que o crescimento populacional do Estado do Amazonas dobrou entre os anos de 1940 e 1970⁹⁰, o que aumentou a necessidade de mais professores, principalmente para atender a demanda crescente da educação básica. Tal demanda, acabou por obrigar a formação acelerada – e

⁸⁷ Mencione-se, apenas à título de exemplo, as grandes greves do Distrito Industrial de Manaus que, eclodindo timidamente nos primeiros anos da década de 1980, chegaram a seu ápice com a paralização dos Metalúrgicos, em 1985, até hoje tida como a maior greve já realizada no âmbito da Zona Franca de Manaus. Cf. SANTIAGO, Célia. *Clandestinidade nas linhas de montagem...* Op. cit.

⁸⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Op. cit.

⁸⁹ Existem discussões sobre a proletarização do professor. Para uma ideia contrária, recomendamos ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho docente e proletarização. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 36, p. 25-37, dez. 2009.

⁹⁰ Segundo dados do IBGE, a população amazonense, que em 1940 era de 438.008 pessoas, tem um salto para 955.235, em 1970. Enquanto a população amazonense eleva-se numa porcentagem de pouco mais de 118%, a população de Manaus subia, no mesmo período, em porcentagem mais elevada, de 192%. *Anuário Estatístico do IBGE, 1971-1975*.

precária – de novos educadores, processo que fez surgir, por exemplo, os cursos de Licenciaturas Curtas, inclusive no interior do Estado do Amazonas.⁹¹

As dificuldades de se ter professores no interior do estado, foi outra variante nas condições econômicas da categoria, tendo em vista o vasto território que compõe o Estado do Amazonas, o que fazia com que o servidor trabalhasse em condições bastante precárias. Ter professores nessas localidades, demandou muitas vezes a saída de profissionais da capital amazonense para os mais distantes rincões do estado.

Em 1971, pudemos perceber essa dificuldade através de uma nota num periódico amazonense, expondo as dificuldades que uma professora estava tendo para assumir o compromisso de lecionar no interior do Amazonas. Fora o fato de deixar a família, havia uma desconfiança referente a salário:

“Tenho medo de atrasar o pagamento, mas a gente está confiando no governo”, disse a professora normalista Rita de Cássia Ferreira dos Santos, que foi a última a inscrever-se ontem na Divisão do Interior da Fundação Educacional para ir lecionar no interior.⁹²

Outro fator difícil para os docentes foi retratado pelo *Jornal do Comércio*, do dia 5 de maio de 1971, onde trazia uma matéria sobre as dificuldades que passavam os seringueiros e suas famílias. O seringueiro Francisco Pereira de Oliveira, morador do seringal no Rio Gregório, afluente do Juruá, em Eirunepé, 40 anos de idade e, desde os 12 trabalhando como seringueiro, expôs a necessidade de escolas no local:

Na região onde estou trabalhando, somos 42 seringueiros. Todos nós temos filhos e não queremos que sigam a mesma profissão. Existem 138 crianças em idade escolar e não possuímos nenhuma humilde escola sequer. Vou procurar falar com o sr. Secretário da Educação para explicar o problema e ao mesmo tempo implorar-lhe que nos dê uma professora. Vou dizer ao “sêo” Cabral⁹³, que os nossos filhos precisam aprender. Eles não poderão ser seringueiros como nós. Queremos para nossos filhos uma vida tranquila, onde não exista o cativoiro que impera nos seringais.⁹⁴

Portanto, a associação de crescimento populacional, formação acelerada e arrocho salarial tornaram-se fatores estruturais na queda do padrão de vida dos professores, sendo tal situação identificada como desencadeadora de um processo

⁹¹ No *Diário Oficial do Estado*, do dia 3 de março de 1971, foi criado tal modalidade de ensino em Parintins e Tefé, sendo ainda programado para 1972 e 1973 a implantação de mais dois em Humaitá e Benjamin Constant.

⁹² *O Jornal*. Manaus, 3 de abril de 1971, p. 2.

⁹³ José Maria Cabral, Secretário de Educação e Cultura em 1971.

⁹⁴ *Jornal do Comércio*. Manaus 5 de maio de 1971, p. 3.

de reação e resistência, que se pautou pela construção de um processo de unidade na categoria como condição para a busca por melhores condições de vida e trabalho. E isso em todo o Brasil. Para Ferreira Junior e Bittar, “premiada pelo achatamento salarial e pela rápida queda no seu padrão de vida e de trabalho, a categoria profissional dos professores públicos de 1º e 2º grau foi desenvolvendo uma consciência política”.⁹⁵

Até a década de 1970, o professorado nacional era, em boa medida, oriundo de grupos de profissionais liberais (advogados, médicos, padres etc.), portanto, formado por uma população de “considerado” poder aquisitivo⁹⁶. Após os anos setenta, o arrocho salarial, acrescido ao crescimento populacional e da formação acelerada dos docentes, foram os principais impulsionadores da queda do padrão de vida dos professores. O arrocho salarial, direcionado especificamente para os setores mais baixos da população brasileira, foi um dos mecanismos que o Estado ditatorial encontrou para controlar a alta inflação que acontecia na época, para tanto, o percentual de reajuste do salário mínimo era baixo o que diminuía o poder aquisitivo do trabalhador, incluídos aí os professores. Para Ferreira Junior e Bittar, “O processo de proletarização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979”.⁹⁷

No Amazonas, as condições do professorado não eram diferentes, e muitas eram as críticas ao governo local quanto a isso. Em 1973, ocorreu um debate na Assembleia Legislativa do Estado, em que ganharam destaque as críticas voltadas para o tratamento que o governo dispensava os professores da SEDUC. A bancada do MDB criticava o salário que o governo pagava a um professor das séries iniciais do primeiro grau (que era de salário mínimo⁹⁸), enquanto um mordomo do Palácio Rio Negro recebia exorbitantes Cr\$ 2.000,00 (dois mil Cruzeiros). além dos salários dos educadores estarem atrasados desde novembro do ano anterior.⁹⁹

⁹⁵ FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, nº 97, p. 1159-1179. Set/Dez 2006, p. 1169.

⁹⁶ MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. O lugar social docente: Proletário, Camada média ou trabalhador improdutivo? *Anais do XII Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2014, p. 1-11.

⁹⁷ FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. Op. cit., p. 1169.

⁹⁸ Por força do Decreto nº 72.148, de maio de 1973, o valor do salário mínimo para aquele ano passou a ser de irrisórios Cr\$ 312,00 (trezentos e doze Cruzeiros).

⁹⁹ *Jornal do Comércio*. Manaus, 3 de abril de 1973, p. 2.

Um exemplo de como profissionais de outra formação atuavam no magistério da época foi exposto por Nogueira, para quem, lecionar História, nas décadas de 1970 e 1980, era, muitas vezes, de responsabilidade de outros profissionais, até por conta de não existir, à época, cursos superiores de Licenciatura em História no Estado do Amazonas.

Por exemplo, quem dava aula de história no Estado e na própria universidade era alguém formado em história? Não. Não existia, não existia, por que como não existia um curso de história, não só de história, mas de outra disciplina, o ministério da educação ela tinha um chamado, ela fazia um exame, eu não me lembro bem o nome do exame, mas era um de tipo um exame, o camarada se apresentava ele prestava o exame e ele recebia uma autorização oficial e tudo pra dar aula daquela matéria. Então quem daria aula de história no caso, nada que aqueles professores que tinha interesse, mas eles tinham outra profissão, eram advogados por exemplos, por exemplos o professor Manoel Otávio que eu falei ele era um excelente advogado aqui em Manaus, e era professor de história. O professor Sebastião Norões que eu falei de geografia ele também era um advogado e era professor de geografia, não sei se você já chegou a ler, que até livro dele agora publicado trabalho **[inaudível]** professor Mário Ypiranga Monteiro, o professor Mário Ypiranga Monteiro também era advogado e era professor de geografia. Quer dizer, essa era a característica fundamental desse processo aí né, então você ia encontrar pessoas se dedicando a história, mas era de outra formação né, e não de história propriamente dita.¹⁰⁰

Isso não ocorria apenas com a disciplina de História, já que disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Moral e Cívica¹⁰¹, eram igualmente ministradas por pessoas com formação diferente das licenciaturas, sob o mesmo argumento da falta de profissionais para lecionar tais conteúdos. Ricardo Bessa foi professor nesta condição:

Eu iniciei muito jovem no meu trabalho, no Colégio Aparecida, como professor de OSPB e Educação Moral e Cívica. Por quê que eu fui ministrar estas aulas? Primeiro por que nós tínhamos dificuldades nessa época em é... conseguir professores formados, ainda mais nessa área que... não tinha curso que formava nessa área né? Principalmente quem dava aula de Moral e Cívica e OSPB era formado em História e Estudos Sociais, e no caso, eu não tinha História nem Estudos Sociais ainda, depois me graduei nas duas, me graduei em Estudos Sociais em Juiz de Fora e História em Bauru, Faculdade de Filosofia em Bauru em São Paulo. Mas eu entrei no vestibular, pra trabalhar como jornalista na *A Crítica* e fiz o vestibular para jornalismo. E como jornalista eu... era o que eu queria ser, jornalista. Eu vibrava, mas, eu tive algumas dificuldades, primeiro de ordem financeira que o jornal pagava muito mal, daí surgiu a possibilidade de dar aula como acadêmico de Jornalismo, por que como não tinha professores suficiente,

¹⁰⁰ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 3.

¹⁰¹ Decreto Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, que incluiu Educação Moral e Cívica nas escolas brasileiras além de para o ensino de segundo grau, a lei explicitava ainda a obrigação da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) em conjunto com Moral e Cívica.

o mercado de trabalho estava mais aberto para outros acadêmicos de outras áreas. Então como, me permitiram, o MEC me autorizou a dar aula de Moral e Cívica e OSPB em caráter temporário. E aí eu fui trabalhar como professor.¹⁰²

Já em 1967 a quantidade de alunos no Amazonas era uma preocupação do governo. Segundo José Vicente Aguiar, “às escolas criadas já não eram suficientes para atender a demanda crescente de alunos”¹⁰³. Em 1971, o Estado Amazonas dispunha de 1.178 escolas de e 3.573 professores para o ensino primário nas diversas instâncias administrativas (federal, estadual, municipal e particular), sendo que a demanda de estudantes ainda era alta principalmente na área rural do estado, mesmo esta sendo atendida pela maioria das instituições de ensino. A partir de 1972 também se percebe que os municípios tiveram um aumento nos seus quadros de instituições e professores, aumento esse motivado pela mudança da LDB, que aumentava de quatro para oito anos o ensino de primeiro grau, aumentando paralelamente o número de alunos e a necessidade dos municípios de ampliar a quantidade de vagas com a nova demanda.¹⁰⁴

A transição de APPM para a APPAM, foi um processo de fortificação do movimento dos professores públicos, que tomou força numa cisão, do professorado da rede privada, com os da rede pública. Segundo Gerson Medeiros

... eu fazia parte da criação da nossa Associação, que é realmente a primeira associação que nós resolvemos desenvolver essa tarefa que foi a APPM que é Associação Profissional dos Professores de Manaus, que naquela época tinha duas associações a APPM e a SAP, a Sociedade Amazonense dos Professores. A SAP vivia, era uma instituição que vivia de filantropia e a outra a APPM era mais ligada a iniciativa privada... Naquela época os professores, como não tinha ainda uma entidade que centralizasse as reuniões, a gente fazia por unidade, cada unidade de ensino, os professores daquela unidade, iriam reunir naquela unidade pra discutir pra discutir as reivindicações, tá bom? Castelo Branco, aqui do São Jorge, professores do São Jorge, da Compensa tudinho iam pro Castelo Branco, lá na quadra, ou então na sala a gente fazia a discussão sobre as reivindicações daquela unidade. Cada unidade. Aparecida fazia o seu processo de reunião e de reivindicação. O que aconteceu depois disso aí? A gente viu que não era por aí que a gente resolvia nosso problema, né? A gente falou com o Flaviano Guimarães, que era o presidente da APPM, o Flaviano Guimarães, que era presidente da APPM, pra gente usar, se ele podia ceder pra nós a APPM, pra gente fazer o enfrentamento da luta política. E o Flaviano: olha tudo bem, já que tava lá sem... não tava funcionando mesmo! ...dia dezessete de setembro de mil novecentos e setenta e nove, a APPM recebe a carta sindical. Ora após receber a Carta

¹⁰² FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 3.

¹⁰³ AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002, p. 123.

¹⁰⁴ *Anuário Estatístico do IBGE, 1971-1975*.

Sindical significa dizer que praticamente a criação do Sindicato dos Professores da Iniciativa privada ...então se torna um Sindicato ligado exatamente aos professores da iniciativa privada. E aí que como agora como fazer pra resolver essa situação que tinha que ter alguma associação pra fazer a luta política. Aí em Plenária nós mesmos decidimos que a APPM seria transformada em APPAM a Associação Profissional dos Professores do Amazonas. Então e lá que a gente vai desenvolver essa tarefa, até mil novecentos... até a constituição... E foi feito todo esse processo.¹⁰⁵

A transição da APPM para APPAM, também foi vista como uma forma de calar o movimento dos professores públicos, tendo em vista a força que ele vinha ganhando em suas ações. O enfrentamento tomou força na transição da década de 1970 para 1980, e mesmo estando inserido temporalmente no contexto da ditadura civil-militar, o governo amazonense propunha forma de paralisar os docentes. Para Nogueira

Em setenta e nove e daí as lutas se deram na APPM nesse período quando foi, nós tivemos um, quase que aplicavam um golpe em cima da gente, por que a APPM ela tinha entrado com um processo alguns anos antes em se transformar em sindicato, mas era proibido funcionário público ser sindicalizado, e eles não deram, não facilitaram isso. Ter APPM tava com esse processo lá, e quando se deu esse movimento já na época do Lindoso né, já falando do Lindoso, sabe o que eles fizeram, rapaz, chamaram Flaviano Guimarães que era presidente do APPM, Flaviano nós temos sua carta sindical. Agora observe a APPM estava congregando professores do estado do município além de professores que tinham o direito de se sindicalizar pelo sindicato das escolas particulares. Quando saiu a APPM sindical, estreitou a representatividade (inaudível) foi quando APPM, não APPM, APPAM surge, foi neste momento é que me indicam como presidente dessa nova entidade. Nós tava em reunião com o governo quando eles disseram: não, vocês não podem mais! nós podemos, nós temos uma associação tá aqui o estatuto Associação Profissional dos Professores do Amazonas. Rapaz, eles botam a mão na cabeça, e que o presidente agora é o professor Aloysio Nogueira (risos). Rapaz foi um tapa assim violento, e assinamos um acordo já como uma entidade, APPM à época, e, e daí vem a luta para que esse acordo se realizasse, aí é que é o problema, eles assinam, tudo bem e tal, resolve algumas coisinhas logo de imediato. Rapaz, o professor dava aula assim, estupidamente, por que tudo foi organizado.¹⁰⁶

Arminda Mourão, professora da Universidade Federal do Amazonas, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, foi outra colaboradora de nossa pesquisa. Na época de sua entrevista ela se encontrava na condição de coordenadora daquele Programa de Pós-Graduação. Além de professora, Arminda Mourão, como é mais conhecida, é também pesquisadora dos movimentos sociais do Amazonas, enfatizando em seus trabalhos a ação de diversas

¹⁰⁵ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 1-2.

¹⁰⁶ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 8-9.

categorias, como a dos professores. Além do mais, tem pesquisas sobre o movimento docente das décadas de 1980 e 1990, pesquisas essas que resultaram em sua Dissertação de Mestrado¹⁰⁷. Portanto, é alguém que, como os demais colaboradores que entrevistamos, tem propriedade nas análises de tais movimentos, e não só pelas pesquisas que desenvolveu, mas também por ter participado ativamente de tais movimentos. Por mais de duas décadas foi filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, por este motivo, pôde transitar entre sindicatos de diversas categorias, embora sua maior aproximação tenha sido com o movimento dos professores, ao qual passou a se vincular mais pontualmente no início da década de 1980. Sobre este processo de fortalecimento da categoria, através da APPAM ela nos conta:

Bem, eu faço concurso para o Estado 1984, mas eu já acompanhava o movimento dos professores... eu era responsável no Partido Comunista, eu era a única naquele momento militante de sindicato, o forte do Partido Comunista era o movimento estudantil, e as grandes lideranças saíram do movimento estudantil né, e eu era o nome que trabalhava no sindicato. Era a associação, mas era o movimento de organização dos trabalhadores. Então eu acompanhava a APPAM como militante do Partido Comunista, e também eu trabalhava na empresa privada, eu era professora da rede privada, e junto com a APPAM foi criado o SINPRO, que é o sindicato dos professores que é da rede privada né, então eu, é, tinha filiado ao SINPRO, tinha aceso a discussão até por que o SINPRO foi dirigido por Flaviano Guimarães, que foi o presidente da APPM né, que se transformou depois em APPAM né, então eu acompanhava o governo sindical por ser é, é do SINPRO né, e por ser do Partido Comunista, ser única naquele momento, como única militante do movimento sindical.¹⁰⁸

Mourão, lembra um fato que vai ao encontro com a memória de Gerson Medeiros, quando aquele fala da estratégia sindical como uma possibilidade de “calar” o movimento dos professores. Gerson lembra que a APPM foi usada para se fazer o enfrentamento político pelos professores públicos em conjunto com os docentes da rede privada de ensino. Há uma peculiaridade na mobilização docente, pois aos servidores públicos não era dado o direito de se criar sindicatos, diferentes da iniciativa privada. Portanto,

... dia dezessete de setembro de mil novecentos e setenta e nove, a APPM recebe a carta sindical. Ora após receber a Carta Sindical significa dizer praticamente a criação do Sindicato dos Professores da Iniciativa privada. Olha só, a APPM então ela recebe... então se torna um Sindicato ligado exatamente aos professores da iniciativa privada. E aí que, como agora,

¹⁰⁷ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., 1997.

¹⁰⁸ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista gravada em 1º de fevereiro de 2017*. Realizada por James Batista, digitada, p. 5. Embora fale apenas em “Partido Comunista”, a professora quer referir-se, bem entendido, ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

como fazer pra resolver essa situação que tinha que ter alguma associação pra fazer a luta política? Aí, em plenária, nós mesmos decidimos que a APPM seria transformada em APPAM a Associação Profissional dos Professores do Amazonas.¹⁰⁹

Personagem importante no movimento dos professores na década de 1980, José Ribamar Bessa Freire, mesmo não sendo um dos entrevistados, traz-nos através de crônicas importantes, uma significativa parte da memória dos movimentos dos professores daquele período. Em uma análise da greve do professorado amazonense de março de 2018, o professor traz à tona sua experiência de como as mobilizações da década de 1980, lembrando inclusive de como professores experientes – como a Dona Waldenora - tiveram importância na motivação e construção do movimento, coisa extremamente necessária num momento que ainda vivenciava os resquícios ditatoriais. Para ele

Houve um salto qualitativo do movimento em relação ao iniciado há quase 40 anos, do qual tive o privilégio de participar ativamente. Foi no 12 de abril de 1979, uma quinta-feira santa. Fazia um mês que José Lindoso, o novo governador do Amazonas eleito pelo voto indireto, havia tomado posse. A situação salarial do magistério se degradava. A ditadura começava a descer ladeira abaixo. Em São Paulo, os metalúrgicos faziam greve com grandes manifestações, dando exemplo aos trabalhadores em todo o Brasil.

Um grupo pequeno de professores decidiu ressuscitar a velha APPM – Associação Profissional dos Professores de Manaus, então presidida por Flaviano Guimarães tendo Freida Bittencourt como vice-presidente. Editamos no mimeógrafo mais de mil exemplares do Boletim da APPM e distribuimos nas escolas de Manaus convocando os professores para uma reunião em plena semana santa, no salão paroquial da igreja de Educandos cedido pelo vigário Francisco Pinto. Compareceram 20 gatos pingados.

Teria sido um fracasso se, entre os presentes, não estivesse dona Waldenora, professora do Grupo Escolar Cônego Azevedo, responsável por alfabetizar centenas de crianças e adultos. Embora jamais pronunciasse um palavrão dentro da sala para não dar mal exemplo, fora da escola era uma senhora respeitável, mas saudavelmente desbocada, capaz de mandar o governador tomar no pescoço francês. Com um discurso vigoroso, ela deu uma injeção de ânimo, nos indicou o caminho, recomendando persistir.

Fizemos novas edições semanais do boletim e continuamos a distribuir nas escolas. Começaram a chegar outras pessoas às inúmeras reuniões de organização, inclusive na Casa do Trabalhador, na rua Marcilio Dias. O número de participantes crescia de uma reunião à outra. Alguns meses depois reuníamos mais de 5 mil professores numa enorme assembleia na Quadra do Olímpico. Dona Waldenora estava lá, ela e sua indignação. Naquele ano, o movimento obteve vitórias importantes, conseguindo

¹⁰⁹ MEDEIROS, Gerson. Entrevista..., p. 2.

dialogar com o governo Lindoso que foi mais flexível que Amazonino ou Gilberto Mestrinho.¹¹⁰

Tendo um instrumento para o enfrentamento, os docentes através da APPAM, partiram, na década de 1980, para as negociações com os governantes. As negociações foram feitas ainda com o governo anterior a Gilberto Mestrinho, o de José Lindoso, do PDS. Contudo, o processo de enfrentamento, descambaria, a seguir, para o governo de Mestrinho. De acordo com Nogueira:

É quando vêm as eleições e Gilberto assume, o Gilberto no próprio assumir o governo ele já vem dizendo que vai ficar vinte anos no poder, vinte anos no poder, e eu digo olha a coisa não vai ser fácil aí, muito bem, e começamos a nos organizar para a elaboração de um documento para apresentar ao novo governo né por que aquele ele já não assumia a responsabilidade a documentação anterior, foi quando nós apresentamos a reivindicação de oitenta e três, aí é que vem a questão, ele não negociou. Olha oitenta e três, oitenta e quatro, oitenta e cinco é que vai acontecer um processo, e a repressão, o governo da, se o governo da ditadura não teve força política para reprimir o movimento a maneira como Gilberto, a época que não teve condições. Rapaz, nós até nos admirávamos, rapaz nós vamos ser presos **[inaudível]** aguenta firme, aguentou, mas por causa da conjuntura nacional **[inaudível]** é diferente, é preciso examinar isso aí, eu examino essas coisas. Quando em oitenta e dois que entra Gilberto muda a conjuntura política que foi eleito democraticamente governo, município não né, quem que ele indica pra ser **[inaudível]** Amazonino Mendes, Amazonino Mendes, então o Gilberto ele já vinha com a conversa de que esses movimentos eram algo para destruir.¹¹¹

Como se verá com mais detalhes à diante, a Greve de 1983, foi se personificando ainda em 1982, motivada por problemas referentes a atrasos salariais dos docentes dos municípios interioranos do estado, e à contratação de professores temporários em ano eleitoral, quando havia concursados aguardando a chamada para nomeação, além do não pagamento do 13º salário. Estes foram alguns dos fatores que levaram os docentes à mobilização. Os municípios de Itacoatiara e Fonte Boa foram os pioneiros da paralisação, o que criou a possibilidade de extensão a outras localidades.¹¹²

As tentativas de negociação eram infrutíferas e a postura de Mestrinho com os docentes se mostravam complicadas para o êxito das demandas docentes. Gerson Medeiros expõe essa situação:

¹¹⁰ FREIRE, José Ribamar Bessa. Domingo da Ressureição: a greve de professores. Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1389-domingo-da-ressureicao-greve-de-professores-no-amazonas>. Acessado em 18 de Novembro de 2018.

¹¹¹ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 12.

¹¹² DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., p. 92.

Aí como a gente já vinha no processo de uma luta, de organização, de conversa desde setenta e nove, nossa conversa com os professores, já é a APPAM que vem a frente desse processo de luta, daí que nós levamos a proposta pro governador, pra ele avaliar. O governador ele estava assumindo estas questões, e ele deu prazo pra responder o documento dos professores que era um elenco de reivindicações muito grande, mas como disse, o fundamento dela, os eixos principais a gente não podia perder de vista isso aí. Então o Gilberto foi postergando o tempo... ele fazia acusações metendo até movimentos políticos, que ele tinha sido eleito democraticamente pelo povo aquela coisa toda, que achava que realmente não dava pra responder aquela questão por que estava assumindo, que não tinha como responder.¹¹³

Não havendo um entendimento entre o governo e professores, em novembro de 1983, os docentes paralisaram as atividades didáticas, como pressão ao governador. Entretanto, a resposta do governo, como já foi posto aqui, foi ameaçar os professores com demissão, mesmo que tenha causado danos aos educadores, os mesmos continuaram seus atos de manifestação. Frente ao poder hegemônico, os docentes manauaras optaram pela greve. Dentro do acontecimento da greve, como resposta mais radical à postura do governo, a categoria dos educadores optou por uma atitude mais extrema na esperança de chamar a atenção, naquele momento, da opinião pública: a *Greve de Fome* que se iniciou dia 1º de dezembro de 1983, ao meio dia, na Igreja de São José Operário¹¹⁴. Nogueira lembra deste fato, com entusiasmo, pela maneira como se organizou o movimento naquele momento para as ações da greve de 1983, mesmo não tendo sido um daqueles grevistas. Diz Nogueira:

Rapaz, isso aí movimentou, de uma... encheu assim aquele Olímpico Clube. Rapaz uma assembleia monstruosa rapaz, eu não estava dirigindo a entidade a época porque o dirigente **[inaudível]** setenta e nove, oitenta, depois passaram pra outro, quem estava dirigindo essa entidade, ele até morreu o dirigente, o Barbosa, Barbosa, mas o Barbosa não tinha, é isso que eu te digo não tinha a oratória e não tinha a capacidade de agregar o... ele foi praticamente atropelado rapaz, sem querer: “pode ser, não você vai e faz a proposta”. Então eu é que falava, eu que dirigia, enfim retomei todo aquilo que eu fazia antes desse movimento, então tanto é que surgiu a greve de fome, sabe essa igreja aqui da praça quatorze ali na Duque de Caxias, na Visconde de Porto Alegre? Como é o nome? São José Operário, rapaz, eu nunca tinha visto aquilo rapaz, o Ricardo Bessa foi um dos que entrou em greve né de fome, o Barbosa o também, o presidente entrou em greve de fome, como é que, desistir da presidência, como é que pode, ele foi, que dizer ele foi, daí deixou o flanco aberto né, mas daí tinha um grupo que o apoiava, e nós seguramos a barra, rapaz foi uma parada...¹¹⁵

¹¹³ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 5.

¹¹⁴ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., p. 128-129.

¹¹⁵ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 13.

Ricardo Bessa foi um dos grevistas que radicalizaram o processo ao fazer greve de fome. Ele substituiu o então presidente da APPAM, Professor Barbosa. A greve de fome, radicalização do movimento motivada pela demissão sumária de professores concursados, que não poderiam ser demitidos pelo vínculo funcional, é um evento de grande importância para os entrevistados, tendo em vista a comoção social que causou na sociedade amazonense. Podemos perceber, que o evento se entrelaça na memória destes com outros que estão temporalmente distantes. Neste ponto expomos a ligação das memórias com a greve de fome, demissão sumária dos docentes, a Assembleia de sete mil professores em 1983 e a caminhada até o Palácio Rio Negro em 1985 com o enfrentamento a Polícia Militar.

A memória também é constituída por três elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Os *acontecimentos* estão ligados a pessoas que viveram um fato pessoalmente ou por tabela. Acontecimento por tabela, diz respeito a importância que um fato tem no imaginário da pessoa, embora fique a incerteza de sua participação ou não nele. O segundo elemento da memória são os *personagens*, que na mesma perspectiva dos acontecimentos, podem estar presentes na memória por tabela. Por fim, os *lugares*, outra parte da memória, constitui-se de uma lembrança pessoal, mas “pode também não ter apoio cronológico”.¹¹⁶

Esse apoio cronológico, ou as datas, dentro da memória, é descrito assim por Polack:

Além dessas diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica datado como data precisa de um acontecimento.¹¹⁷

Talvez por esse motivo, Ricardo Bessa agrupe em sua memória a realização de uma assembleia acontecida no Olímpico Club em Manaus, no ano de 1983, com a caminhada ao Palácio Rio Negro no ano de 1985

Em oitenta e cinco, sete mil professores no Olímpico, lotamos o Olímpico, as arquibancadas do Olímpico. Sete mil professores e aí aprovamos a nossa pauta de reivindicação pro governador e uma delas era a questão salarial e a questão democrática também, a liberdade das escolas, a eleição para diretores de escola, que a gente havia conquistado no governo anterior da Ditadura que ele havia tirado, ou seja, ele fez pior que a Ditadura. Quando nós tentamos o diálogo pra tentar levar nossa pauta de reivindicação, ele disse que não ia atender e não quis atender e nós

¹¹⁶ POLACK, Michel. Memória e identidade social..., Op. cit., p. 2-3.

¹¹⁷ Ibid., p. 3.

dissemos que nós iríamos invadir o Palácio, aí ele respondeu: “Se invadir o Palácio, eu vou meter a peia nos professores”.¹¹⁸

Medeiros atrela dentro desse recorte distinto a participação do representante da Igreja católica, em 1985, quando este estava associado a greve de fome, demonstrando a dificuldade que a memória tem em relacionar ao evento, data e nomes:

A gente se uniu e foi andando e tal, e na Joaquim Nabuco tinha um outro batalhão com baioneta apontando pra gente, quando a gente chega em frente ao Palácio, a gente percebe benzinho que aquela Polícia de Choque tava todinha dentro do Palácio, aqui na Cultura que é o Palácio do Governo, todo mundo ali e eu disse: Rapaz, vai dar merda. Isso vai dar merda! É que o Chico Queiroz foi se apresentar dizendo seu sou o Chico Queiroz, Presidente da Assembleia e nós viemos aqui conversar com o governador sobre a pauta dos professores. Até o Dom Milton esteve presente nessa reunião, mas o Dom Milton foi em oitenta e três... é tanta coisa pra estar lembrando...¹¹⁹

Aloysio Nogueira é outro que destaca uma relação entre a reunião no Olímpico Club e a greve de fome com a caminhada de 1985:

...daí nós entramos com o protocolamos, né com o nosso documento reivindicatório, ..., então Gilberto acompanhou o movimento, daí é que vem se alastrou uma série de repressão em relação ao movimento, tanto é só pra te dar um exemplo, ele demitiu sumariamente uns, acho que uns setenta professores, sai nos jornais rapaz o nome de cada um, tem alista deles sumariamente demitidos. Eu por exemplo, eu e minha mulher fomos demitidos sumariamente. Agora como é que você concursado é demitido sumariamente? *Rapaz isso aí movimentou, de uma, encheu assim aquele Olímpico Clube rapaz uma assembleia monstruosa rapaz eu não estava dirigindo a entidade a época porque o dirigente (inaudível) setenta e nove, oitenta, depois passaram pra outro, quem estava dirigindo essa entidade, ele até morreu o dirigente, o Barbosa.... Então eu é que falava, eu que dirigia, enfim retomei todo aquilo que eu fazia antes desse movimento, então tanto é que surgiu a greve de fome, sabe essa igreja aqui da praça quatorze ali na Duque de Caxias, na Visconde de Porto Alegre? ... São José Operário, rapaz, eu nunca tinha visto aquilo rapaz, o Ricardo Bessa foi um dos que entrou em greve né de fome, o Barbosa o também, o presidente entrou em greve de fome, como é que, desistir da presidência, como é que pode, ele foi, que dizer ele foi, daí deixou o flanco aberto né, mas daí tinha um grupo que o apoiava, e nós seguramos a barra, rapaz foi uma parada, foi lá veio cá e nada do governo atender né, com, negociar pelo menos, fazer pelo menos uma negociação, nada, foi quando nós nos mobilizamos pra fazer uma caminhada do colégio estatual ao palácio rio negro que era ali na sete de setembro e que nós fossemos pedir uma negociação. A primeira que nós marcamos, nós tivemos que desmarcar por que foi a morte do Tancredo*

¹¹⁸ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 13.

¹¹⁹ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 7.

Neves, a segundo foi quando se efetivou né, tava até com chuva, um pouco e chuva e tal.¹²⁰

Após esse ato, com apoio de representantes políticos e religiosos, a greve foi suspensa e a categoria teve como conquista as eleições diretas para diretores de escolas e a discussão de um piso salarial. Embora tenha existido tal “conquista”, ocorreriam ainda na administração de Gilberto Mestrinho, outros protestos e mobilizações de luta, como a caminhada ao Palácio Rio Negro, em 1985.

1.4. A EDUCAÇÃO NO AMAZONAS NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA

O processo de abertura política brasileiro, com falência do regime militar, possibilitou que diversas estruturas do país passassem a ser pensadas sob a ótica da democracia, e tal perspectiva, alcançou frontalmente o debate sobre a educação nacional, sinalizando mudanças. Emerge a ideia de “ensino democrático”, sendo “aquele a que todos podem ter acesso em igualdades de condições”.¹²¹ Assim, inserida nessa diretriz, a proposta de se estender a educação para a grande parcela da população brasileira foi pensada naquele momento, através da reformulação do ensino fundamental – ensino de 1º grau. Para Aldenice Bezerra:

Democratizar o ensino em todos os níveis, dando prioridade ao Ensino Fundamental, eis uma das propostas mais presentes no debate da educação brasileira nos anos 80. Em especial com o advento da Nova República, cujo maior compromisso era a “construção da democracia” aliada à “promoção do desenvolvimento com justiça”. Entendido o papel da educação como um dos instrumentos, por excelência, de formação da cidadania, foi estabelecido, como objetivo maior da política educacional, a efetiva universalização de uma escola básica, de caráter nacional.¹²²

No entanto, o que se pôde perceber foi uma precarização do ensino nas esferas públicas do país, apresentadas pelas diversas greves docentes na primeira parte da década de 1980.

¹²⁰ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 14. A parte grifada, reproduzida na página 62, é aqui recolocada em seu contexto mais amplo, tão-somente para salientar as conexões entre temporalidades diferenciadas e articuladas pela memória, que estamos querendo apontar.

¹²¹ MELLO, A. S. de. Mudanças nas propostas educacionais no Estado estrito senso. Apud: BEZERRA, Aldenice Alves. *Escola Pública no Amazonas: As políticas de 1987 a 1994*. Manaus: EDUA, 2013.

¹²² BEZERRA, Aldenice Alves. *Escola Pública no Amazonas...*, Op. cit., p. 49.

Os dados do IBGE da década de 1980, já nos dão uma base da participação efetiva da educação particular, assim como o crescimento deste ramo no recorte descrito, o que torna necessário repensar essa *democratização* do ensino.

A escola, parte da estrutura do Estado, não esteve separada da concepção da luta de classes, enquanto formadora de classes antagônicas dentro do processo capitalista. A quem serve a escola pública pensada na década de 1980, quando *democratiza* uma única etapa da Educação, neste caso, o Ensino Fundamental?

Para Luiz Antônio Cunha, a escola serve de interesse para uma classe privilegiada, ou seja, a burguesia¹²³. O autor define sua concepção da escola fazendo uma analogia com uma escada, onde a classe social menos favorecida economicamente não alcançaria graus mais altos na “promoção social”. Em seu entendimento

Para os que se apresentam no ensino superior, os estudantes oriundos da burguesia, os graus inferiores do ensino aparecem como uma escada. Para os que se viram obrigados a abandonar a escola após os estudos primários ou após uma escola de ofícios, não há uma escola, mas duas escolas, escolas distintas, ou, melhor, duas redes de escolarização. Para eles, a escola não é contínua, mas descontínua. ¹²⁴

Neste contexto, a escola é entendida como “*um instrumento de luta encarregado de assegurar, a qualquer preço, a dominação da ideologia burguesa contra um adversário real: o proletário*”. ¹²⁵

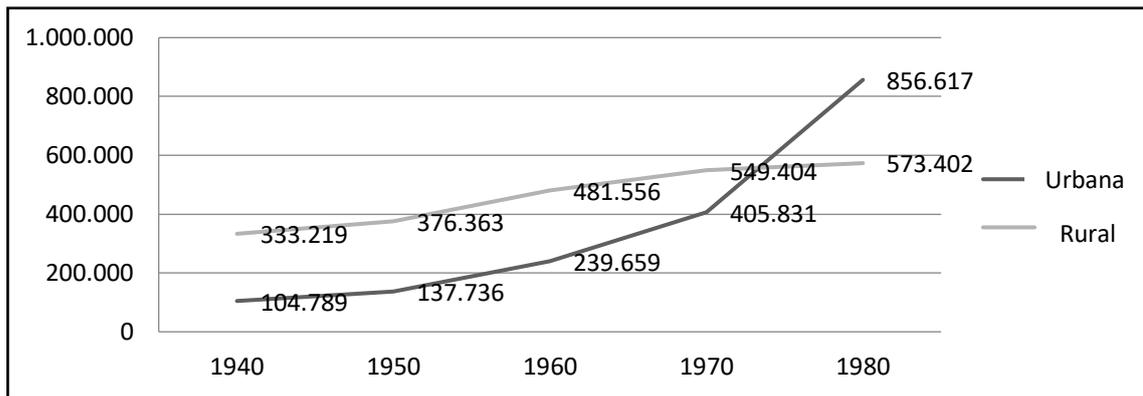
No que tange a estrutura educacional no Amazonas, ocorreu na década de 1980, várias transformações oriundas principalmente do aumento demográfico do Estado em virtude da variação da relação população urbana e população rural. O aumento populacional do Estado do Amazonas veio se desenvolvendo gradativamente e tomando um impulso considerável entre as décadas de 1970 e 80, principalmente empurrado pela criação de postos de trabalho motivadas pelo surgimento da Zona Franca de Manaus e pela crise econômica que se instaurou durante o Regime Militar. Assim, a transposição da população rural, deslocou-se de maneira mais perceptível nas décadas mencionadas.

¹²³ O conceito de burguesia aqui adotado, refere-se à classe de maior poder aquisitivo econômico e social em detrimento aos proletários, ou seja, aqueles que necessitam negociar sua força de trabalho em troca de salários.

¹²⁴ CUNHA, Luiz Antônio. *Uma leitura da teoria da escola capitalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, p. 13

¹²⁵ Idem, p. 15.

Gráfico 1
População do Amazonas, 1940-1980



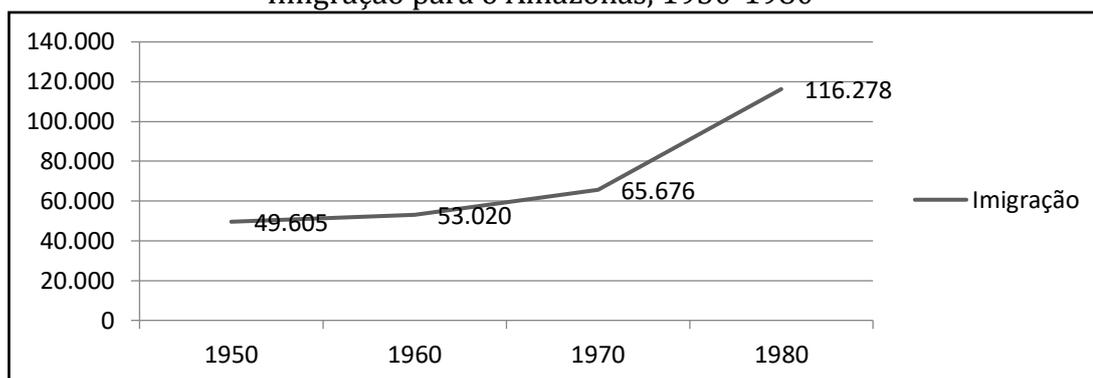
Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE, 1980-1985.

Tanto no presente, quanto no passado, o aumento da população amazonense tem sido um fato que se desdobra motivado principalmente por fatores econômicos. Assim foi na segunda metade do século XIX, com a emergência da economia gumífera, quando o dinamismo econômico motivou também novas sociabilidades e investimentos nas áreas de educação e cultura. Como assinalam alguns autores, *“após 1890, quando a borracha começou a alcançar preços máximos no mercado mundial, é que a cidade adquiriu um caráter mais cosmopolita”*.¹²⁶

Outro fator contribuinte para o aumento populacional da região, foi a alta taxa de imigração para o Estado, disponíveis para um período posterior. Segundo dados do IBGE, na década de 1940, imigraram para região um total de 49.605 (quarenta e nove mil, seiscentos e cinco) pessoas. Assim como a transição populacional interna do Amazonas, a imigração acentuou-se entre as décadas de 1970 e 80. Na década de setenta, a quantidade aferida por àquele Instituto foi de 65.676 (sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) pessoas e, em dez anos, saltou em mais de setenta por cento. A população de Manaus tomou novo impulso a partir da década de 1960, quando do período de implantação do projeto desenvolvimentista da Zona Franca de Manaus.

¹²⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003, p. 37

Gráfico 2
Imigração para o Amazonas, 1950-1980



Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE, 1980-1985.

A Zona Franca de Manaus, projeto criado pelo regime militar em 1967, tinha por objetivo implementar o desenvolvimento regional, aliado ao discurso da proteção e soberania nacional com reforços às fronteiras amazônicas. De acordo com Patrícia Silva:

... com o discurso de proteger as fronteiras nacionais, em nome da “segurança nacional”, do perigo que vinha de fora da fronteira, houve um investimento com criação de portos e aeroportos, e a militarização das áreas de fronteira. Por outro lado, existia a ideia de “integrar para não entregar”, ou seja, as possíveis ameaças da internacionalização se fizeram presentes em incentivos para migração e povoação das regiões consideradas pelos militares como “vazios demográficos”, e, logicamente, a necessidade de investir na economia desses “espaços vazios” se colocava como pauta de urgência.¹²⁷

No que tange à organização das séries e faixas etárias do ensino brasileiro na década de 1980, a legislação vigente era a Lei 5.692, de 1971. Essa legislação acabou com o ensino primário e secundário¹²⁸ e os transformou em ensino de primeiro e segundo graus. A partir de então o primeiro grau contou com oito séries anuais diferente das quatro do ensino primário, e o ensino de segundo grau poderia contar com três ou quatro séries.

No ensino Pré-Escolar, o Amazonas adentrou a década de 1980 com um total de 15.525 alunos matriculados em todas as esferas administrativas (municipal, estadual, federal e particular), aumentando durante os quatro anos analisados

¹²⁷ SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços construindo sentidos...*, Op. cit.

¹²⁸ A lei 4.024 de 1961 intitulada Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB, previa uma divisão em Ensino Primário com quatro anos, e o Ensino Secundário dividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial, sendo o primeiro com quatro séries e o segundo com três. Admitia-se ainda dentro do Ensino Secundário, dentre outras, a formação para professor.

(1980-1984), para uma quantidade de quase 40.000 estudantes. Um dos fatores analisados que chama atenção neste tipo de ensino, é a quantidade de unidades escolares particulares. Levando-se em consideração o tamanho do Estado do Amazonas, temos no início da década apresentada uma certa equidade entre as unidades particulares e a rede estadual. Esse fator diferencia-se na quantidade de trabalhadores, pois, no mesmo período, a quantidade de professores estaduais não seguiu a proporção de docentes particulares. O interessante neste caso, é a relação quantidade professor/aluno, já que aumentou a números de estudantes, mas no caso dos docentes estaduais, esse aumento não acompanhou a mesma evolução das escolas particulares.

Tabela 1
Ensino Pré-Escolar no Amazonas (1980-1984)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984
Unidades					
Total	103	195	239	283	593
Município	2	53	60	61	298
Estado	46	75	92	146	164
Particular	54	65	85	76	131
Professores					
Total	676	764	928	1.094	1.646
Município	135	101	133	172	516
Estado	164	262	317	513	497
Particular	366	387	456	409	633
Matriculas no início do Ano					
Total	15.525	20.836	25.644	27.409	39.095
Município	2.986	3.418	4.241	5.857	11.838
Estado	4.923	7.796	10.009	12.988	14.263
Particular	7.163	9.086	10.838	8.564	12.994

Fonte: Anuários Estatístico do IBGE, 1980-1985. Produzido pelo autor da pesquisa.

No caso do ensino de Primeiro Grau, foi mais perceptível o desordenamento no quantitativo da relação aluno-professor. A quantidade de matrícula já no início da década era expressiva para uma quantidade bem menor de professores desta modalidade de ensino. No caso do Estado, que é o foco desta pesquisa, em 1980 foram matriculados 187.919 alunos para um total de 5.737 professores resultando uma média de aproximadamente trinta e dois alunos. Em 1984, a quantidade de

matriculas subiu para 220.734 alunos e a de docentes para 7.493, o que não diferenciava em número a quantidade de alunos para cada professor.

Como se vê na Tabela 2, os dados do IBGE, demonstram que a grande quantidade de alunos, dentro do recorte apresentado, encontrava-se matriculada na Rede Estadual de Ensino. Assim, a maioria dos professores estavam localizados também nesta esfera administrativa. Por essa razão, não foi difícil compreender que a maioria dos professores que encabeçaram as greves e outros movimentos docentes deste período, tivessem em seu interior uma grande quantidade de docentes pertencentes à Secretaria Estadual de Educação. Gerson Medeiros era um destes professores e explica que havia uma ascensão na carreira docente, iniciando do Primeiro Grau, que atualmente corresponde ao Ensino Fundamental, para a docência no Segundo Grau, que é o Ensino Médio, ambos integrantes da Educação Básica brasileira.¹²⁹

Tabela 2
Ensino de 1º Grau no Amazonas (1980-1984)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984
Unidades					
Total	2.764	2.951	3.257	3.053	3.078
Município	1.771	2.367	2.590	2.680	2.704
Estado	781	483	501	288	297
Federal	14	6	28	2	2
Particular	198	88	138	83	75
Professores					
Total	9.129	9.937	10.825	11.939	12.512
Município	2.415	2.894	3.083	3.563	4.004
Estado	5.737	6.087	6.538	7.360	7.493
Federal	24	77	69	59	70
Particular	953	879	1.135	957	945
Matriculas no início do Ano					
Total	282.204	299.771	323.771	336.691	353.440
Município	71.235	84.481	89.746	102.093	104.921
Estado	187.919	188.831	200.936	207.449	220.734
Federal	521	2.033	1.587	946	953
Particular	22.529	24.426	31.041	26.203	26.832

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1980-1984.

¹²⁹ “Eu já sou professor estatutário desde 1976. Comecei ainda pelo primário, e depois eu fui de acordo com o estatuto, eu fui galgando a carreira. Aí veio os concursos para o Ensino Médio, de primeiro grau também de ensino fundamental, e aí eu saí exatamente para esse segmento aí”. MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 1.

Já o Ensino de Segundo Grau tinha uma peculiaridade frente aos outros tipos de formação. A falta de professores especializados na disciplina, fazia com que profissionais de outras categorias lecionassem nessa modalidade. Como vimos à página 57, Ricardo Bessa foi um dos profissionais que lecionou nesta condição, no momento ainda sem ser licenciado em alguma disciplina, obteve permissão para dar aulas de OSPB e Moral e Cívica.¹³⁰

As disciplinas expostas por Ricardo Bessa foram utilizadas pelo regime ditatorial na consolidação dos ideais militares dentro das Escolas. Várias eram as finalidades das disciplinas criadas dentro do contexto da Ditadura Militar, indo, supostamente, da preservação do espírito religioso ao aprimoramento do caráter, mas dentro da ideologia do governo militar destacou-se:

Art. 2º ...

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana ...

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da interação na comunidade.¹³¹

Como se pode ver na Tabela 3, o ensino de Segundo Grau, demonstra uma baixa quantidade de matriculados, em sua totalidade, quando compara ao quantitativo populacional do estado visto no início da década de 1980 que ultrapassava 1,3 milhões de pessoas localizadas na região Urbana e Rural do Estado. Os poucos mais de vinte oito mil estudantes matriculados em 1980 saltaram em 1984 para mais de trinta e quatro mil, assim em torno de 0,3% da população total. No tocante às unidades, a quantidade também não acompanhou a população estudantil. Em 1980 eram cinquenta e quatro e passaram a ser oitenta e cinco. A quantidade de docente finaliza o recorte exposto com pouco mais de mil docentes.

¹³⁰ No caso das disciplinas de História e Geografia a docência também era ocupada por pessoas de outras áreas, como vimos no depoimento de Aloysio Nogueira, também transcrito às páginas 56-57.

¹³¹ Decreto Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969.

Tabela 3
Ensino de 2º Grau no Amazonas (1980-1984)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984
Unidades					
Total	54	66	78	73	85
Município	0	1	0	0	0
Estado	31	41	53	50	58
Federal	3	3	3	2	3
Particular	20	21	22	21	24
Professores					
Total	1.307	1.712	1.714	1.332	1.078
Município	0	4	0	0	0
Estado	725	1.038	1.061	927	1.128
Federal	162	235	221	53	223
Particular	420	435	432	352	357
Matriculas no início do Ano					
Total	28.556	33.424	35.846	28.214	34.471
Município	0	30	0	0	0
Estado	17.761	21.296	22.669	19.691	24.425
Federal	3.015	3.403	3.511	955	2.478
Particular	7.780	8.695	9.666	7.568	7.538

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1980-1985.

CAPÍTULO 2 A CAMPANHA DE 1983

*É greve em cima de greve
Que que há, todo mundo quer aumento
Quem tem não quer dar...*

*Pois sobe o leite, aumenta o pão
Chumbo grosso no povão
Só quem come é tubarão
Chumbo grosso no povão
Se gritar "Pega ladrão!"
O Planalto vai ao chão...*

*O salário do operário
Chega e dói o coração
O petróleo é uma mina
Vitamina da inflação
Ainda bem que tem a CUT
Que discute a solução
Quando sobe a gasolina
Chumbo grosso no povão...*

*Será que foi algum vírus
Que veio do exterior
Pra causar tanto transtorno
Num país tão promissor
Será que ninguém tem pena
Desse povo tão sofrido
Essas aves de rapina
É pior do que bandido
Mas agora o povo unido
Nunca mais será vencido...*

Greve – Dicro

2.1. DEMANDAS, EXPECTATIVAS E ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO DOCENTE

Como mencionado, em 1983 o professorado amazonense que iniciara seu processo organizativo alguns anos antes, inicia um movimento inédito em sua história: decide deflagrar greve como estratégia de luta para a garantia de melhorias salariais e em suas condições de trabalho. A importância desse movimento é incontestável e, por esse motivo, o movimento tem sido sempre referenciado como um marco na politização da categoria e de amadurecimento de suas organizações sindicais. Desta forma, anos depois, um registro produzido pelo SINTEAM, buscou enfatizar essa conjuntura de reivindicações e lutas:

Em 1982 Gilberto Mestrinho foi eleito com a promessa de democratizar a administração pública no Amazonas, gerando desenvolvimento e garantindo melhores condições de salários aos servidores públicos. Entretanto, as promessas não se tornaram realidade, particularmente na área da educação.

Em 1983 os professores reivindicavam reajuste salarial de 120%, eleição direta para diretores de escolas e unidades, aumento do número de salas de aulas e melhorias nas escolas.

...

Sem possibilidade de diálogo, no dia 8 de novembro a categoria decretou greve. A resposta do governo veio na forma de suspensão aos dirigentes do movimento e ameaças de demiti-los por justa causa.

Entretanto, a pressão não produziu o efeito esperado pelo governo. A Assembleia geral do dia 30 de novembro optou pela greve de fome como forma de denunciar a opinião pública as arbitrariedades e a intransigência de Mestrinho. De 48 em 48 horas um professor estaria entrando em greve de fome na sacristia da Igreja de São José Operário, na Praça 14 de Janeiro.

Mesmo assim o governo mostrava-se intransigente, recusando-se a negociar. As ameaças e pressões contribuíram para aumentar a disposição de luta da categoria. Mais de 95% da categoria em todo o Estado, já estavam paralisados e quatro companheiros em greve de fome. A Assembleia Geral seguinte reuniu mais de seis mil professores no ginásio do Olímpico Clube decidindo pela manutenção da greve

No dia 3 de dezembro o governo recuou, admitindo reexaminar a lista de reivindicações e suspender as punições. Essa proposta foi analisada pela categoria em assembleia geram em frente da Igreja de São José Operário, pondo fim a paralisação e a greve de fome.¹³²

Já mencionamos que a greve de 1983 foi fruto de mobilizações anteriores ao governo de Mestrinho, sendo discutida e planejada ainda no último ano do governo de José Lindoso¹³³, com os docentes encaminhando, por meio de sua associação, as negociações que, basicamente, estavam voltadas para a melhoria das condições de trabalho da categoria em todo o Estado. Ricardo Bessa relembra esse momento:

Quando eu volto pra Manaus, o movimento tinha conseguido uma grande vitória em pleno governo da ditadura, que era o governador Lindoso, que era civil, mas foi colocado pela ditadura e os professores numa luta importante, conduzida pelo nosso grande líder, Aloysio Nogueira, os professores conseguiram a vitória, com a greve conseguiram diminuir a jornada de trabalho de 48 horas que era a carga horária de uma cadeira, para 25 horas, ou seja, pra metade e o salário duplicou, ou seja, os professores ficaram num paraíso por que reduziram a jornada, trabalharam menos, trabalhando menos, significa o que? Que agora eles tinham tempo pra estudar, pra se preparar melhor para suas aulas, pra preparar a aula, pra ler... Então [interrupção]... Então... E passaram a ganhar mais, ganhando mais passaram a ter dinheiro pra comprar livros investir na sua formação intelectual, aí a educação melhorou. Aí veio depois a substituição... Mestrinho assumiu e todas essas conquistas que

¹³² Agenda do SINTEAM. 1983: Greve de fome contra a intransigência. Sem página e sem ano informado. O documento faz parte do acervo atual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas.

¹³³ José Bernardino Lindoso, foi governador do Amazonas entre 15 de março de 1979 a 15 de maio de 1982. Último governador eleito indiretamente para comandar o Amazonas do período ditatorial.

tivemos, e eu tava voltando para Manaus, ele anulou, aí eu voltei a dar aula no Estado aqui.¹³⁴

Nas palavras de Gerson Medeiros também foi possível perceber a não continuidade nos direitos conquistados com o último governo militar. Para o professor a diferença de governo – a transição de um governante do regime militar para um da Nova República – não foi o suficiente para manter as conquistas recém alcançadas:

Pois é, como disse, nós estamos num processo de transição no Estado de Exceção para o Estado de Direito. Nossa assembleia acontece uma vez com o Zé Lindoso, que ainda era governador, e logo em seguida ele faz eleição, no final de novembro de oitenta e dois ele faz eleição para governador e assume Gilberto Mestrinho. Por que já tinha já no pacote, tava definindo algumas coisas¹³⁵

A demanda principal dos trabalhadores neste momento era a questão salarial. Os problemas econômicos, resquícios ainda do arrocho salarial iniciado na ditadura civil-militar, diminuía em grande proporção o poder aquisitivo dos trabalhadores. Portanto a necessidade de se buscar melhoria levou os docentes ao enfrentamento do governo estadual no ano seguinte, 1983. As negociações com o governo iniciaram com a entrega de um documento reivindicatório protocolado no Palácio do Governo em outubro do mesmo ano. As reivindicações foram formuladas em 39 itens, tendo como cerne tanto o aumento salarial, quanto as melhores nas condições de ensino. A proposta encaminhada pelos docentes para o reajuste estabelecia um percentual de 120%, conforme constava da chamada para a assembleia do dia 7 de novembro de 1983. Nessa chamada, ficava explicitado o que seria encaminhado como demanda da categoria:

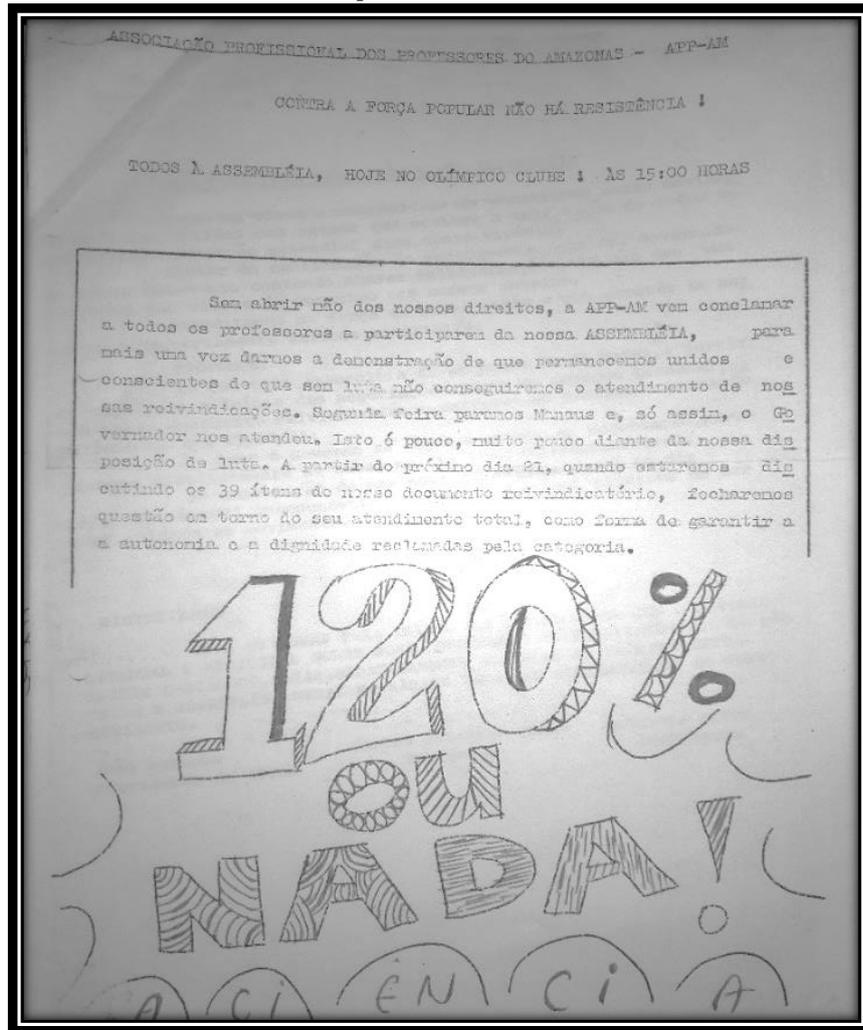
Sem abrir mão dos nossos direitos, a APP-AM vem conclamar a todos os professores a participarem da nossa ASSEMBLÉIA, para mais uma vez darmos a demonstração de que permanecemos unidos e consciente de que sem luta não conseguiremos o atendimento de nossas reivindicações. Segunda-feira paramos Manaus e, só assim, o Governador nos atendeu. Isto é pouco, muito pouco diante da nossa disposição de luta.¹³⁶

¹³⁴ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 10.

¹³⁵ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 4.

¹³⁶ Chamada da APPAM para a Assembleia Geral do dia 8 de novembro de 1983.

Figura 2
Chamada para Assembleia Geral



Fonte: Panfleto de convocação para Assembleia Geral da APPAM.
Manaus, 8 de novembro de 1983. Acervo do SINTEAM.

Neste contexto, a greve se apresentava como parte importante do processo da luta de classe, tendo em lados antagônicos, o professorado manauara, buscando melhores condições salariais e de trabalho, e de outro o próprio Estado, neste momento não como ator principal da disputa. Sobre a greve, Pierre Bourdieu argumenta que ela

... só adquire seu sentido quando a re-situamos no campo das lutas do trabalho, estrutura objetiva das relações de força definida pela luta entre trabalhadores, de quem ela constitui a principal arma, e empregadores, juntamente com um terceiro ator – que talvez não seja um – o Estado.¹³⁷

¹³⁷ BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política..., Op. cit., p. 1.

A greve do professorado, embora tivesse como foco principal o ganho salarial, tomou também rumos de embate político partidário. Como já foi exposto, a existência do Partido dos Trabalhadores no Amazonas, que se colocava como oposição partidária ao governo, era vista pelo governador como um empecilho ao bom andamento de sua administração. Portanto, havia a existência de muitos motivos para o enfrentamento entre trabalhadores e o governo.

Convém lembrarmos mais uma vez Bourdieu, quando este comenta acerca dos fatores que, tradicionalmente, unificam os trabalhadores em relação à deflagração da greve:

Quais são os fatores de unificação? Podemos distinguir fatores econômicos e fatores propriamente políticos, a saber, a existência de um aparelho de mobilização (sindicatos). Sobre este ponto, constantemente, se supôs aqui que existe uma relação entre a unificação dos mecanismos, econômicos e a unificação do campo de luta; e também uma relação entre a unificação dos aparelhos de luta e a unificação do campo de luta.¹³⁸

Um dos motivos alegados pela categoria amazonense aparecem nos dados que demonstravam a defasagem salarial dos trabalhadores em educação, como se pode perceber pelos dados apresentados na tabela 4.

Tabela 4
Vencimento (em Cruzeiros) dos Professores da SEDUC em junho de 1983.¹³⁹

CLASSE	VENCIMENTO (Cr\$)	Salário Mínimo	Vencimento em relação ao Salário Mínimo
A1	55.500,00	Cr\$ 34.776,00	1 SM + 59,59%
B1	89.879,00		2 SM + 58,73%
C1	97.698,00		2 SM + 80,93%
D1	110.555,00		3 SM + 17,9%
E1	118.267,00		3 SM + 40,08%
F1	122.548,00		3 SM + 52,39%

Fonte: Boletim nº 008/85 – Campanha Salarial – APPAM.

Em que pese os argumentos dos trabalhadores, o processo de negociação foi difícil e se iniciou de maneira conflituosa, tendo em vista uma pronta negativa do governo em atender as demandas dos docentes. Em 1983 o salário mínimo vigente

¹³⁸ Idem, p. 2.

¹³⁹ A distinção entre classes se dava conforme a formação do professor. Neste período é comum, principalmente para o interior do Estado, a presença de professores sem formação básico, no caso o magistério. Assim, as classes começavam com o professor sem este tipo de ensino até o docente com Pós-Graduação, por isso, a diferença salarial entre os docentes.

encontrava-se no valor de Cr\$ 34.776,00 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e seis cruzeiros), enquanto que o salário de um professor iniciante, estava em pouco mais de cinquenta e cinco mil, portanto, uma média de um salário mínimo e meio.

Neste contexto em que as lutas dos professores amazonenses por direitos começam a ganhar maior densidade e radicalidade, começa a ganhar evidência o chamado *Novo Sindicalismo*, cujos impactos nos movimentos sociais não tardarão a acontecer. Arminda Mourão nos expôs sua percepção sobre o novo modo de fazer sindicalismo no país:

Então o novo sindicalismo né ele traz essas premissas, necessárias que eles consideraram, que eles consideravam né, que é, a unidade se daria na prática, e não deveria ser seguido o modelo sindical já existente. Por isso que era preciso a criação de um novo sindicalismo, ele tem uma expressividade que há uma (inaudível), várias correntes assim como o PT tinha várias correntes, a CUT várias correntes né, inclusive que vai desembocar dentro do PT e dentro da CUT uma certa racha entre as tendências existente, inclusive quando os *trotskistas* são expulsos do PT né, é, há uma tendência na formação de uma central né, e do novo sindicalista, novo sindicalismo brotam, brota ideia que era possível construir vários sindicais. E a lei sindical não caiu ainda, mas várias outras foram criadas... há uma tendência na formação de uma central né, e do novo sindicalista, novo sindicalismo brotam, brota ideia que era possível construir vários sindicais... a tendência do novo sindicalismo foi justamente um sindicalismo de luta, nera pelego não, era de luta né? ¹⁴⁰

Ainda, sobre a recepção do Novo Sindicalismo no contexto regional, Mourão vai apresentando as lideranças e as peculiaridades desse modo de fazer sindicalismo dentro do movimento docente, associando este ao movimento partidário do Partido dos Trabalhadores nascente à época da redemocratização brasileira:

O Aloysio, o PT vai crescendo, o PT funda a APPAM, o PT funda a ADUA né, o PT vai crescendo como representação né, e defendendo o novo sindicalismo né, (inaudível) com esse nome, mas com os princípios do novo sindicalismo. O PT vai se consagrando e grande liderança petista era o professor Aloysio Nogueira né, professor Aloysio Nogueira. Tinham outras pessoas no movimento muito importante, professora Graça Barreto né, professor Cirino que foi uma pessoa que era estudante de filosofia na Universidade e era professor né. É... Adonai Sabá né, e então esse grupo defendia uma política que não deveria ter aliança né, e era o sindicalismo autônomo, é que não deveria ter relação com o Estado né, e a relação que se colocava com Estado não era só a questão de conciliação de classe, era também a sustentação do sindicato, defendiam um, que acabasse com o (inaudível) sindical né, que a (inaudível) veem a questão do sindicato único e, é ao imposto sindical deveria acabar por que se colocava aos defensores do novo sindicalismo... Então eu me junto e trago inclusive um processo de discussão... essas pessoas para o Partido Comunista do Brasil. Barbosão que depois sai do Partido Comunista e vai para o Partido Socialista Brasileiro, que é o PSB né, Carlos Gemique, é,

¹⁴⁰ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista...*, p. 2.

Lázaro Ramos, nessas é, nessa discussão há uma tentativa de afastamento da diretoria (inaudível) do Barbosão, uma diretoria muito frágil, consegue se manter e, mas aí o professor Aloysio já era grande na liderança. ¹⁴¹

Embora o nome traga uma ideia de algo novo, o termo *Novo Sindicalismo* vem sendo analisado através de movimento existentes no século XIX na Europa contemporânea. Para o Historiador inglês Eric Hobsbawm, esse conceito pode ser visto em três características quando analisamos o movimento operário inglês nas décadas de 1880-90¹⁴². Para ele, primeiramente seria uma oposição ao modelo antigo de fazer sindicato com novas formas e estratégias políticas e organizativas. Nesse ponto, os docentes amazonenses estavam num novo momento sindical – embora sob a estrutura de uma associação, como já foi discutido anteriormente – tendo em vista que a ideia de negociação direta com um governo seria praticamente impossível em virtude da repressão havida nos anos anteriores. A forma de organização era outro fator que possibilitava a anexação do movimento docente ao novo modelo de ação sindical. Para Gerson Medeiros, esse novo tipo de estratégia funcionava da seguinte maneira:

... a gente ia lá, a gente formou o comando de greve [inaudível] bem claro da nossa radicalização. A gente formou o comando de greve porque a Associação... Então, olha só, como a gente se organizava? Isso é fundamental pra ti lá. Em cada turno tinha um representante, um representante de turno pela parte da manhã, um pela parte da tarde e outro pela noite. Desses representantes se tirava um para o Conselho Geral da Unidade. ¹⁴³

Tal divisão se fazia importante tendo em vista o tamanho geográfico da cidade de Manaus. Assim, cada professor representante de turno ficava responsável no momento para transmitir o andamento da mobilização no turno que era responsável.

Voltando às variantes do termo novo sindicalismo propostas por Hobsbawm. “em segundo lugar [o termo] sugere um posicionamento social e político mais radical por parte do sindicato”¹⁴⁴, assim, como será visto mais a frente, a postura de não apenas fazer, mas de tomar a decisão de uma greve de fome, demonstra um radicalismo do novo modelo sindical docente.

¹⁴¹ Idem, p. 8-9.

¹⁴² HOBBSAWM, Eric J. “O ‘Novo Sindicalismo’ em perspectiva”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 225-256.

¹⁴³ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 6.

¹⁴⁴ HOBBSAWM, Eric J. “O ‘Novo Sindicalismo’ em perspectiva” ..., Op. cit., p. 225.

Por fim, o historiador inglês argumenta que seria necessário a criação de um novo sindicato “bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas sugeridas pelos inovadores”¹⁴⁵. Corroborando com a posição de Hobsbawm, Marcelo Badaró expressa que esse *Novo Sindicalismo*, “apresentava um discurso fortemente marcado pela defesa da autonomia dos sindicatos e da classe trabalhadora”.¹⁴⁶

O movimento docente na década de 1980, passou por um processo de transformação mesmo não estando sob a denominação de um sindicato. Num primeiro momento a entidade se pautou por desenvolver ações assistencialistas e beneficentes, e isso ocorreu na década de 1970. Num momento seguinte, começaram as mobilizações organizadas e enlaçadas nas novas propostas sindicais que acabaram conduzindo os docentes para ações mais efetivas e impactantes que culminaram na deflagração de movimentos paredistas.¹⁴⁷

O Novo Sindicalismo passou a ganhar força no Brasil no momento da transição para da ditadura civil-militar para a Nova República¹⁴⁸, fortalecendo as grandes mobilizações que passaram a ocorrer no território brasileiro, e como já visto neste estudo, também no Amazonas. O protagonismo dos trabalhadores, através do aquecimento de diversas mobilizações após os enfrentamentos do ABC Paulista ocorridos ao fim da década de 1970, propiciou a inserção deste novo modelo de fazer sindicalismo em todo o território brasileiro. Para Alexandre Fortes,

O final da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno do “novo sindicalismo”, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política de base classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais.¹⁴⁹

¹⁴⁵ Idem, p. 225.

¹⁴⁶ MATOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: História e intervenção. *Trabalho necessário*. Ano 12, nº 18, 2014, p. 18-41.

¹⁴⁷ Embora o objeto de análise seta pesquisa vise a greve de 1983 e a mobilização de 1985, estes anos já demonstram a mudança de postura do movimento docente. No percurso da pesquisa foi possível perceber que as mobilizações perduraram até as décadas de 1990 e início dos anos 2000. Sobre esses acontecimentos, o acervo do SINTEAM possui fontes jornalísticas e também é possível encontrar informações em: DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...*, Op. cit., 1997.

¹⁴⁸ Não é objeto deste estudo a análise do processo de implantação do *Novo Sindicalismo* no Brasil, mas como o professorado parecia se encaixar nos ideais deste movimento, buscamos uma leitura mais adensada sobre o assunto: ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo; Ed. Brasil Urgente, 1991; ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

¹⁴⁹ FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016, p. 590.

Portanto, o Novo Sindicalismo, quanto de sua associação ao movimento docente da década de 1980, demonstrou uma quebra no modelo reivindicatório tradicional, permitindo a emergência de novas organizações sindicais capazes de levar à cabo o enfrentamento do poder hegemônico burguês. Como uma decorrência disso, chama a atenção, no caso dos professores manauaras, o fato destes não se permitirem aliançar, de forma subordinada, ao governo estadual. Antes, procuraram um enfrentamento com este, destoando de um sindicalismo mais passivo e até mesmo colaboracionista. Para Nogueira

É por que daí temos que ter uma compreensão de como a maneira que os sindicatos foram organizados, como foi o governo Plínio Coelho de quando o Gilberto fazia parte e ele trouxe essa concepção de que o sindicato estava aqui para uma colaboração com o governo do Estado do que fazer uma pressão, reivindicação. Tanto é que, você sabe que a Casa do Trabalhador sempre funcionou né? Os sindicatos todos ali eram... não quero me aprofundar chamando de “beija mão”, mas na realidade eram sindicatos colaboracionistas. Com o “novo sindicalismo” que surge pra romper com esse tipo e os governos aceitavam esse tipo. É importante essa observação e caracterizar a melhor de todos os governos, porque a atitude do Gilberto em relação ao movimento era assim, uma espécie de beija-mão que ele gostaria que se realizasse, fosse lá e tal, não apresentasse uma proposta reivindicatória ou contestar qualquer coisa. Era colaboração de classe mesmo. E esse movimento que havia nascido, ou que havia se formando ele vem com uma nova concepção que foi apresentada e exigiu mudanças nesse caso. Daí esse enfrentamento. Tanto é que outras reivindicações não saíram assim com essa magnitude como foi o caso do movimento dos professores.¹⁵⁰

A greve de 1983 aconteceu no mês de novembro, após tentativas fracassadas de negociação com o governo, confirmando que o processo de organização havia se iniciado em período anterior à tomada de decisão pela paralisação. Em Carta Aberta, datada do mês de setembro daquele ano, percebe-se o início organizativo do movimento daquele período, já que nela, os professores pediam que os pais compreendessem os motivos da luta dos professores, resumindo suas ações em prol de uma melhoria da educação amazonense e o fim do pagamento de um “mínimo salário” aos docentes.

Não podemos nem devemos permanecer de braços cruzados vendo o Brasil caminhar a passos largos para um desfecho catastrófico. Cabe a nós, Educadores, mais de que a ninguém, tomarmos uma decisão diante desta realidade triste. ...
Vimos, portanto, esclarecer aos alunos, pais de alunos e a comunidade em geral os nossos mais dignos propósitos de lutar por uma educação voltada,

¹⁵⁰ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 2.

de fato, para seus verdadeiros objetivos – preparar o povo para atuar eficaz e conscientemente. ...

Não aceitamos mais este mínimo salário; a falta de assistência material as escolas; as salas superlotadas, onde professores e alunos vivem apinhados como insetos. ...¹⁵¹

O documento que estava endereçado aos pais, estudante e a comunidade em geral, propôs uma tentativa de fortalecimento do movimento com outros setores sociais distintos a categoria dos docentes, assim minimizando a imagem de um movimento injusto. Demonstra ainda uma organização diferente, quando propõe à comunidade, em especial aos alunos e seus pais, ombrear na causa dos professores, produzindo um relacionamento diferenciado que poderia fazer o governo assumir uma postura diferente – mais cautelosa e branda – na negociação. Essa postura diferenciada, pode ser entendida na fala do Professor Aloysio Nogueira, quando este relembrou da chegada de Gilberto Mestrinho, em 1983, através de uma propaganda que remetia ao momento democrático que o país estava transitando. Portanto, de certa forma, não se esperava a retaliação que o governo acabou fazendo, tendo em vista que parte do professorado acreditou na maior ambiência democrática que viria com o novo governo. Diz Nogueira:

E a sociedade amazonense à época, como um todo, pela propaganda feita pelo governo Mestrinho, muitos professores, claro, julgavam que ele iria né, abrir as portas do Palácio Rio Negro para atender a demanda dos professores, coisa que não se realizou. Não se realizou, é então quando você fala, quando nós falamos nessas reivindicações ... quais nós enfrentamos o governo Mestrinho em noventa e, perdão foi em 83, 83. Muito bem, então nesse sentido é que, ao nós solicitarmos ao governo uma negociação ele não aceitou, elaboramos o documento tudo direitinho, encaminhamos pro governo ele se quer ele abriu as portas para receber, para negociarmos. É neste instante é que o movimento se agiganta, por que ele é eleito em 82, mas ele assume em 83, então todo segundo semestre de 83 foi no sentido de tentar com o governo uma negociação em relação a este documento. Então este é o ponto central do processo.¹⁵²

É possível, ainda, perceber, por meio de documento oficial da APPAM endereçado ao Governador do Amazonas, em outubro do mesmo ano, a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária que havia decidido por iniciar o processo de negociação com o governo vigente, deixando a entender que se tratava de uma organização antecipada a deflagração de uma paralização que se afigurava como

¹⁵¹ *Carta Aberta da APPAM*. Manaus, 14 de setembro de 1983.

¹⁵² MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 2.

inevitável. O documento, assinado pelo então presidente da APPAM, Professor João Barbosa, explicita:

Em face da decisão da Assembleia Geral Extraordinária desta categoria, realizada em 14 de outubro próximo passado, esta Associação encaminhou a Vossa Excelência no dia 17 do mesmo mês o seu documento reivindicatório, em que pleiteiam: melhores condições para o ensino e salários mais justos para a categoria. Ocorre, porém, Senhor Governador que já são decorridos 22 dias, e até o presente momento não recebemos nenhum pronunciamento...¹⁵³

O Professor João Raimundo Freitas Barbosa, mais conhecido no movimento docente como Barbosão, chegou à direção da APPAM numa disputa política que já demonstrava a importância daquela instituição para o cenário político do momento. Quatro grupos disputaram a presidência em 1982. Uma das chapas era ligada ao Professor Aloysio Nogueira e, portanto, estava aliada ao PT; outra, estava ligada ao PCB. Havia uma terceira ligada à SEDUC e, por fim, uma ligada à chapa mobilizada pelo Professor Flaviano Guimarães, que reverberava uma posição supostamente *apolítica*. Sendo esta última vitoriosa, seu candidato, o Professor Barbosão, assumiu a presidência da APPAM. Para Arminda Mourão:

Nesta disputa surge, pela primeira vez no movimento, a concepção do apoliticismo, onde se defende que o movimento sindical é apolítico, não pode ter pessoas ligadas a partidos políticos e que os partidos políticos, notadamente de esquerda, são manipuladores da massa.¹⁵⁴

O cenário da eleição para o comando da associação, fortalece a ideia de que a dissidência do movimento se ampliava por meio das disputas no campo político partidário.

Voltando ao documento reivindicatório, percebe-se que ele incorporou a decisão de dar um prazo de quarenta e oito horas ao governo estadual para início das negociações. O momento da negociação teve como problemática o fato do Governador Gilberto Mestrinho não se encontrar no Amazonas, estando, portanto, à frente do governo, o Vice-Governador Manoel Ribeiro. A imprensa amazonense noticiou, no dia 11 de novembro de 1983, a posição do governo dada por Manoel Ribeiro, por meio de matéria intitulada: “Advertência aos professores”. Eis seu teor:

O Governo não aceita confronto. Todos aqueles que tentarem se confrontar com o governo receberão a resposta a altura... recebi hoje de

¹⁵³ Ofício nº 155/83 – APPAM.

¹⁵⁴ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., 1997, p. 111.

manhã, uma carta dos professores e achei estranho que eles tenham dado ao governador um prazo de 48 horas para me pronunciar. Quero dizer que o Governo do Estado é um governo eleito pelo povo e não aceita pressão de quem quer que seja.¹⁵⁵

Na mesma nota foi possível perceber que a posição do governo ainda se referia às interferências políticas dentro do movimento, razão pela qual apelava “... aos professores que não se deixassem levar por pseudos líderes que estão apenas querendo confrontar com o governo. Devo dizer que o Governo também não aceita esse tipo de pressão”.¹⁵⁶

Ainda como resposta às reivindicações dos professores, outro periódico manauara noticiou uma nota do Secretário de Administração do Estado em que fazia uma análise do pleito do professorado, salientando tanto os gastos com a dispensa de professores, como estabelecendo comparação do sistema particular e público de educação, o que, segundo ele, demonstrava uma posição privilegiada dos docentes da rede pública amazonense. Ao assim proceder, o secretário corroborava com a postura refratária do governo sobre o movimento e buscava lhe dar legitimidade técnica. Com o título “A questão do magistério”, a nota trazia um inequívoco ataque ao movimento da APPAM e a seus dirigentes:

Sublinha-se que o grande problema não é de professores que foram demitidos, mas de formados que ainda não conseguiram sua primeira colocação... o Estado tem administrado o problema com seriedade. Primeiro aproveitando os mestres ociosos... e que estão dispostos a trabalhar. Segundo saneando a folha de acumulações irregulares...

Vejamos por exemplo, a acumulação caracterizada incontestável do Professor Aloysio Nogueira, um dos líderes da Associação Profissional dos Professores do Amazonas e seu ex-presidente (também do PT). Possui contrato de tempo integral na Universidade do Amazonas, devendo ficar 40 (quarenta) horas à disposição do ICHL – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Também semanalmente deve dar seis aulas no Farias de Brito, dezoito no Nilo Peçanha e doze no Supletivo que funciona na Penitenciária. Seria demais pedir ao mestre que sua ficha de presença se constituísse em assiduidade... enquanto convoca por mais emprego, o sr. Aloysio Nogueira está tomando a vaga de pelo menos um dos formados que estará escutando seu inflamado discurso.

...

O melhor caminho continua sendo o do entendimento, jamais o da confrontação absolutamente desnecessária...¹⁵⁷

¹⁵⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 11 de novembro de 1983, p. 3. Convém salientar que, neste momento, a imprensa deu efetivo suporte a postura governamental. A análise da atuação da imprensa, contudo, será feita na terceira parte deste capítulo.

¹⁵⁶ *Idem*.

¹⁵⁷ *A Crítica*. Manaus, 6 de novembro de 1983. p. 2.

Em meio a Assembleia Geral do dia seis de novembro, que trataria sobre o aguardo da resposta do governo, os professores discutiram a nota daquele dia. A postura do governo atacava diretamente uma das lideranças da Associação e do movimento. Conforme *Boletim* sobre a reunião, as opiniões dos professores se mostraram descontentes com o ataque do governo aos docentes:

Durante a reunião, os professores se mostraram indignados e revoltados com o artigo publicado no jornal “*A Crítica*”, do mesmo dia, do Sr. Mário Antônio Susman, que responde no momento pela Secretaria de Planejamento do Estado, intitulado “*Professores, o Caminho Possível*”, onde se confunde reivindicar com perturbar a ordem...

A indignação dos professores resulta, sobretudo, da forma como são tratados no artigo, ou seja, como massa sem direção própria e incapaz de formular e encaminhar suas reivindicações.

Se o artigo tenta responder ao documento reivindicatório, até o momento, sem resposta oficial, a APPAM esclarece ao magistério que não aceita tal manobra.¹⁵⁸

2.2. A GREVE: PERCURSOS, EMBATES E CONQUISTAS

Então, em oitenta e três Gilberto assume esse processo. Aí como a gente já vinha no processo de uma luta, de organização, de conversa desde setenta e nove, nossa conversa com os professores, já é a APPAM que vem a frente desse processo de luta, daí que nós levamos a proposta pro governador, pra ele avaliar. O governador ele estava assumindo estas questões, e ele deu prazo pra responder o documento dos professores que era um elenco de reivindicações muito grande, mas como disse, o fundamento dela, os eixos principais a gente não podia perder de vista isso aí. Então o Gilberto foi postergando o tempo... ele fazia acusações metendo até movimentos políticos, que ele tinha sido eleito democraticamente pelo povo aquela coisa toda, que achava que realmente não dava pra responder aquela questão por que estava assumindo, que não tinha como responder... então ele vinha sempre postergando esse processo até que nós radicalizamos, já que ele não quis conversar com a gente, a gente vai ter que fazer um novo movimento.¹⁵⁹

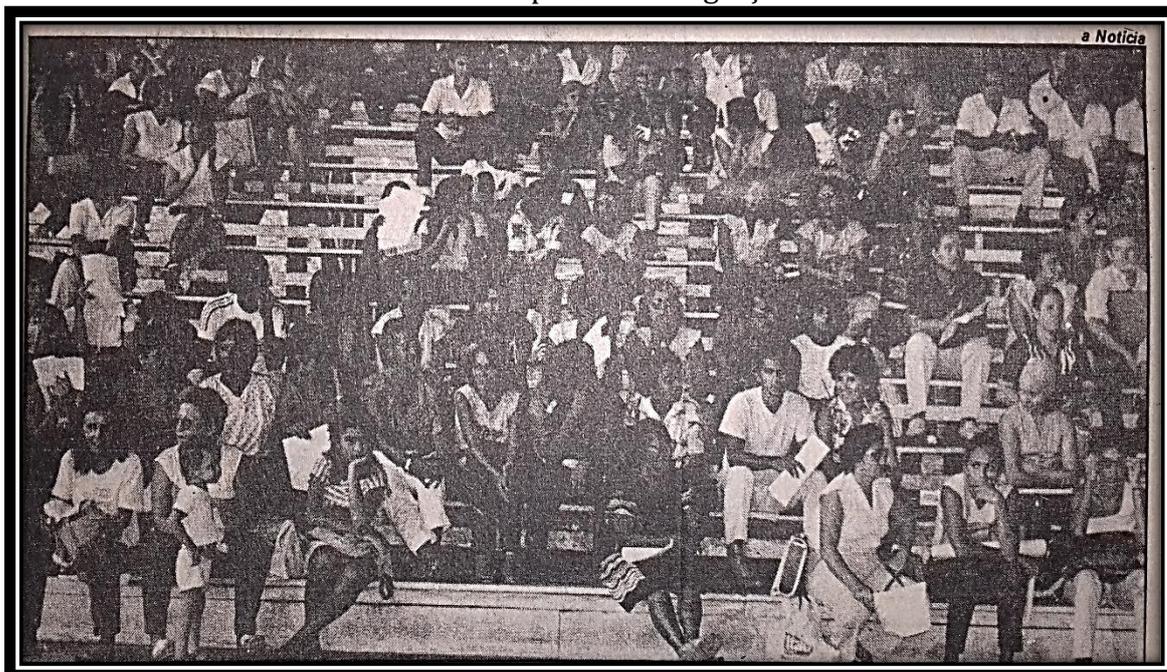
No dia 11 de novembro de 1983, após Assembleia realizada no dia 8 do mesmo mês, os professores iniciaram a greve docente daquele ano, com sua entidade emitindo um contundente aviso ao governo e à sociedade amazonense: “*DECLARAMOS INICIADA A PARALIZAÇÃO DIDÁTICA DO MAGISTÉRIO AMAZONENSE, ATÉ DELIBERAÇÃO CONTRÁRIA*”.¹⁶⁰

¹⁵⁸ *Boletim da APPAM*. Manaus, 6 de novembro de 1983.

¹⁵⁹ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 4-5.

¹⁶⁰ *Boletim APPAM* – nº 008/83.

Figura 3
1ª Assembleia Geral depois da deflagração da Greve.



Fonte: *O Jornal*. Manaus, 14 de novembro de 1983.

A paralização didática consistiu na ida dos docentes para a unidade escolar com o intuito de se criar uma rede de informação e discutir com os estudantes e a comunidade em geral o caminho da mobilização dos professores. Assim, nos primeiros tempos, os docentes entravam em sala e discutiam com os alunos sobre o movimento e outros problemas relacionados a precariedade da educação tendo em vista deste ser um dos pontos da mobilização. Segundo documento sindical¹⁶¹, a orientação para a mobilização dentro da escola, deveria seguir algumas ações:

...

4 – Queremos orientar os colegas professores e representantes de turnos para os seguintes procedimentos:

I – Professores e alunos irão a sala de aula no primeiro e segundo tempo, onde discutirão as condições atuais de ensino, o porquê das evasões dos alunos, o desânimo do professor e etc...

Não haverá conteúdo curricular e sim debate político-cultural...

¹⁶¹ Os documentos sindicais aqui apresentados, fazem parte do acervo do SINTEAM que engloba algumas Atas de Reunião, Comunicados, Boletins e notícias de Jornais sobre as mobilizações dos professores no período de existência da APPAM até os dias atuais do Sindicato. No entanto, não podemos deixar de expor que o acervo necessita de uma organização urgente devido à memória que os documentos guardam, além do histórico da perda de documentos que com as constantes mudanças de sede, acabaram ocorrendo, causando assim um transtorno às pesquisas que têm como fonte tais documentos.

II – Após o segundo tempo, os alunos serão liberados e, do terceiro ao quinto tempo, os representantes de classe irão para a Sala dos Professores, a fim de discutir, juntamente com todos os professores, os documentos fornecidos pela APPAM, bem como o encaminhamento para o próximo dia;

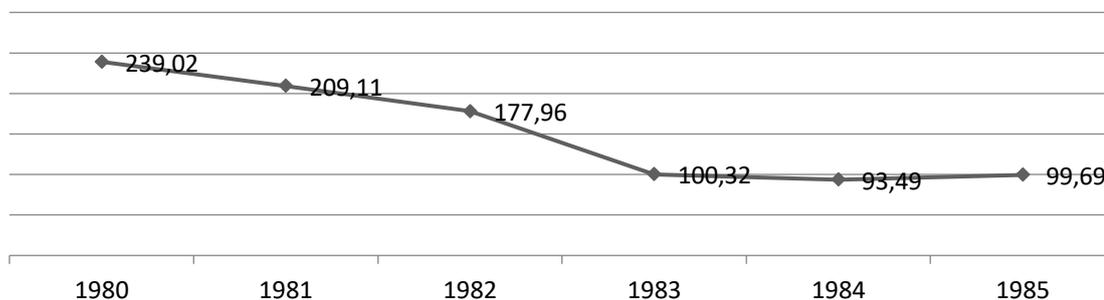
III – Esclarecemos que qualquer escola pode realizar outras atividades que achar conveniente, para preencher o horário da PARALIZAÇÃO, desde que cumpra a deliberação dos 4.000 professores: NÃO DAR CONTEÚDO CURRICULAR!¹⁶²

No dia 12 ocorreu outra assembleia, desta vez para discutir o andamento do movimento. Neste ato, os docentes se organizaram ainda sobre a *Paralização Didática*, portanto, não havia ausência dos professores do ambiente escolar. Outras atividades foram organizadas para fortalecer o movimento até a reunião agendada com o Governador Gilberto Mestrinho no dia 14 de novembro.

A reunião entre governo e o movimento não surtiu o efeito esperado, pois, Mestrinho não aceitou a proposta de aumento salarial dos docentes, alegando problemas financeiros no Estado. Assim, a alternativa do professorado manauara foi fortalecer as ações reivindicatórias com posturas mais enérgicas.

As perdas salariais dos docentes, acompanhavam a problemática econômica do fim do período ditatorial. Conforme apresenta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)¹⁶³ do primeiro quinquênio da década de 1980, o índice inflacionário corrompia naquele momento o salário de todas as categorias de trabalhadores do Brasil.

Gráfico 3
Evolução do INPC, 1980-1985



Fonte: Produzido pelo autor da pesquisa, a partir de dados do IBGE, disponível em: www.ibge.gov.br e acessado em 3 de março de 2018.

¹⁶² Boletim APPAM – nº 008/83.

¹⁶³ O INPC, utilizado pelo IBGE desde 1979, media uma faixa salarial de até cinco salários mínimos e tinha como objetivo mostrar a variação dos preços no mercado varejistas, expondo, assim, o custo de vida dos trabalhadores inseridos nesta faixa salarial.

Como se percebe pelo gráfico 3, a busca por melhores condições salariais se fazia necessária por conta dessa corrosão do poder de compra. Do ano de 1982 a 1983 o índice demonstrou uma queda de mais de setenta pontos percentuais, contudo, ainda na casa dos 100%. Esta era a razão pela qual a luta dos professores estabeleceu em cento e vinte por cento o valor do reajuste, sendo 100% de reposição e 20% de ganho real.

Com o intuito de acabar com a Greve Didática, o governador juntamente com a Secretária de Educação, Professora Freida Bitencourt, recebeu no dia quatorze de novembro, os representantes dos professores, denominado pelos docentes como “Grupo dos 12”, já que foram doze os professores escolhidos para comandar a negociação por parte dos docentes. Contudo, o ponto principal das negociações, o aumento salarial, foi questionado pelo chefe do executivo estadual. No dia seguinte a imprensa registrou o encontro:

Foi de quatro horas o primeiro encontro do Governador Gilberto Mestrinho com os dirigentes da Associação dos Professores, ontem à tarde, em Palácio Rio Negro, e serviu para estabelecer os primeiros passos para a negociação. O Governador... ouviu com atenção as explicações dos professores e fez questão de analisar, ponto a ponto, os sessenta e dois itens das reivindicações... Os itens foram considerados justos pelo governador... No entanto, Mestrinho explicou que não poderia atender os pedidos sobre aumento devido as dificuldades financeiras do Estado.¹⁶⁴

Freida Bittencourt (ver figura 4), professora da rede estadual de ensino, já havia feito parte do movimento dos professores no fim da década de 1970, com a criação da APPAM, sendo, portanto, partícipe e conhecedora das necessidades dos docentes. Arminda Mourão entende a nomeação de Freida como um meio para desestabilizar o movimento dos professores que crescia no Estado, já que *“o Governo do PMDB também utiliza, como meios para confundir a categoria, a cooptação de lideranças, como é o caso da Secretaria de Educação (Freida Bittencourt) que foi uma das lideranças do movimento de 1979”*.¹⁶⁵

¹⁶⁴ *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 de novembro de 1983, p. 5.

¹⁶⁵ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., 1997, p. 121.

Figura 4
Secretária de Educação Freida Bittencourt



Fonte: *Jornal do Comércio*, 14 de abril de 1985.

Gilberto Mestrinho, tido como um político populista, se propunha a agradar as classes sociais mais baixas em busca de apoio e reconhecimento, fundamentais para sua ascensão política. Assim havia feito quando entrou na política, na década de 1950, até sua cassação pelo regime instaurado em março de 1964. Contudo, as afrontas ao seu governo, eram vistas como prática de desmoralização de seu comando e sempre acompanhada do viés político, que segundo este era apoiada pela oposição.

Mesmo já tendo discutido a questão política do Amazonas em parte anterior deste trabalho, precisamos compreender a postura governamental frente os professores em seu momento de enfrentamento. Nogueira, docente já há muito tempo, teve experiência com a política de Mestrinho antes de sua cassação e quando questionado sobre o então governador, faz um relato sobre essa discussão de populismo democrático, tendo em vista ressurgir na transição para democracia brasileira

Você sabe que o Gilberto é ligado ao PTB, Partido né? (Inaudível) e daí vem esse grande movimento MDB né, movimento MDB, e é nesse processo é que surge, por exemplo, o PT rompendo com isso, com esse tipo de política né, mas uma série de partidos sobre tudo PCB e o PCdoB eles fecham com a figura de Gilberto, isso é muito importante pra entender depois a situação que passa o SINTEAM, por exemplo, hoje você tem a (inaudível) por pessoas do partido comunista brasileiro, e eles tem uma concepção de organização e de fazer política sindical e partidária, diferentemente por

exemplo de mim, o pessoal também tem uma concepção que é outro extremo que eu tenho minhas dúvidas em relação a isso e tal. Muito bem, o Gilberto assume num combate, num combate à ditadura pra assumir o governo como sendo um governo democrático, perfeito? Essa é a grande palavra (inaudível). Muito bem, em oitenta e dois Gilberto sai candidato, o PT sai com candidato também, o PT não tem, sai sozinho praticamente, mas as outras forças todas foram para o guarda-chuva do PMDB era um grande partido, era guarda-chuva esse é que é a verdade, o PT não. Qual essa diferença, essa diferença vai influir no movimento, por que nós, por exemplo APPM ele teve um enfrentamento muito firme contra o último governo da ditadura, era o professor da universidade José Lindoso, nessa época fazendo parênteses a negociação que nós tivemos com o governo Lindoso, foi o ex-professor da universidade chamado Golias Bentes, um ex-padre, esse ex-padre era assim com minha família e todo mundo sabia disso, e eu fui o dirigente que sentou a mesa de cara com ele, daí é que o pessoal observa e diz é a nossa liderança, tá vendo, ele era um amigo da minha família, amigo íntimo, ele fez esse enfrentamento, um outro enfrentamento que nós tivemos e eu estava na mesa também o Aldo, casado com a irmã do Balkar ele morreu um tempo desse o Aldo, enfrentamento, tem fotografia sobre isso e tal. Então, então essas coisas é vão deixando, o Gilberto estava por fora com o apoio desses partidos políticos e nós já dizíamos na época, nós vamos ter problemas, por que a maneira como o Gilberto governa, ele vai repetir o que fazia antes, não deu outra, o populismo e a perseguição contra a organização autônoma, ai, ai é que vem o problema, nós, aliás publicado na notícia, eu não sei se vocês ainda tem esse material, as nossas reivindicações saíram em duas páginas de jornais...¹⁶⁶

Gerson Medeiros, embora mais genérico em sua argumentação, não destoa muito de Aloysio Nogueira quanto à imagem de Mestrinho frente ao movimento dos professores. Assim, como passado pela imprensa, a memória de Medeiros remonta o discurso de austeridade fiscal do Estado e um envolvimento político do movimento com a oposição ao seu governo, senão vejamos:

Nossa Assembleia acontece uma vez com o Zé Lindoso que ainda era governador, e logo em seguida ele faz eleição, no final de novembro de oitenta e dois ele faz eleição para governador e assume Gilberto Mestrinho. Por que já tinha já no pacote, tava definindo algumas coisas, era possível fazer eleições, não totais, senadores ainda não era possível fazer por que era indireta ainda apontados pelos militares. Então em oitenta e três Gilberto assume esse processo. Aí como a gente já vinha no processo de uma luta, de organização, de conversa desde setenta e nove, nossa conversa com os professores, já é a APPAM que vem a frente desse processo de luta, daí que nós levamos a proposta pro governador, pra ele avaliar. O governador ele estava assumindo estas questões, e ele deu prazo pra responder o documento dos professores que era um elenco de reivindicações muito grande, mas como disse, o fundamento dela, os eixos principais a gente não podia perder de vista isso aí. Então o Gilberto foi postergando o tempo... ele fazia acusações metendo até movimentos políticos, que ele tinha sido eleito democraticamente pelo povo aquela coisa toda, que achava que realmente não dava pra responder aquela questão por que estava assumindo, que não tinha como responder...¹⁶⁷

¹⁶⁶ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 10-11.

¹⁶⁷ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 4-5.

A oposição política descrita pelo próprio governador é um fator marcante na memória dos entrevistados por conta do surgimento do Partido dos Trabalhadores em paralelo ao movimento dos professores. Ricardo Bessa, por sua vez, esclarece como se construiu essa questão da não aceitação das demandas docentes por parte de Mestrinho, muito em função dessa oposição, construída na eleição de 1982, já tendo no cenário político a presença do PT:

Aí nós fizemos o movimento aqui contra o Gilberto Mestrinho que assumiu, PCdoB apoiou Mestrinho, apoiou o Manoel Ribeiro depois, contra o candidato da esquerda, nosso candidato que era o Professor Oswaldo Coelho. (silêncio). Aí o Gilberto Mestrinho endureceu e ganhou a eleição, endureceu o regime, tirou as conquistas sociais que nós havíamos conquistados com o movimento e aí a educação piorou, porque o professor pra recompor o seu poder de compra teve que trabalhar duas cadeiras, às vezes até três cadeiras porque trabalhava uma no Município e duas no Estado. Ele não tinha mais tempo pra preparar suas aulas, pra refletir nem preparar aulas críticas, ele se limitou a jogar os conteúdos que estacam nos livros didáticos que quase sempre não são interessantes, concebem concepções anacrônicas, falidas, concepções de História nefastas, criminosas. Então Mestrinho apertou e nós resolvemos fazer uma greve pra recompor o nosso poder de compra e aí eu já estava junto com o Mestre Aloysio no comando, e o Mestrinho... Fizemos uma assembleia de sete mil professores no Olímpico, sete mil!¹⁶⁸

Ainda da narrativa de Bessa, podemos analisar a questão social do professor, quanto ao motivo (já histórico) de acumular várias cargas de trabalho para recomposição salarial. Essa demanda salarial trouxe para um cenário a imagem do professor enquanto *trabalhador da educação* e, portanto, também ele proletarizado pelo sistema capitalista. O professorado brasileiro após as reformas educacionais instauradas pelo regime militar, perdeu poder aquisitivo originado pelo arrocho salarial do momento ditatorial e o acesso ao ensino superior de uma parcela da população ligada principalmente aos setores econômicos mais baixos. Como mencionamos no capítulo anterior, os cursos particulares e as licenciaturas curtas oportunizaram aos docentes brasileiros, que até este momento se viam dentro de uma classe média, tiveram uma corrosão salarial com o aumento de trabalhadores e uma formação acelerada. A crise econômica do país, no momento da transição para a democracia levou os professores brasileiros a uma luta por melhorias, o que levou a associação do professorado ao Novo Sindicalismo Brasileiro. Para Ferreira Júnior e Bittar, essa nova categoria, agora proletarizada, ou seja, às aparências de um

¹⁶⁸ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 8.

trabalhador normal, “assumiu uma postura associativista com base na plataforma programática que o “novo sindicalismo” havia imprimido na luta dos trabalhadores brasileiros por melhores condições e de trabalho ...”.¹⁶⁹

As negociações com o governo se estenderam até o dia vinte e três de novembro daquele ano. Neste mesmo dia, os representantes da negociação com o governo, se encontraram com o Vice-Governador, Manuel Ribeiro, que comandava o Estado na ausência de Gilberto Mestrinho que se encontrava em viagem. No entanto, a posição do governo era a de ainda não atender a demanda salarial. No dia seguinte em uma assembleia que contou com mais de quatro mil professores¹⁷⁰, foi deflagrada greve dos professores amazonenses, com a ação de *paralisação geral*. Sobre este modelo de paralisação, o *Jornal do Comércio* noticiou:

A Paralisação Geral, significa que os professores comparecerão aos colégios, mas não ministrarão aulas, permanecendo em assembleia permanente em seus locais de trabalho. Ficou decidido, da mesma forma, que comissões de professores de unidades educacionais visitam as subunidades e certifiquem os professores a respeito do movimento da categoria. Ainda na Assembleia ficou aprovada um fundo de greve. Através desse fundo, os professores terão condições de dar continuidade ao esclarecimento da categoria, através de visitação Pessoal de membros da APPAM e de boletins informativos.¹⁷¹

Nesta assembleia, os professores votaram três propostas de paralisação: a *paralisação geral*, que foi a proposta aceita; a *paralisação didática*, que para os docentes era continuar dando tempo ao governo, e uma terceira proposta, que foi a *paralisação total*. Esta terceira não foi aceita, tendo sido considerada como radical pelo fato dos professores continuarem com a negociação com o Estado.

A postura do governo sobre a proclamação da paralisação docente, foi de surpresa, segundo Manuel Ribeiro, pois até a data que se optou pela greve, governo e docentes se encontravam em negociação.¹⁷²

A resposta do governo ao movimento dos professores ocorre antes do retorno de Gilberto Mestrinho ao Estado do Amazonas. O governo usou da imprensa manauara para propagar a posição do governo sobre a greve dos professores, alegando uma intervenção da oposição que pretendia atrapalhar o governo que

¹⁶⁹ FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. *O Novo Sindicalismo e os docentes*. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: Trabalho, profissão e condições docentes*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. 2010. CDROM.

¹⁷⁰ *Jornal do Comércio*. Manaus, 25 de novembro de 1983, p. 1.

¹⁷¹ *Idem*, p. 5.

¹⁷² *Jornal do Comércio*. Manaus, 26 de novembro de 1983, p. 1.

chegara ao poder. O discurso do governo transpõe as paredes do palácio governamental deixando bem claro a postura de Gilberto Mestrinho quando este ataca de forma pessoal uma latente “esquerda” política que, em sua visão, insiste em desestruturar seu governo:

Todos nesta Terra sabem da situação de falência e desorganização administrativa como reencontrei o Estado a 15 de março do corrente ano... Apesar disso, com trabalho sério. ... estamos mantendo os pagamentos do pessoal em dia ... e restaurando a dignidade do Estado... No entanto, um grupo irresponsável e politicamente engajado a correntes extremistas de esquerda tenta tumultuar a vida do Estado, exclusivamente em busca de rendimentos políticos, tentando sair da cova em que o povo sepultou a 15 de novembro.

A nota é finalizada com a posição do governo sobre a mobilização dos professores e os rumos futuros deste embate

Não haverá mais discussões e quem promover greve será sumariamente demitido.
Aos professores sérios e responsáveis o meu apelo: confiem no governo que é sensível aos problemas dos que fazem do serviço público uma honra.
De coração,
Gilberto Mestrinho.¹⁷³

Aqui nos permitimos uma ligeira digressão, para indagar, com base nos argumentos de Nicos Poulantzas, como aquilatar o real poder do Estado no cenário capitalista? Essa discussão remete à outra indagação: quem, afinal, “escapa ao Estado e ao poder”?¹⁷⁴. O poder do Estado, tem interesses particulares e bem definidos, reduzindo este interesse à dominação política.¹⁷⁵ O interesse em manter subordinado servidores públicos – professores –, atende ao poder do Estado e não leva em consideração a necessidade particular do trabalhador, por isso caminha-se ao poder da massa trabalhadora: a greve.

Ainda no dia 29 de novembro, o governo reforçou sua posição em demitir os trabalhadores da educação que se encontravam paralisados, ameaçando-os com a demissão sumária. O que deve ser levado em consideração é que nessa ação do governo, a demissão ocorreria a professores concursados, portanto, trabalhadores que já haviam adquirido estabilidade funcional.¹⁷⁶

¹⁷³ A nota do governo foi publicada nos jornais de maior circulação da capital amazonense, no dia 29 de novembro de 1983.

¹⁷⁴ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 13.

¹⁷⁵ Idem, p. 14-15.

¹⁷⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, 29 de novembro de 1983, p. 5.

No dia seguinte, os jornais noticiavam as primeiras retaliações do governo ao movimento docente, sendo a primeira, a suspensão da liderança do movimento. Para o governo, o movimento não era homogêneo, devido a dissidências existentes, por exemplo, na tomada de decisão sobre a greve. Outra medida foi a abertura de inquérito policial devido à supostas agressões físicas feitas por professores à colegas que não queriam aderir a greve e, portanto, haviam optado por entrar nas escolas.

177

Até os dias atuais, a dissidência no movimento docente do Amazonas é uma realidade, tendo em vista a heterogeneidade dos professores que o compõem, já que eles trazem diferenças de formação, ideológica, e também, e mais importante, a forma de enquadramento no funcionalismo. Professores que adquiriram estabilidade através de concurso público, portanto, com estabilidade funcional, eram a “frente” do movimento, no entanto, como de praxe em todos os governos, havia uma grande quantidade de professores contratados. Estes contratados, representam uma potencial massa de manobra do poder hegemônico nos momentos de enfrentamento deste com os movimentos grevistas e/ou reivindicatório, tendo em vista a não estabilidade destes no serviço público.

A falta de estabilidade destes trabalhadores, os leva para posturas de não adesão às mobilizações, exatamente pelo medo da perda do emprego. Isso causou, não só no movimento docente, mas nas diversas mobilizações, instabilidades entre os trabalhadores, levando um grupo à ação grevista e outros à postura de não-grevistas, e, muitas vezes, podiam ocorrer tensões e mesmo agressões, como alegou o governador Mestrinho.

A dissidência dentro de um movimento pode ser vista em diversas categorias e tempos diferentes, o que nos dá uma ideia das diferentes ideias dentro de um movimento grevista. No Rio Grande do Sul da década de 1910, foi possível perceber essa identificação da dissidência e como na prática ela funcionava – a agressão física – no meio das diversas categorias daquela localidade. Para Queirós:

Não eram raras as vezes em que tensões entre grevistas e não grevistas descambavam para a violência, tanto de forma espontânea quanto de forma planejada. Alvo de disputa entre as associações entre as associações operárias e o Estado, de um lado, os trabalhadores que não aderiram às greves eram coagidos tanto física quanto moralmente pelos grevistas para interromperem o trabalho; de outro, a repressão pelo governo e pelos

¹⁷⁷ *Jornal do Comércio*. Manaus, 30 de novembro de 1983, p. 1.

padrões transformava a opção pelo engajamento à mobilização em um risco à sua integridade física.¹⁷⁸

A dissidência do movimento dos professores é vista por outro viés pelo Professor Ricardo Bessa. Na sua opinião não havia uma dissidência, mas ideias diferentes de pessoas diferentes. Este cenário, demonstra a postura de tornar o movimento organizado frente a retaliação do governo. A memória dele referente ao não acontecimento da dissidência, ocorre no cenário político, exemplificado pelo entrevistado numa relação com um companheiro de outro partido político. Ao ser questionado sobre a dissidência ele respondeu:

Havia discordância e muita, quer dizer, a associação não era homogênea, ela reflete o caráter de classe. Tá, todos eram professores, você dizia: “todos eram da mesma classe”, do ponto de vista da situação de classe, mas do ponto de vista da posição de classe, não. Por exemplo, nós tínhamos um cara que era ligado ao Lindoso, foi candidato a vereador pelo partido do Lindoso, na época que o Lindoso foi escolhido indiretamente governador, eleição também depois pra prefeito, e pra governador não tinha eleição, era indicação de Brasília, indicaram o Lindoso. Pra prefeito e na primeira eleição pra prefeito e vereador, ele saiu candidato pelo PDS, antiga ARENA, e aí no movimento, esse rapaz fazia parte do movimento e tinha uma atuação fantástica, ele ia pra porrada, luta, trabalhava pra cacete pro movimento dar certo. Ora, se ele trabalhava muito pra que o movimento desse certo, ele era meu aliado, tava com os mesmos objetivos que o meu. Aí companheiros nossos da Convergência Socialista disseram: “tem que expulsar ele que ele é do PDS”, e eu: “como do PDS?” eles disseram “ele foi candidato a vereador pelo PDS!” e eu disse: “Sim e daí? Mas ele tá na luta conosco, quem tem que expulsar era o governador ele do PDS porque tá lutando contra o governador do PDS”. Aí eles: “não, mas ele vai ser de novo candidato a governador pelo PDS”. Aí “a gente senta a porrada nele, mas agora ele tá do nosso lado e não podemos afastar, não é isso?” Tanto é que nós, Aloysio Nogueira e eu tivemos um tratamento fraterno com o companheiro e ganhamos ele.¹⁷⁹

O instrumento jurídico adotado pelo governo do Estado para reprimir os professores, foi o Decreto 1632, de 4 de agosto de 1978, portanto uma lei editada no período ditatorial, o que não endossava a ideia de um governo democrático, ou mesmo de um governante que havia sido perseguido pela ditadura civil-militar. O bojo do mecanismo jurídico exposto, não permitia a serviços e servidores públicos a adesão em movimentos grevistas, reprimindo por meio deste, os trabalhadores com diversas punições, que iam desde advertência à demissão sumária. O texto em si não explicitava a educação e seus mecanismos como atividades essenciais,

¹⁷⁸ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense: as grandes greves na Primeira República (1917-1919)*. Manaus: EDUA, 2016. p. 152.

¹⁷⁹ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 21.

deixando aos municípios, estados e ao Distrito Federal o entendimento deste¹⁸⁰. Os artigos do texto expunham:

...

Art. 2º Para efeitos deste Decreto-Lei, constitui greve a atitude da totalidade ou de parte dos empregados que acarrete a cessação da atividade ou diminuição de seu ritmo normal.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1ºm incorrerá em falta grave, sujeitando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 dias do reconhecimento do fato, independente do inquérito:

I – Advertência;

II – Suspensão de até 30 (trinta) dias;

III – Rescisão do contrato de trabalho, com demissão por justa causa.

§ 1º Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário...¹⁸¹

O mês de dezembro de 1983, iniciou com a confirmação das promessas de demissão dos trabalhadores pelo governo. Já no primeiro dia do mês, a imprensa trouxe em suas páginas o nome dos primeiros quarenta e cinco professores demitidos pelo governo estadual.¹⁸² A lista era encabeçada pelo presidente da APPAM, Professor Barbosa, mas continha ainda os nomes dos professores Aloysio Nogueira e João Ricardo Freire. Para Nogueira, mesmo sabendo que a repressão viria, a demissão sumária foi uma surpresa:

... daí é que vem se alastrou uma série de repressão em relação ao movimento, tanto é só pra te dar um exemplo, ele demitiu sumariamente uns, acho que uns setenta professores, sai nos jornais rapaz o nome de cada um, tem a lista deles sumariamente demitidos. Eu, por exemplo, eu e minha mulher fomos demitidos sumariamente. Agora como é que você concursado é demitido sumariamente? ¹⁸³

Outro demitido, Professor Ricardo Bessa, viu na demissão um momento de fortalecimento do movimento, mesmo com o prejuízo de alguns companheiros. Para ele, a demissão deu novos rumos à greve, pois a partir deste fato, os docentes tomaram coragem para uma atitude mais radical, fortalecendo o enfrentamento:

Aí quando demite James, eu estava presente, lotado sete mil professores estavam presentes, o Professor Aloysio Nogueira colocou a demissão da

¹⁸⁰ *Jornal do Comércio*. Manaus, 30 de novembro de 1983, p. 5.

¹⁸¹ Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978--350976-publicacaooriginal-1-pe.html>
Acessado em 18 de abril de 2018.

¹⁸² *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de dezembro de 1983, p. 1.

¹⁸³ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 14. Reproduzimos este trecho na página 64.

direção da APPAM. Aí surgiu lá da base um professor que ninguém nem conhece, ele conhecia a gente, que a gente era liderança, a gente não conhecia porque a gente não conhecia todo mundo... Professor levantou e falou: “Eu quero fazer uma proposta, que se demitir um companheiro nosso da APPAM que a lista dos sete mil aqui presentes nessa assembleia seja encaminhada ao governador, se demitindo também”. Olha o caos que iria causar, sete mil professores se demitindo também, ia parar a educação no Estado. Isso foi aprovado por unanimidade, quando foi aprovado por unanimidade eu fiz um discurso e disse: “Nós já somos vitoriosos!” Porque eu sabia que o governador não ia aguentar.¹⁸⁴

Frente às demissões, os professores procuraram o governo do Estado para a continuidade das negociações, contudo a negativa do governo foi fator que levou a greve a outros rumos. Mais uma vez usando a imprensa, o governador afirmou que o diálogo estava encerrado, “pois eles quebraram o acordo que havia sido feito com o vice-governador Manuel Ribeiro”, e ainda acrescentou:

Já disse que o diálogo está encerrado. Os professores grevistas conhecem a situação financeira do Estado, de dificuldades que impedem que o governo atenda as suas reivindicações... Os reajustamentos agora só serão concedidos em maio de 84... a maioria do professorado não quer greve, quer trabalhar.¹⁸⁵

No mesmo periódico, ainda é possível ver a repetição do discurso governamental sobre a oposição política que tentava causar prejuízo ao seu governo: “Reafirmo que os líderes do movimento pertencem a grupos extremistas, que querem tumultuar a vida do Estado, e estão incitando a classe à greve. Por isso não haverá mais diálogo e dessa posição eu não me afasto”.¹⁸⁶, disse Gilberto Mestrinho.

No dia seguinte, o governo suspendeu mais vinte e cinco professores, o que demandava da parte dos grevistas uma atitude de reação. A decisão foi radicalizar a greve e fazer greve de fome. Dois professores tomaram a decisão de tomar a frente do ato radical, o presidente da APPAM, Professor Barbosa e o Professor Francisco Lemos. A atitude extrema foi decidida de maneira rápida para tentar barrar as retaliações do governo e trazer a sociedade em geral para o lado dos docentes. O local escolhido pelos grevistas foi a Igreja de São José Operário, com a promessa de que a cada doze horas um novo professor entraria no ato extremo.¹⁸⁷

A greve de fome, na visão de Aloysio Nogueira, foi um momento que fortaleceu a luta dos professores frente o governo estadual. Participante da greve de

¹⁸⁴ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 8.

¹⁸⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 1 de dezembro de 1983, p. 5.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ *Jornal do Comércio*. Manaus, 2 de dezembro de 1983, p. 1.

fome, o Professor Ricardo Bessa foi um dos quatro docentes que participaram da ação que iniciara no primeiro dia de dezembro e durou até o dia seguinte, e também vê o momento como um impulsionador do movimento, agregando a força deste ato à participação da Igreja Católica e inclusive das mães de professores na luta contra o governo

Aí nós fomos a greve de fome... Quando entrei em greve de fome... Bom, aí fizemos essa assembleia de sete mil professores no Olímpico, e ele (Gilberto Mestrinho) demite toda a direção da APPAM, inclusive a mim. Aí quando demite James, eu estava presente, lotado sete mil professores estavam presentes, o Professor Aloysio Nogueira colocou a demissão da direção da APPAM. Aí surgiu lá da base um professor que ninguém nem conhece, ele conhecia a gente, que a gente era liderança, a gente não conhecia porque a gente não conhecia todo mundo... Professor levantou e falou: “Eu quero fazer uma proposta, que se demitir um companheiro nosso da APPAM que a lista dos sete mil aqui presentes nessa assembleia seja encaminhada ao governador, se demitindo também”. Olha o caos que iria causar, sete mil professores se demitindo também, ia parar a educação no Estado. Isso foi aprovado por unanimidade, quando foi aprovado por unanimidade eu fiz um discurso e disse: “Nós já somos vitoriosos!” Porque eu sabia que o governador não ia aguentar. Aí foi quando eu entrei em greve de fome pra substituir o Chico Lemos, eu e a Socorro... A Socorro era uma gordinha, ainda tinha carne, eu não tinha não. [risos]. Aí vem aqueles apelos de evangélicos dando bíblia, católicos pedindo “não vá professor o senhor vai se matar” e eu disse: “mas é a causa, eu estou aí... se eu não for quem vai?” Aí pegamos e fizemos a greve de fome. Daí surge o Comitê das Mães dos Professores demitidos, olha só, não se você já tinha ouvido falar disso? Comitê das Mães dos Professores demitidos, minha mãe fez parte do Comitê, Dona Elisa Bessa. Saía às ruas, as velhinhas, fazendo pedágio, parando os carros... isso é histórico! E denunciando o governador.¹⁸⁸

Mesmo sendo um momento em que os professores se encontraram frente à problemas financeiros, na fala de Ricardo é possível perceber um momento de descontração dentro do processo da greve de fome ao lembrar da professora e seu estado físico comparando a dificuldade que seria ele mesmo ter participado do ato.

¹⁸⁸ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 15.

Figura 5
Professores em Greve de Fome.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 2 de dezembro de 1983.
Da esquerda para direita: João Barbosa e Francisco Lemos.

Francisco Lemos, um dos que iniciou a greve de fome, lembra que a tomada de decisão foi feita de maneira rápida e necessária, mas sem organização. O objetivo era rebater as demissões do governo. Ele enfatiza que a radicalização forçou o governo a retrair pelo “escândalo” que a greve proporcionou na sociedade e na imprensa regional, nacional e até mesmo internacional. A visão da participante da greve, Professora Socorro, é vista pelo professor como outra liderança dentro da ação, tendo em vista ele reconhecer a proatividade da professora dentro do movimento docente. A narrativa dele é exposta dessa forma:

... aí ele baixou um decreto onde ele exonerava todos os professores. Todo mundo teve medo... todo mundo voltou pra sala de aula, aí então veio a ideia. O finado Barbosão: “vamo fazer uma greve de fome?”. Mas o Barbosão não era pra entrar, porque ele era um dos diretores, presidente da casa..... Aí nós tivemos essa ideia. Aí nós botamos... nesse dia nós fechamos a Constantino Nery. Botamos ali mais de dez mil professores no Olímpico. Dali nós saímos pra Greve de Fome. Saiu pra Greve de Fome eu e Barbosão e o resto vinha depois como é o caso do Bessa, como é o caso de outros colegas, a Socorro, a *Socorrora* é uma professora que já tá aposentada, mas não era fácil aquela mulher. Aí eu entro no negócio. Quando eu entro, aí chama a atenção da imprensa nacional e internacional, entendeu? Nessa altura do campeonato não sensibilizou o governo. As escolas todas pararam, só ficou escola de samba dando aula pra quem quisesse. Parou tudo. Aquele momento foi um momento de coragem e fraternidade dos professores. Resultado, quando ele viu que “tava pegando” ele retrocede e torna todas as portarias que ele tinha assinado de exoneração, professor concursado... Todo mundo tinha medo... sem efeito. Aí pede pra acabar com o escândalo

da greve de fome, foi escandalizante. Foram dois dias, entendeu? Resultado dessa situação toda, meu irmão, é que nós ganhamos...¹⁸⁹

O que se percebe na postura do governo diante da mobilização dos professores, é a reiteração do discurso de austeridade fiscal e de uma latente oposição que tenta prejudicar seu governo eleito democraticamente. No entanto, tal discurso cai em descrédito pela própria imprensa que cobria a greve daquele ano. Um dos periódicos que acompanhava a greve de fome dos docentes, na mesma edição que trazia a imagem dos dois primeiros professores que iniciaram tal fato, trouxe também a notícia que o governo prometia melhorar o salário de médicos do Estado, assim deixando em dúvida o discurso de austeridade e reforçando uma retaliação política para os docentes.

GM promete salário melhor para médicos.

O governador Gilberto Mestrinho prometeu ontem melhorar os salários de todo o pessoal da área de saúde, pedindo a todos que tenham confiança, ao encerrar o I Encontro dos Diretores de Unidades Mistas do Interior. Ele afirmou. Ele afirmou reconhecer as grandes dificuldades por que passam os médicos que atuam no interior do Estado, por isso entende que esses profissionais devem ganhar melhor.¹⁹⁰

No dia dois de dezembro, uma comissão mediadora formada pelo Arcebispo de Manaus, Dom Milton Correa; pelo Deputado Federal Mário Frota; pelos Deputados Estaduais Francisco Queiroz, Félix Valois e João Pedro, e ainda pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Aristófano de Castro Filho, após diálogo com o governador Gilberto Mestrinho, conseguiu que a greve dos professores fosse encerrada com a aceitação do poder executivo estadual em reabrir as negociações com os docentes e revogar as penalidades impostas pelo governo aos professores. Assim, no mesmo dia foi encerrada a greve de fome.¹⁹¹

Em comunicado oficial da APPAM, através de boletim, foi informada a suspensão da greve

Comunicamos aos companheiros professores que, em reunião realizada hoje (02/12/83), às 16:00 horas, entre a Comissão Mediadora, estabeleceu-se o seguinte:

- a) A Paralisação Geral está suspensa a partir de hoje.
- b) Todas as punições impostas aos professores, diretores e orientadores, serão revogadas imediatamente.
- c) As negociações entre o Governo e a Comissão dos 12, representante legítima dos professores, serão retomadas imediatamente.

¹⁸⁹ LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista...*, p. 3-4.

¹⁹⁰ *Jornal do Comércio*. Manaus, 2 de dezembro de 1983.

¹⁹¹ *Jornal do Comércio*. Manaus, 3 de dezembro de 1983, p. 5

d) Serão assegurados à categoria os pontos do documento reivindicatório já discutidos e definidos pela APPAM e Secretaria de Educação e Cultura.

Assim sendo:

1. Os professores deverão a partir de HOJE, inclusive os que foram punidos, retornar às suas atividades em sala de aula.

2. Marcar uma reunião com os Representantes de Turno, dia 03/12, às 09:00 horas, no Curso Cretã.

3. Pedimos aos companheiros que apoiaram o movimento para não discriminar os professores, diretores e administradores que não foram capazes de entender o significado profundo de nossa luta.

Manaus, 2 de dezembro de 1983.¹⁹²

O Professor Lemos participou da diretoria encabeçada por Barbosa e discorda da ideia de que o sindicato tivesse conseguido se manter apartidário. Na sua concepção, o que existiu verdadeiramente foi um sindicato em que misturava professores dos dois partidos que disputava o comando da APPAM, o PT e o PCdoB, além do PMDB que era entendido como o partido do governo.

A primeira foi só petista ... A segunda era o Barbosão, eu também era um dos diretores, tá entendendo? E aí era mista, era entre PCdoB, PMDB, PT e tudo que tivesse de partido político. Quer dizer, foi um erro, um erro também porque tu sabe que no meio dessa situação todinha o sindicato que é perseguido ele tem que ser apartidário e os caras se manifestavam defendendo sua placa partidária.

Mesmo salientando que não fazia parte de um partido político, o professor reconhecia em Aloysio Nogueira uma liderança da categoria, e não o viu como uma presença negativa pelo fato de estar vinculado a um partido político, nem entendeu essa presença de Nogueira como algo que traria problema ao processo de negociação que tinha também a frente o antigo presidente da instituição. Em virtude de acontecer em 2018 uma mobilização dos professores da SEDUC, Lemos traçou um paralelo da gestão de Aloysio com a atual diretoria, expondo o porquê das ações da década de 1980 terem tido sucesso. Seja como for, e mesmo aceitando Nogueira como liderança atrelada ao Partido dos Trabalhadores, Lemos é enfático na defesa de um sindicato apartidário:

Nosso sindicato ele não era pelego, sabe por que? Porque nós trabalhávamos com rotatividade, por exemplo, se você tinha duas cadeiras tinha que sobrar um espaço para assistir o sindicato. A nossa diretoria, que é Aloysio e companhia. Por exemplo, eu trabalhava de manhã e à noite, então a tarde eu tinha que tá no sindicato. ... A medida que inventaram, diretor de sindicato não tem que trabalhar, ter que não

¹⁹² APPAM – Boletim nº 17, de 2 de dezembro de 1983.

dar aula, se tornou agregado do governo, aí nós vimos a luta dos professores sedo rebocada pela ASPROM e eu fui e disse pra eles que, naquele momento muita gente ficou com raiva de mim, digo: Eu não sou pelego, eu vou pro outro lado. Fiquei com a ASPROM, o movimento todinho eu fiquei com a ASPROM. Mas me decepcionei com o sindicato, o Libório, por exemplo, é meu amigo, mas negócios a parte, entende? A direção, ela toda está presa a cargos de confiança, e quando está presa a cargos de confiança, ou seja, a funções, não trabalha, não dá aula, eu sou contra isso aí, sindicato tem que ir pra luta, observar o professor na base mesmo e tal. Pra mim o sindicato morreu, ele tá morto. ...Dava certo porque ele [Aloysio] tinha um espírito de liderança muito grande e outra coisa, o pessoal discutia com ele, se traçava um roteiro das situações e realmente a gente ia pra frente. Hoje não se discute nada. O professor vai lá, não sabe nem quem é diretor ... nós tava num curso de religião lá na Boas Novas, aí ele foi e disse, o Zé Melo: “O sindicato, está aqui meu amigo Libório. Antigamente no passado, coisas que o vento levou, se vivia brigando. Hoje nós somos parceiros”. Chega doeu na alma. Um governante dizer que o sindicato é parceiro, o homem disse tudo aí.¹⁹³

Retomando a jornada de 1983, a Comissão Negociadora (“Comissão dos 12”), tinha à frente o Professor Aloysio Nogueira. A constituição dessa comissão, já era um foco da dissidência existente dentro do movimento, tendo em vista que o grupo foi escolhido num embate com a diretoria vigente em 1983. Para a Arminda Mourão, a chapa eleita em 1982 era frágil e considerada por um grupo de professores como “pelega”, portanto, sem condições de dirigir o movimento de 1983. A questão chega a uma coalisão dentro da categoria que “o presidente da entidade, apesar de não ter sido afastado da direção legalmente, o foi de fato, pois foi criada uma comissão intitulada MOVIMENTO DOS PROFESSORES, que basicamente dirigiu o movimento de 83...”.¹⁹⁴

2.3. REPERCUSSÕES DO MOVIMENTO NA IMPRENSA AMAZONENSE

O uso da imprensa como fonte no âmbito da pesquisa histórica é hoje um recurso bastante usual nesse campo disciplinar¹⁹⁵. Sua utilização traz várias vantagens, sendo uma delas a capacidade de aproximar o pesquisador do cotidiano social do contexto de sua pesquisa. Mesmo com tais vantagens, Zicman pondera:

¹⁹³ LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista...*, p. 6-7.

¹⁹⁴ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., p. 125.

¹⁹⁵ Já vai longe o tempo em que, como argumentava Renée Barata Zicman, “mesmo que consultados e citados, os jornais são raramente estudados e analisados”. ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa: algumas considerações*. *Projeto História*, nº 4, p. 90.

Devemos lembrar que na imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”.¹⁹⁶

O *Jornal do Comércio*, foi criado em 1904 por Rocha dos Santos, passando posteriormente por diversas mudanças de dono. Nos anos 1930/1940 foi comprado por Assis Chateaubriand, renomado jornalista brasileiro detentor de diversos jornais pelo Brasil e, com isso, o JC amazonense juntou-se aos famosos Diários Associados, de grande poder e influência política no país em meados do século passado. Em matéria divulgada em seu site na internet, a centenária empresa jornalística chegou a produzir, recentemente, uma representação de si em matéria que descrevia de forma claramente positiva – e até laudatória – a trajetória daquele periódico no cenário amazonense:

É um jornal combativo e nesta posição, durante o governo de Jonathas Pedrosa (1913-1917), está em sua linha de frente o destemido e mais aguerrido ainda Vicente Reis. Polêmico, Reis mantém com o governador muitas controvérsias, até que um dia Pedrosa ordena a prisão de Reis tão logo este saia da redação do *Jornal do Comercio*. É a partir deste episódio, sempre negado por Reis, que a história do *Jornal do Comercio* passa a ser mais conhecida.

A polícia aguarda Vicente Reis na saída do jornal, este, usando uma técnica que mais tarde viria a ser utilizada pelo mentor dos *Diários Associados*, caracteriza-se como uma mulher: de vestido, salto alto e sombrinha consegue driblar a vigilância policial e escapa da prisão ordenada pelo governador...

Mais tradicional jornal da cidade de Manaus, o *Jornal do Comercio* abrigou entre seus colaboradores o filho de Vicente Reis, Arthur Cezar Ferreira Reis, que viria a ser um dos mais renomados intelectuais do Estado do Amazonas; extrapolando nossas fronteiras ao tornar-se cientista reconhecido em todo o Brasil e autoridade incontestável em Amazônia.

Ele foi o primeiro superintendente da SPVEA, embrião da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), a convite do então presidente da República, Getúlio Vargas. Também foi o primeiro governador do período militar inaugurado em 1964...

Entre fatos marcantes vividos na longa história do *Jornal do Comercio* um se reveste da maior importância por discutir as bases em que estava assentada a legislação de incentivos propostos e praticados pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Trata-se da sonegação praticada naquela autarquia, e que veio à tona em 1986 pelas páginas do *Jornal do Comercio*, tendo ficado conhecido como o “Escândalo do Colarinho Verde”.

Podemos dizer que havia um esquema para burlar o fisco através de importações mascaradas, internação de mercadorias sem que estas chegassem a seu destino (Manaus). Como resultado das informações veiculadas por este matutino, que foi virtualmente o único a cobrir os

¹⁹⁶ Idem, p. 90.

fatos, houve a demissão do superintendente da autarquia e sua substituição por um interventor. Por causa disso, o *Jornal do Commercio* sofreu retaliações pela postura assumida, sem falar nos interesses contrariados...¹⁹⁷

Em pesquisa recente, Priscila Daniele Ribeiro, revelou um perfil bem menos oficioso do *Jornal do Comércio*, demonstrando, para além de sua importância não apenas no interior da História da Imprensa Amazonense, mas também no interior da História do Amazonas, momentos em que o periódico se mostrou atrelado à governos locais e, muitas vezes, conivente com práticas espúrias por eles adotadas¹⁹⁸. Seja como for, Ribeiro sustenta de forma clara o vínculo direto da linha editorial do jornal com os interesses do segmento comercial da cidade, a quem buscava representar e defender¹⁹⁹. Isso não significa que o jornal não se voltasse também para temas e questões ligadas aos populares. Na verdade, essa foi uma marca sua ao longo desses mais de cem anos de história. Todavia, sempre que o fez, um caráter pragmático e instrumental se fazia presente. Ou seja, o jornal podia apoiar causas populares, desde que isso não interferisse ou afetasse seus vínculos e interesses econômicos e políticos. Assim, quando da emergência das grandes greves do Distrito Industrial de Manaus, em meados dos anos 1980, o *Jornal do Comércio*, assumiu postura francamente contrária aos trabalhadores e de apoio à repressão governamental e patronal.²⁰⁰

Sendo o primeiro a dar imagem ao movimento do professorado manauara, a primeira nota sobre o movimento dos professores saiu no *Jornal do Comércio*, denominada “*Professores têm Assembleia Geral no Olímpico Clube*”. Nela o periódico busca noticiar à sociedade manauara o andamento da assembleia dos docentes que ocorrera no dia anterior. Não foi assunto de destaque, sendo incluída uma nota em dimensões ligeiras à página três, e nenhuma informação foi ali discutida sobre a postura do governo ante as demandas do professorado.²⁰¹

Passados cinco dias sem notas do movimento no periódico, no dia onze de novembro, o assunto retornou ao jornal, desta vez ganhando destaque na primeira página em matéria adensada que dava voz ao governo. Com o título “*Governo não*

¹⁹⁷ Disponível em: <http://www.jcam.com.br/empresa.asp>. Acessado em 04 de maio de 2018.

¹⁹⁸ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do Burgo Podre ao Leão do Norte: O Jornal do Comércio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação de Mestrado em História, Manaus: UFAM, 2014.

¹⁹⁹ Idem, p. 36-46.

²⁰⁰ SANTIAGO, Célia. *Clandestinidade nas linhas de montagem*. Op. cit.

²⁰¹ *Jornal do Comércio*. 6 de novembro de 1983, p. 3.

admite confronto com a classe dos professores”, o diário amazonense não apenas traz a posição do governo frente quanto à iniciativa dos professores, notadamente quanto à decisão pela *paralisação didática*, como também parece justificá-la. A chamada da capa espraia-se, assim, pela outra página do jornal, e ali ganha dimensões ameaçadoras que a matéria de capa evitou: “*Advertência aos Professores: Tratamento à altura para quem quiser confrontar*”. Em que pese o tratamento diferenciado entre a matéria do dia 6 e a do dia 11, o *Jornal do Comércio* busca passar uma imagem de isenção, como se sua intenção fosse a de simplesmente apresentar os fatos, deixando ambos os lados (professores e governo) com a possibilidade de uso de suas linhas.²⁰²

No dia seguinte, 12 de novembro não há publicação sobre o movimento tendo em vista que o conteúdo do jornal enfatizou a morte do ex-governador do Amazonas, no período ditatorial, Danilo de Mattos Areosa. O assunto só retornaria novamente na edição do dia 17, com a notícia de que o “*Governo inicia negociações para acabar com a Greve Didática*”. Ali se expõe que os rumos das mobilizações ainda não haviam tomado o caminho da radicalização, tendo em vista a opção inicial dos docentes por uma atitude relativamente mais branda – a *paralisação didática* – que se faria com a presença do docente na unidade escolar. O fato de o governo manifestar agora seu desejo de negociar, não indicava, necessariamente, vontade de aquiescer e/ou assimilar as demandas do movimento paredista, podendo, ao contrário, significar uma manobra para “esfriar” o movimento, apostando em seu desgaste e fragilização.

Tendo o governador Gilberto Mestrinho, ele próprio, recebido o movimento, acompanhado da Secretária de Educação, Freida Bittencourt, não causou muito ânimo aos professores quando alegou não poder atender o ponto principal da negociação, que era a questão salarial. O governador, na ocasião segundo o periódico, ouviu todas as demandas dos docentes, contudo “explicou que não poderia atender os pedidos sobre aumento devido as dificuldades financeiras do Estado”.²⁰³ Mesmo com a negativa, a representação da categoria através de seu presidente, Professor João Barbosa, afirmou: “Vamos todos continuar dando as aulas

²⁰² *Jornal do Comércio*. Manaus, 11 de novembro de 1983, p. 1-3.

²⁰³ *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 de novembro de 1983, p. 5.

e reestudar todas as questões porque queremos uma discussão de nível elevado e capaz de atender as nossas aspirações”.²⁰⁴

A reunião entre o governo e professores merece uma atenção. Relato dos entrevistados e da imprensa já noticiavam a possibilidade de retaliação do governo para com os professores, sob a alegação, já referida em parte anterior deste trabalho, de que a APPAM, na verdade, expressava menos o interesse da categoria, e mais o desejo de estabelecer uma oposição política sistemática ao governo do PMDB. Assim, ao receber os professores e não atender o ponto principal de suas reivindicações – o aumento salarial – Mestrinho fortalecia ainda mais sua imagem de duro negociador, que, legitimado pelas urnas, não aceitaria imposições externas como a que os professores pediam. Aloysio Nogueira expôs sua percepção sobre o modo de governar de Mestrinho

Na verdade, é preciso analisar a concepção de Estado dirigido pelo senhor Mestrinho, aí é que está a questão. Toda essa história de ter sido cassado e tal, etc. Mas o Mestrinho era um governo populista, governo populista. E com esse tipo de governo ele queria a submissão de qualquer movimento aos interesses do próprio Estado, do próprio governo, dos seus interesses mais específicos. E como o movimento já tinha uma história anterior, ele não aceitava isso, queria uma independência...²⁰⁵

Entre os dias quinze e vinte e três de novembro de 1983, o *Jornal do Comércio* não trouxe notícias sobre o movimento docente. O interstício se deu por conta da organização do movimento frente a proposta do governo.

No dia 8 de novembro, outro diário da cidade, mas igualmente tendencioso ao apoio dos atos governamentais, o jornal *A Notícia*, começou a exibir informações sobre o movimento docente²⁰⁶. A primeira notícia, ainda de tamanho pequeno, informava que a APPAM chamava os professores para tomar decisão e conhecimento sobre o documento reivindicatório levado ao governo em outubro de 1983²⁰⁷. No dia seguinte, mais uma nota do movimento, desta vez intitulada “*Professores ameaçam não dar aula*”²⁰⁸, aparecia na capa do periódico, e tentava

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 21.

²⁰⁶ Sobre o jornal *A Notícia*, assim como sobre o periódico *O Jornal*, citado mais à frente, existem poucas notícias. Sabemos, contudo, que ambos circularam como jornais de circulação diária na cidade de Manaus na segunda metade do século XX. *A Notícia*, circulou entre os anos de 1968 e 1983, e era de propriedade do empresário Manoel José de Andrade Neto. Andrade Neto se apresentava como jornalista e político, já que fora eleito, em diversas ocasiões, Deputado Estadual e chegou a ser também Deputado Federal, pelo MDB.

²⁰⁷ *A Notícia*. Manaus, 8 de novembro de 1983, p. 3.

²⁰⁸ *A Notícia*. Manaus, 9 de novembro de 1983, p. 1.

deixar a sociedade manauara à par dos andamentos do movimento e da proporção que estava tomando. Levando em consideração dados do IBGE sobre o quantitativo de professores em todo o Estado, de aproximadamente onze mil docentes nos três níveis de Ensino (Pré-Escola, 1º e 2º Graus), ter mais de três mil professores em uma assembleia, na capital amazonense, demonstrava que o movimento tinha uma significativa adesão da categoria. Assim, nesta reunião os professores decidiram iniciar o enfrentamento ao governo estadual, anunciando, como se viu, a *paralisação didática* a partir do dia 8 de novembro. Na mesma data, o diário trouxe uma informação importante sobre a postura do Governo Mestrinho frente a mobilização docente e, na página três, reforçava a notícia da assembleia, informando que os professores denunciavam já estar acontecendo naquele momento uma “repressão velada”, pois no dia da assembleia, na frente da Escola Estadual Antônio Teles, se encontrava uma viatura da Rádio Patrulha, veículo da Polícia Militar do Amazonas, e que os policiais da guarnição não estavam permitindo a saída dos professores da instituição, que se deslocariam para participar daquela reunião.

Não se pode deixar de salientar que 1983 ainda é um momento de vigência da ditadura civil-militar brasileira, portanto, a repressão militar sobre organismos civis ainda era latente neste momento, mesmo estando em período de transição para a democracia. A notícia ainda exibia uma nota da APPAM tirada na assembleia:

Nós professores, somos educadores, pais de família com responsabilidade social. Somos encarregados de preparar gerações futuras que esperamos seja melhor que a nossa luta contra a miséria, os baixos salários, a fome e o desemprego.²⁰⁹

Explorando o tema da pressão policial, a nota finaliza, lembrando: “*Não somos marginais nem bandidos*”²¹⁰, e pedindo respeito aos direitos e à liberdade dos docentes.

As notícias do movimento apareceram também nas páginas de *O Jornal*, outro grande jornal diário que circulava na capital amazonense. No dia 10 de novembro, os professores continuavam a pressionar o executivo estadual informando a realização de nova assembleia e comunicando o crescimento do movimento com a adesão do interior, ratificando que, caso não houvesse atendimento das pautas

²⁰⁹ *A Notícia*. Manaus, 9 de novembro de 1983, p. 3.

²¹⁰ *Idem*.

reivindicatórias, as aulas não seriam retomadas.²¹¹ Na página 2, o periódico continuavam as informações da notícia da capa, reforçando ainda a pressão ao governo através do Ofício 155/83. O periódico, que trouxe na íntegra o teor do ofício, lembrava que os professores estabeleceram um prazo de 48 horas para que o governo se pronunciasse em resposta às reivindicações enviadas ainda em outubro de 1983, sendo essa a condição para que houvesse o retorno às aulas.²¹² Ainda na mesma data, *A Notícia* deu voz ao parlamento amazonense quanto às suas avaliações e debates sobre o movimento, diferindo, até aqui, dos demais diários da cidade, já que trazia, assim, o ambiente de ação de um terceiro ator, que tradicionalmente tendia a intervir nas contendas entre o funcionalismo público e as administrações estadual e municipal, atuando como um importante *mediador*, embora isso não deva significar nem neutralidade ou equidistância entre as partes em litígio.

Na página de *A Notícia* dedicada à política, o jornal trazia a postura dissidente do vereador Sebastião Reis, do PDS, com críticas ao governador Gilberto Mestrinho, pela “*forma repressiva adotada contra as manifestações dessa prestimosa e tão necessária categoria*”, solicitando ainda o edil, que a Câmara Municipal de Manaus (CMM) aprovasse “*votos de solidariedade*” ao movimento dos professores²¹³. Nas fímbrias desse debate parlamentar, foi possível perceber que o tencionado cenário político da capital amazonense, ganhou maior densidade ao incorporar, a partir de perspectivas diferenciadas, contra e a favor, o clima de tensão trazido pelos docentes. Partidos que ocupavam cadeiras no parlamento municipal e estadual passaram a assumir lados opostos, enquanto se delineava o alinhamento da oposição ao PMDB de Mestrinho, visando fortalecer a oposição ao grupo por ele representado e as eleições futuras, marcadas para 1985.²¹⁴

Na edição de sábado, dia 12 de novembro, apareceu nova notícia sobre o andamento da paralisação didática na capital e sobre a adesão de instituições importantes como as Escolas Estaduais Ruy Araújo, Aparecida, Benjamin Constant, Antenor Sarmiento e subunidades da Praça 14. Mesmo com a comissão de negociação se dirigindo ao Palácio Rio Negro para requerer uma resposta ao ofício

²¹¹ *A Notícia*. Manaus, 10 de novembro de 1983, p. 1.

²¹² *Idem*, p. 1.

²¹³ *Idem*, p. 5.

²¹⁴ Discutiremos melhor esse tema em parte posterior deste trabalho, quando analisado as jornadas salariais do movimento docente do ano de 1985.

enviado ao governo (nº 155/83), o encontro com o governador em exercício Manoel Ribeiro, acabou por não acontecer, o que significou a continuidade da paralisação na semana que se seguiria.²¹⁵

No dia 15, o diário informa uma reunião entre professores e o governador Gilberto Mestrinho. Estava presente à reunião a secretária de educação, e ali foram analisados, ponto a ponto, as reivindicações dos professores. No entanto, as questões relacionadas ao reajuste salarial já haviam sido, naquele momento, negadas pelo chefe do executivo, alegando problemas financeiros. Outra reunião ficou marcada para o dia 17, desta vez com a responsável pela SEDUC.²¹⁶

Com a notícia "*Professores e governo se reunirão no dia 24*", *A Notícia* expôs uma nova assembleia dos docentes que marcava o encontro com o governo para o dia 24.²¹⁷

No dia 20, o diário trouxe agora a fala do Deputado Estadual João Pedro (PMDB) com o título "*Professores poderão ir à assembleia*", que solicitava aos demais parlamentares que apoiassem um convite para os representantes dos professores que poderiam assim fazer uma exposição sobre o andamento do movimento. O deputado, que na nota expunha um posicionamento ameno em relação aos docentes, argumentou "que o caminho mais salutar, mais democrático, para a solução dos problemas nacionais é o diálogo". É perceptível a postura do deputado da situação, num momento em que o governo ainda não começara a reprimir o professorado.²¹⁸

No dia 22, outra notícia dava conta da organização dos professores para a assembleia que ocorreria na próxima quinta-feira, dia 24.²¹⁹

Outro jornal existente na década de 1980 e que também acompanhou o desenrolar do movimento dos professores, foi o *A Crítica*, de grande circulação na cidade²²⁰. Neste jornal, as notícias sobre o movimento dos professores iniciaram a

²¹⁵ *A Notícia*. Manaus, 12 de novembro de 1983, p. 1-3.

²¹⁶ *A Notícia*. Manaus, 15 de novembro de 1983, p. 3.

²¹⁷ *A Notícia*. Manaus, 18 de novembro de 1983, p. 8.

²¹⁸ *A Notícia*. Manaus, 20 de novembro de 1983, p. 5.

²¹⁹ *A Notícia*. Manaus, 22 de novembro de 1983, p. 2.

²²⁰ Inaugurado em 19 de abril de 1949 pelo jornalista e empresário Umberto Calderaro Filho, tinha como slogan o título "*De mãos dadas com o povo*", circulando de segunda a domingo. Em sua vinheta de primeira página o periódico se anunciava como "*o Jornal de maior circulação no Amazonas*". Trazia em suas edições colaboradores importantes do mundo das letras amazonense, sendo que muitos desses intelectuais assinavam colunas regulares. Sempre esteve envolvido em disputas políticas, procurando sempre tirar partido de sua força de penetração e, portanto, de sua capacidade de formar opinião. Portanto, foi comum que críticas ocasionais aos governantes, levassem a acordos – comerciais, certamente – que, assim faziam o jornal refluir a crítica aos políticos e administradores

partir do dia 23 de novembro como uma pequena nota intitulada “*SEDUC discutiu com a APPAM os 39 pontos*”.²²¹

Figura 6
Reunião dos Professores com a Secretária de Educação



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 23 de novembro de 1983.

Na nota o jornal não cita nominalmente qualquer um dos representantes da APPAM, referindo-se aos mesmos como “*os membros eleitos pela Assembleia Geral*”, que discutiram com a Secretária Freida Bittencourt. Falou-se ainda sobre nova assembleia e sobre a eleição de representantes de turnos. A notícia, localizada na página 3, encontra-se em tamanho pequeno, se comparada a outras notícias do jornal. No dia seguinte, o periódico apresentou os 39 pontos discutidos naquela reunião.²²²

O jornal *A Notícia* também relatou a reunião do dia 23, dos professores e com a secretária Freida Bittencourt, com o intuito de discutir as reivindicações que haviam sido foram apresentadas tanto ao governador, quanto às secretarias da rede pública de educação, SEMEC e SEDUC. Neste encontro o assunto abordado foi,

estaduais e municipais. Por vezes, uma postura mais ácida levava à conflitos e tensões abertas, como a que fez o jornal ser perseguido pelo ex-governador Plínio Ramos Coelho, que tentou derrubar o jornal.

Disponível em: www.acritica.com/channels/cotidiano/news/de-jornal-impresso-a-era-digital-rede-calderaro-de-comunicacao-comemora-67-anos&hl. Acessado em 15 de maio de 2018.

²²¹ *A Crítica*. Manaus, 22 de novembro de 1983, p. 3.

²²² *A Crítica*. Manaus, 23 de novembro de 1983, p. 3.

basicamente, o conjunto das trinta e nove propostas de melhorias que os professores consideravam “estruturais” para a categoria em todo o Estado do Amazonas. O periódico traz ainda a informação de que as duas secretarias de educação (SEMEC e SEDUC), analisaram as propostas e chegaram a conclusão de que poderiam atender algumas das solicitações feitas pelos docentes.

Destaca-se aqui as exigências feitas pelos professores aos poderes competentes: para a SEDUC foi direcionada o pedido de melhorias básicas da infraestrutura das escolas. Foi solicitado que as secretarias de educação do Estado e do município (SEDUC e SEMEC), juntamente com a Universidade do Amazonas ofertassem cursos de aperfeiçoamento e de especialização para os docentes. Neste particular, os professores pediram que o item VII do art. 49 do Estatuto do Magistério fosse respeitado²²³. A necessidade de se reavaliar o modelo de ensino do 1º e 2º grau também foi abordada, sustentando-se que os professores deveriam ministrar conteúdos de acordo com a realidade da sociedade naquele momento. A preocupação com a educação indígena também foi motivo de inquietação, já que, na opinião dos docentes, aquela parte da população deveria receber uma educação diferenciada, ou seja, ter professores e monitores oriundos da própria comunidade e que estivessem habilitados para ministrar aulas tanto a língua portuguesa quanto a língua materna dos indígenas, levando para eles o bilinguismo. Outro ponto que deixava os professores desconfortáveis era o ter que ministrar aulas de matérias para as quais não eram habilitados.

A presença da APPAM no Conselho Estadual de Educação, ampliando a representatividade dos professores, foi outro dos pontos ressaltados pelos representantes dos docentes. O pedido para que cada funcionário, tanto estadual quanto municipal, desenvolvesse somente funções para as quais foram habilitados também apareceu na discussão. Isso significava que administradores, supervisores e orientadores, deveriam estar nas escolas atuando apenas em suas respectivas áreas. Um dos pontos mais importantes apresentados foi a questão da carga horária, que os professores consideravam excessiva e sugeriam como alternativa, para a obtenção de uma maior e melhor produtividade de trabalho, um horário de 20 horas semanais.

²²³ O item trata da autorização que os professores têm em deixarem a sala de aula para irem fazer cursos dentro e fora do seu estado e/ou país sem que haja perda de salário e vantagens.

As aulas de Educação Física fizeram também parte da lista de questões abordadas, pois, para os docentes, essas aulas deveriam ser ministradas no mesmo turno em que os alunos estavam cursando as demais disciplinas, assim pondo fim ao *contra turno*. O modo que a licença especial acontecia também entrou em questão, já que os professores queriam ter a oportunidade de tirá-la no momento em que achassem conveniente e que eles não tivessem a obrigação de deixar um substituto, sendo que essa substituição deveria ficar à cargo da direção da escola.

A falta de vaga para os alunos do pré-escolar era outro problema que necessitava ser resolvido, pois as vagas não eram suficientes para atender a demanda e juntamente com o pedido de ampliação de vagas para o pré-escolar foi solicitado a reimplantação do curso de alfabetização.

Convém lembrar que, em que pese o início de uma lenta e gradual “abertura” política, o contexto era ainda de final da ditadura civil-militar, portanto, aquele era um momento em que ainda havia repressão, com grandes limitações quanto à liberdade de expressão, de reunião e organização. Reunir os professores para discutir assuntos de seus interesses já era, em si, um ato de resistência que carregava em si uma dose elevada de coragem e ousadia por parte das lideranças do movimento. Exatamente por isso, o movimento, desde cedo, buscou reafirmar seus compromissos com o processo de redemocratização do país, exigindo uma postura governamental diferenciada e, portanto, de respeito à liberdade de expressão dos professores e seu pleno direito de locomoção. Além disso, juntamente com a solicitação de poderem se expressar através de suas organizações e reuniões, foi feito o apelo para que a entidade que estava representando os professores pudesse adentrar as dependências das escolas estaduais e municipais nos dias em que os docentes estivessem organizados para reuniões, sem que fossem abordados ou impedidos.

A maneira como se processavam as eleições para os cargos de diretores das escolas foi igualmente colocada em questão, levando-se a proposta para tais eleições fossem realizadas no período de dois em dois anos, e ainda salientado que a mesma deveria ser feita de forma direta e que não haveria a chama *lista tríplice*, sendo exigido que o candidato mais votado fosse o nomeado para o cargo de direção, devendo ter total liberdade para exercer suas atividades sem a interrupção dos diretores de unidade. Exigia-se ainda que, esse modelo de dirigir as escolas públicas

serviria tanto para as escolas estaduais, quanto para as escolas municipais. A necessidade de profissionais da educação e especialistas levou os professores que estavam a frente das negociações a pedirem que fosse feito concurso público para atender as demandas das duas secretarias, municipal e estadual.

A solicitação para se introduzir a disciplina de Metodologia Científica foi outro ponto que entrou em discussão entre os representantes dos professores e os órgãos que ali estavam para discutirem as solicitações apresentadas.

O período de férias e de treinamento também entrou em discussão, com a proposta de que as férias tivessem um período de 60 dias por ano, devendo serem cumpridas entre os dias 15 de dezembro a 15 de fevereiro; e o treinamento, um período de 13 dias contando a partir do dia 16 de fevereiro, teria seu término no dia 29 do mesmo mês. Esse período de treinamento serviria para que os professores elaborassem seus planos de aula anuais.

A transferência de professores sem que os mesmos tivessem feito a solicitação, levou a comissão a colocar em pauta o retorno desses docentes para suas escolas de origem. A comissão negociadora solicitou ainda, que os professores municipais fossem atendidos também pelo Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado Amazonas (IPASEA), já que os docentes desta secretaria também eram contribuintes. Com relação às escolas do interior que estavam com suas construções inacabadas foi solicitado que as mesmas fossem concluídas e que os professores que haviam sido contratados pela CLT e estavam com o 13º salário atrasado, fossem pagos com juros e correção, assim como o ajuste do salário dos professores que estavam recebendo um valor abaixo daquilo que era seu por direito, ou seja, o professor trabalhava uma carga horária completa, mas recebiam apenas meia carga. Ainda falando dos professores do interior e de seus salários, outra reivindicação sobre isso foi a de que os mesmos professores, que ainda não tinham recebido o salário férias referente ao ano de anterior, fossem pagos o quanto antes. Os professores rurais também foram lembrados neste momento, já que esses profissionais tinham sido contratados de forma irregular, sua contratação foi realizada de forma verbal e o pedido era que eles fossem inseridos na CLT e que esses professores tivessem seus pagamentos efetuados sem atrasos.

O ponto mais crítico da negociação estava relacionado à salários. A categoria exigiu que a SEDUC e a SEMEC iguallassem os salários de acordo com a qualificação

do docente. Os magistérios²²⁴ assim como também o professor de educação física, deveriam receber um valor de 30%, referente a regência de classe. Outros pontos salientados foram os reajustes que haviam sido prometidos para aquele ano e que no ano seguinte os reajustes fossem feitos de acordo com o custo de vida da cidade de Manaus.²²⁵

No dia 24, os três periódicos trouxeram notas sobre as negociações e sobre a ação da categoria docente. O *Jornal do Comércio*, na capa e em segunda página, num total de três notas, trouxe a informação que a secretaria de Educação, Freida Bitencourt achava positiva os caminhos que a negociação havia tomando. A postura do governo na nota, deixava transparecer que a categoria iria retornar às aulas, assim pondo fim à paralisação didática, aguardando o governo estadual apresentar suas propostas²²⁶. O jornal *A Crítica* trouxe a fala do governador em exercício, Manuel Ribeiro, que solicitava aos professores que aguardassem o retorno de Mestrinho, que estava em viagem para Brasília, para a continuidade das negociações²²⁷. O *A Notícia* exibiu em suas páginas a notícia “*Professores avaliam hoje as negociações*”²²⁸, apresentando pontos que haveriam de ser discutidos em assembleia a ser realizada ainda naquele dia.

Nesta altura dos acontecimentos, já era possível ter uma percepção da postura dos jornais frente ao movimento. O *Jornal do Comércio* e *A Notícia*, trouxeram notas que expunham o protagonismo dos professores na negociação com o governo, contudo, davam voz ao Estado, diferentemente de *A Crítica*, que se limitou a apresentar a fala do governador que aumentava o prazo para negociação entre as partes, o que insatisfazia a categoria.

²²⁴ Docente com formação a nível de Segundo Grau especializado para lecionar a alunos do Primeiro Grau. Essa formação muito comum ainda na década de 1980, era feita paralelamente ao curso de Segundo Grau com o adensamento de outras disciplinas. A instituição de referência desta formação era o Instituto de Educação do Amazonas (IEA).

²²⁵ *A Notícia*. Manaus, 23 de novembro de 1983, p. 2.

²²⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, 24 de novembro de 1983, p. 1-3.

²²⁷ *A Crítica*. Manaus, 24 de novembro de 1983, p. 6.

²²⁸ *A Notícia*. Manaus, 24 de novembro de 1983, p. 1.

Figura 7
Reunião dos Professores com o Vice Governador



Fonte: A Crítica. Manaus, 24 de novembro de 1983.

Embora tenha acontecido um intervalo no periódico, no que tange às notícias do movimento do professorado amazonense, a organização do movimento buscava o fortalecimento das ações na conquista pelo ponto principal das reivindicações: cento e vinte por cento de reajuste. A negativa de negociar este ponto principal, fez com que o movimento tomasse o caminho da paralisação geral. Para Aloysio Nogueira, o movimento toma outras proporções frente a negativa da questão salarial, como vimos anteriormente na página 82. Nogueira também argumentou na ocasião:

Olha uma questão básica que se sempre se colocou no magistério, é a questão salarial. Então foi em busca de se apresentar ao Governo do Estado uma proposta reivindicatória, no fundo estava ali um... também uma questão salarial, além de outras, outras questões.²²⁹

Assim, ainda no dia 24 de novembro, ocorreu nova assembleia geral dos professores, desta vez no ginásio do Olímpico Clube, registrando-se o

²²⁹ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 19-20.

comparecimento nela de mais de quatro mil professores presentes. Na reunião presidida por Nogueira, foi informado aos professores o andamento das negociações com o Estado e que a decisão partiria naquele momento da categoria, para a continuidade das ações, e que a comissão de negociação pedia que “a categoria nos apoie para não fracassarmos e cairmos aos pés do governo”.²³⁰

Essa liderança de Aloysio Nogueira é também mencionada e avaliada pelos entrevistados. Para Ricardo Bessa, Nogueira construiu-se como grande liderança do professorado amazonense por causa das conquistas alcançadas nos enfrentamentos anteriores em que liderou a categoria. Ricardo Bessa relatou, em momento anterior o respeito que ainda tem pelo companheiro a qual salientou que sem estas conquistas provavelmente não teriam acontecido, conforme é possível perceber na citação da página 74 em que registramos aquela colaboração.

Gerson Medeiros avalia Aloysio Nogueira como uma liderança democrática, e que o funcionamento do movimento dos docentes da educação básica tinha sucesso pela experiência do “*companheiro*” no âmbito da Universidade e mesmo fora do Estado

Aloysio Nogueira, exatamente, um companheiro que veio do processo... professor de História da Universidade do Amazonas, onde lá também começou o processo da luta política, e nesse processo da luta política ele também trabalhava no Estado. Além da Universidade, ele também trabalhava no Estado, aí ele veio trazendo toda essa experiência que estava acontecendo na Universidade e trouxe com ele vários companheiros que estavam nesse processo da luta pra conduzir esse processo nosso aqui que estava se formando. Tava tudo se formando. Então onde tinha células se apresentando pra luta política... a gente tava junto nessas reuniões, fazendo reuniões todo tempo e levando professores e de outras categorias pra fazer esse processo da luta política, organizando como nós poderíamos fazer essa luta, passamos um tempão sem nada, a experiência tava dando certo no ABC Paulista, a gente tava pegando todas as informações do que tava acontecendo, a pauta de reivindicações nacional, de como tava sendo conduzido, e a gente não poderia ficar de fora desse processo. *Então Aloyzio conduziu muito bem dois mandatos que ele fez, conduziu muito bem essa luta política aqui... bom, foi dois ou foi três, não me lembro agora... na luta política no Estado do Amazonas. Ele foi bem por que ele sempre tinha abertura. Por que ele fez o processo aberto? Por que ele trabalhava em cima de princípios.*²³¹

Arminda Mourão, analisa a liderança de Nogueira no bojo da construção do processo político partidário, marcado pela criação do PT no início da década de

²³⁰ *A Crítica*. Manaus, 25 de novembro de 1983, p. 9.

²³¹ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 9. O trecho em itálico também aparece citado à página 44.

1980. Assim, paralelamente à construção do partido e do fortalecimento dos movimentos sociais, regionalmente despontava a liderança de Nogueira no movimento dos professores.²³²

Ainda sobre a liderança de Nogueira, Lemos destaca que ainda não existiu uma liderança como de Nogueira, contudo, destaca que a liderança foi se construindo a partir do nascimento do movimento dos professores

... o QG era o Benjamin Constant e lá foi “marcado”. O Benjamin Constant até no governo do Amazonino Mendes, hoje é extinto o Benjamin Constant por ser o curral de professores rebeldes, o Benjamin. ...O Aloysio Nogueira, realmente... um Aloysio Nogueira só daqui a cem anos vai nascer um Aloysio. Foi a maior liderança dos professores, certo? Quando o movimento espocou, o Estadual todo não tinha coragem, mas quando ele viu que realmente o Benjamin Constant tinha uma porrada de nego peitudo mesmo, ele se mudou. Foi aí que estourou a APPAM, que a APPAM mesmo foi formada dentro do Benjamin Constant, entendeu?²³³

Figura 8
Capa do *Jornal do Comércio* sobre a Greve



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 25 de novembro de 1983.

O dia 25 movimentou os três diários manauaras trouxeram grandes notas sobre a greve, deflagrada no dia anterior. O *Jornal do Comércio* deu destaque na primeira página, deixando o detalhamento da assembleia geral para suas páginas

²³² Veja-se a citação reproduzida às páginas 78 e 79.

²³³ LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista...*, p. 8-9.

internas. Percebe-se que a greve é, de fato, a notícia principal do periódico, e sua localização no alto da página e a diferenciação gráfica do título, destacado por um fundo contrastante, colabora com esta ideia. À página 3, é apresentado um detalhamento da assembleia docente e de suas deliberações, trazendo ainda a fala explicativa do presidente da APPAM, Professor João Barbosa. Quanto às posições do governo sobre o acontecimento, nada foi dito.

No dia 25 *A Crítica*, que não estampou a notícia da deflagração da greve em sua primeira página, trouxe àquela informação no caderno dedicado às questões da “cidade”. Na matéria é mencionado que mais de 4.000 professores participaram da reunião, decidindo, por ampla maioria, a deflagração da greve. Como se percebe na Figura 9, a assembleia foi dirigida pelo Professor Aloysio Nogueira, secundado por Barbosa, o presidente da entidade.²³⁴

Figura 9
Aloysio Nogueira no comando da Assembleia Geral



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 25 de novembro de 1983.
Em destaque Professor Aloysio Nogueira ao lado do Professor João Barboza (sentado).

²³⁴ *A Crítica*. Manaus, 25 de novembro de 1983, p. 9.

Com a notícia de capa “*Professores decidiram entrar em greve ontem*”²³⁵, o jornal *A Notícia*, na mesma data, também deu ênfase ao grande número de professores que participaram do ato no Ginásio do Olímpico Clube, e que deliberaram pela paralisação geral. A continuidade da notícia se deu também nas páginas interiores, informando que os professores só retornariam ao trabalho caso o reajuste salarial fosse definido.²³⁶

Os dias seguintes trouxeram as informações sobre o cotidiano da greve, e para tanto, cada periódico demonstrou sua postura frente àquele movimento. No dia 26, com a notícia de capa “*Greve de professores atinge 74% das escolas de Manaus*”, o jornal *A Crítica* estampou sua versão sobre a paralisação do professorado. O movimento, de fato, atingiu uma marca percentual bastante elevada, do total de docentes das escolas de Manaus, além de número menor de professores de algumas instituições de municípios interioranos, como Tefé e Itacoatiara. O fenômeno da interiorização do movimento docente, é bom que se diga, já havia se iniciado ainda no ano de 1982, quando a APPAM se expande “*para o interior, [e] deixa de ser, na prática, uma entidade só de Manaus. Funda-se o núcleo da entidade em Parintins, Tefé, Lábrea, Manacapuru, Itapiranga, etc*”.²³⁷

O que também chama atenção na nota é a possibilidade aventada do uso da Polícia pelo Secretário de Educação em exercício, Antônio Lira que, embora tenha negado o interesse em acionar a força policial, salientou que as faltas aos docentes seriam registradas e descontadas, assumindo, assim, postura bastante diferenciada de Freida Bittencourt, que, supostamente, havia concordado com os professores em momento anterior. Desta forma, ficava caracterizado o início da retaliação governamental ao movimento. Na mesma notícia, o governador em exercício demonstrava surpreso com a greve, pois segundo ele, os professores deveriam aguardar o retorno de Gilberto Mestrinho para tomarem aquela decisão. Não foi encontrado na notícia a fala de alguma liderança dos professores, mas o jornal indicava que nessa reação dura do governo, poderia estar o motivo para que os docentes tivessem decidido pela paralisação. Outro fato importante na notícia, seria a de jogar alguma luz sobre a posição dos estudantes acerca da greve. Segundo o

²³⁵ *A Notícia*. Manaus, 25 de novembro de 1983, p. 1.

²³⁶ *Idem*, p. 3.

²³⁷ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., p. 113.

jornal, “alguns estudantes mostram-se revoltados com a greve por temerem que com a paralisação das aulas sejam obrigados a cumprir novo período nas férias”.²³⁸

Na página 3, o mesmo diário traz a notícia “Greve Furada: aulas pararam em 74% das Escolas”, em nota não assinada e que, portanto, deve ser entendida como expondo a posição do jornal sobre a greve. Para Célia Santiago, em obra sobre a greve dos metalúrgicos de Manaus, ocorrida em 1985, e que, à época, havia atuado como repórter e jornalista nos principais órgãos da imprensa manauara:

... em sua maioria [os jornais] não traziam os nomes dos jornalistas que a faziam. A luta pela identificação do material se deu num momento posterior e teve como objetivo não só dar visibilidade ao profissional, mas principalmente garantir a integridade do texto elaborado por ele. A ideia era que o texto assinado não poderia ser alterado pela editoria sem a anuência de quem o escreveu, o que nem sempre acontece atualmente. Na primeira metade da década de 1980 somente eram identificados os autores das matérias consideradas como especiais.²³⁹

Na matéria de *A Crítica*, reproduziu-se a fala de Antônio Lira que denunciou o uso de piquetes pelos professores grevistas, alegando ainda que os mesmos estavam “agredindo colegas que querem dar aula”²⁴⁰. Sobre os colégios estaduais em greve, dois foram citados: o Colégio Amazonense Dom Pedro II, muito conhecido da sociedade manauara, onde, dizia o secretário em exercício, os professores paralisaram e queriam “assinar o ponto”. Sobre o Instituto de Educação do Amazonas (IEA), outro tradicional colégio da cidade, Lira informou que não tinha notícia, “mas que não deveria existir greve porque lá os professores são mais responsáveis”²⁴¹. Esta última informação do secretário foi desmentida de pronto pela APPAM.

A extensa nota, deu pouca voz aos docentes. Em um desses momentos, os professores informaram que não havia pressão alguma contra o professor que quisesse dar aula, e que somente uma professora da Escola Estadual Ângelo Ramazotti, dos vinte docentes que lá atuavam, não quis participar da greve, sendo ela “a única a dar aula”²⁴². Na Escola Estadual Tiradentes, os quatorze professores decidiram dar aula. Com a paralisação o governador decidiu conceder uma entrevista coletiva dizendo que o governo estava aberto ao diálogo, mas já

²³⁸ *A Crítica*. Manaus, 26 de novembro de 1983, p. 1.

²³⁹ SANTIAGO, Célia. *Clandestinidade nas linhas de montagem...*, Op. cit., p. 216-7.

²⁴⁰ *A Crítica*. Manaus, 25 de novembro de 1983, p. 3.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

antecipando sua decisão: “não podemos dar aumento porque seríamos irresponsáveis”.

A presença de trabalhadores que em momentos de greve não querem aderir ao movimento, é uma questão que se faz presente nos diversos momentos paredistas e não distingue tempo, local ou categoria. Os *fura-greves*, termo dado aos que optam por não participar do movimento reivindicatório, tendiam, por vezes, a provocar ações mais enérgicas por parte dos grevistas. César Queirós os define como “*trabalhadores que se recusam a aderir aos movimentos paredistas e que, em virtude disto, acabavam por enfraquecer o poder de barganha das associações e sindicatos perante seus interlocutores*”.²⁴³

A desunião dos docentes frente a um único objetivo, o reajuste salarial, pode ser entendida por uma problemática presente até nos dias atuais na categoria docente: a heterogeneidade. Os professores, que desde sua formação passaram por distintas instruções para lecionar as diversas disciplinas presentes no currículo escolar, muitas vezes entravam no mercado de trabalho muita a partir de contratações precarizadas, como o era o “Regime Temporário”, largamente utilizados pela SEDUC e pela SEMED²⁴⁴. Este vínculo trabalhista, no caso dos professores, sujeita o trabalhador às vontades administrativas do contratante, neste caso o Governo do Estado, fato este que, num momento de greve, tendia a causar temor pelo medo de ser dispensado, caso viesse a participar no movimento paredista. Esse tipo de exploração do Estado, acentua a necessidade do trabalhador em Educação de enfrentar o poder hegemônico partindo para a organização.

Não sem razão, uma das bandeiras das lutas dos professores em diversos movimentos paredistas, é a realização de concursos públicos. Em 1983, estava clara – pelo menos para as lideranças dos professores – a necessidade de realização de concursos. No entanto, quando eclode a greve, o governador ameaça contratar professores temporários para substituir os que serão demitidos por causa do enfrentamento. No ano de 1985 também ocorreu um problema relacionado a este tipo de contrato. O ex-governador José Lindoso, efetivou muitos desses

²⁴³ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense...*, Op. cit., p. 142.

²⁴⁴ Vínculo trabalhista em que o trabalhador após análise curricular tem um contrato com a instituição (Prefeitura, Estados e/ou Governo Federal) por um tempo determinado. Diferente do trabalhador que tem acesso ao serviço público por meio de Concurso Público, este não adquire estabilidade trabalhista.

“temporários”, ou seja, professores que entraram através de clientelismo e favorecimento do Governo foram efetivados.²⁴⁵

Os dois outros periódicos informaram também a dita surpresa do governo com a greve do professorado. *A Notícia*, trouxe uma imagem do IEA com poucos alunos, informando que mesmo com a greve alunos ainda foram para algumas instituições de ensino, ainda informava que “o governo não aceita pressões nem confronto”²⁴⁶, conforme posição de Manuel Ribeiro na entrevista coletiva.

Figura 10
Escola sem aula devido a greve.



Fonte: *A Notícia*. Manaus, 25 de novembro de 1983.

Ainda no *A Notícia*, os professores reclamavam de funcionários que exerciam cargos de confiança na SEDUC. Os professores fizeram um abaixo-assinado contra Antônio Lira, que tentava a todo custo reprimir o movimento e que o mesmo atacava, pessoalmente, através de ameaças, professores e administrativos. Parte do documento de denúncia contra o sub secretário dizia que os professores protestavam contra “abusos de autoridade, uso de vocabulário grosseiro e

²⁴⁵ Cf. DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit.

²⁴⁶ *A Notícia*. Manaus, 25 de novembro de 1983, p. 1.

impróprio, deturpação do direito que o professor tem de frequentar curso de especialização, etc.”.²⁴⁷

Somente em *A Crítica* e no *Jornal do Comércio* apareceriam novas notícias sobre a greve dos professores na edição do dia 27 de novembro. Os dois jornais explanaram sobre os estudantes que estavam sem aula, mesmo com a informação da SEDUC, de que tudo estava normal nos colégios.

No dia 29, os jornais trouxeram como notícias comuns, a ameaça de demissão dos professores grevistas feitas pelo governador Gilberto Mestrinho, noticia esta que veio acompanhada de “nota” do governo estadual sobre a greve.

Figura 11
Ameaça do governo aos grevistas.



Fonte: *A Notícia*. Manaus, 29 de novembro de 1983.

Na página 2 do *A Notícia*, com o título “*Mestrinho ameaça demitir professores grevistas*”,²⁴⁸ o governador alegou que a greve dos professores era ilegal e que se

²⁴⁷ *A Notícia*. Manaus, 26 de novembro de 1983, p. 3.

²⁴⁸ *A Notícia*. Manaus, 29 de novembro de 1983, p. 2.

houvesse continuidade da paralização, demitiria sumariamente todos os grevistas. Para o governador do PMDB, os professores amazonenses eram um dos mais bem pagos do país, o que caracterizava como desnecessária e abusiva a ação grevista. Segundo Mestrinho, havia “2 mil docentes desempregados em Manaus”, e estes seriam contratos em substituição dos possíveis demitidos. O jornal trouxe naquele momento outra informação importante para o movimento, que dava conta de que a reunião de negociação agendada para o dia 30 fora cancelada pelo governo como forma de retaliação ao movimento paredista.²⁴⁹

Como temos demonstrado até aqui, o uso da Imprensa na pesquisa histórica – mas também no âmbito das demais Ciências Sociais e Humanas –, além de ter se tornado muito usual nos últimos anos, é relevante e pode ajudar o pesquisador a esclarecer pontos obscuros ou divergências acerca do tema pesquisado. Mas essa utilização requer cuidado e reflexão crítica sobre ela, sob pena de se cair no equívoco ingênuo de tomar suas falas como meras informações, neutras e desinteressadas. Como nos lembram Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto,

A questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e de lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, toma-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimento nos diversos processos e conjunturas.²⁵⁰

A partir de tais posições, duas questões, no mínimo, devem ser respondidas: a quem serve esta imprensa e quais seus interesses?

Começemos explorando o caso da *A Crítica*, que, como vimos, tinha por lema a frase “*de mãos dadas com o povo*”. O contexto em que ele atua, no exercício de acompanhar jornalisticamente o movimento dos professores amazonenses, bem o sabemos, não é o de uma democracia consolidada, mas, antes, o de um processo de transição de uma ditadura civil-militar para a democracia. Isso significa que processos de repressão política e ideológica ainda estavam presentes no cenário nacional e regional, em que pese a perda significativa de sua força anterior. Desta forma, um jornal que se colocasse contra o Estado de modo explícito, possivelmente

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador..., Op. cit., p. 257.

passaria por retaliações²⁵¹. Neste contexto podemos perceber que, de certa forma, a imprensa, mesmo voltada para um público mais amplo, não traria em sua linha editorial uma postura de crítica e confronto direto com o governo, que nela investe soma consideráveis de recursos públicos. Mais ainda: havia também, em especial no contexto amazonense da época, identidade ideológica entre os jornais-empresas²⁵² da cidade e a base social dos governos estabelecidos.

É certo que os veículos da imprensa usavam desabusadamente a ideia de neutralidade e de equidistância, ou mesmo asseveravam seus compromissos com o conjunto da sociedade e, em especial com as parcelas mais baixas. Basta lembrar aqui o dístico encimado por *A Crítica*, um jornal que se autoproclamava “*de mãos dadas com o povo*”. Na prática, no entanto, nada disso era verdadeiro, e os grupos empresariais de mídia, embora pudessem divergir e criticar topicamente os governos e seus representantes, sempre que as tensões se agudizavam entre governos e movimentos sociais, acabavam por demonstrar seu inequívoco atrelamento – de classe, seguramente – às elites políticas e econômicas.

Não foi à toa que, no momento de maior tensão da greve dos professores, os jornais da capital amazonense – todos! – abrissem suas páginas para acolher e dar visibilidade às posições oficiais exaradas por representantes do governo. Assim, para citarmos apenas um exemplo, basta lembrar que no dia 6 de novembro, *A Crítica* trouxe em uma de suas páginas uma nota assinada pelo jornalista e advogado Mário Antonio Sussman, naquele momento Secretário de Administração do Governo Mestrinho. A nota, com o título “*A questão do Magistério*”, foi publicada, portanto, antes mesmo de iniciar a greve, e trazia ataques diversos, principalmente à uma das mais importantes lideranças do movimento docente, o Professor Aloysio Nogueira. Neste caso, tratava-se, como vimos à página 83, de uma tentativa de desmoralização do docente, apresentando-o como um profissional privilegiado e que tinha incompatibilidade flagrante em sua carga horária de trabalho. Também o

²⁵¹ Essa, no fundo, parece ser uma falsa questão, já que mesmo em um ambiente dito *democrático*, como o contemporâneo, os governos mantêm diante da mídia corporativa um enorme poder de barganha, já que são eles, por meio da propaganda estatal, os maiores anunciantes nesses veículos de imprensa, que, por sua vez, tudo farão para não comprometer seus lucros empresariais.

²⁵² Usa-se aqui o termo difundido por Nelson Werneck Sodré, para salientar o papel da grande imprensa nas sociedades contemporâneas, como empreendimentos capitalistas de grande dimensão e, portanto, preocupados, majoritariamente, com a realização de lucros. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 275-287.

denunciava como liderança, não do movimento, mas de um partido de oposição política ao governo, neste caso o PT.

Estar e manter-se próximo dos governos, era também estratégico para os grupos empresariais da imprensa, que assim podiam pleitear e conseguir novas concessões, o que, como é sabido, acabou por gerar um “*processo de concentração dos meios de comunicação que vêm formando poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político...*”.²⁵³

Embora assim como *A Crítica*, o *Jornal do Comércio* estivesse igualmente inserido no contexto capitalista e na disputa comercial com os outros jornais, sua postura parece destoar topicamente do outro periódico, parecendo incorporar certa simpatia, mais aos professores que ao seu movimento. Seja como for, assim como os demais diários da cidade, o *Jornal do Comércio* nunca atacou centralmente o governo estadual. Como os demais, nos momentos de maior tensão, tomava partido, permitindo-se atuar como veículo de propaganda dos ideais mais conservadores. Assim, nos momentos finais da greve, o diário abrigou crítica assinada por Afonso Araújo Paulino²⁵⁴, que com o título “*A subversão na Educação*”, atacava o que chamava de “comunização ideológica”, supostamente empreendida nas escolas através do Partido dos Trabalhadores. Em parte do texto, o autor deixa explícita essa sua crítica:

... o maior perigo ainda reside na conscientização da sociedade ... na área da educação. Por sinal, até jornais (legais) comunistas já estão sendo apontados, por determinados professores selecionados, como “fonte de consulta” para trabalhos escolares. (São mais baratos que livros e estão mais a mão – nos corredores da escola).²⁵⁵

As palavras de Paulino, demonstram ainda o pensamento ditatorial sobre a inserção do comunismo no Brasil, tema que foi bandeira da luta dos militares durante o regime ditatorial. O que temos querido salientar é que, pela abordagem que fizeram ao movimento grevista dos docentes amazonenses, percebe-se de forma clara a opção que cada periódico assumiu frente ao tema, inserindo suas próprias ideias, perspectivas e visões de mundo, em meio a matérias que eram indicadas como sendo meramente *informativas e neutras*.

²⁵³ CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador..., Op. cit., p. 257.

²⁵⁴ Antigo proprietário do *Jornal de Minas* e informante no período do Regime Militar.

²⁵⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 7 de dezembro de 1983.

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa, construída historicamente, se nos confronta como um dado da realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele.²⁵⁶

Figuras 12 e 13
A Imprensa como porta-voz do poder



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 29 de novembro de 1983.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 29 de novembro de 1983.

O atrelamento dos jornais ao governo aparece com mais clareza no dia 30 de novembro, quando os três periódicos mais importantes da cidade deram destaque

²⁵⁶ CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador..., Op. cit., p. 258.

de primeira página para as retaliações do governo aos professores grevistas. *A Notícia*, diário que mais dedicou espaço sobre a greve neste dia (um total de quatro notas em três páginas diferentes), informava os possíveis primeiros afetados pela medida do governo. Na lista constavam os nomes dos professores Aloysio Nogueira, João Barbosa, Ricardo Bessa e Públio Caio²⁵⁷, ainda informava a força que o movimento ganhara no interior do Estado e, além de Itacoatiara e Maués, nesta data, Tefé, Manacapuru e Lábrea informaram a adesão²⁵⁸.

Na nota, o Professor Públio Caio, um dos membros da *Comissão dos 12*, questionava o motivo da punição aos professores que estavam diariamente indo às escolas, contudo, não lecionando. No mesmo dia estava agendada uma assembleia para tomar decisão sobre as punições. Na página 8, o diário informava como o governo, *legalmente*, se embasaria na demissão dos professores, através do Decreto 1632/78, já discutido em parte anterior deste trabalho. Através das manchetes de capas do *A Crítica* e do *Jornal do Comércio*, percebe-se o modo como a imprensa veicula de forma diferente a mesma notícia. Assim, a postura defensiva ao governo do jornal da família Calderaro, informava que o governo ameaçava demitir os professores e o uso do Decreto era, na realidade, o *início de um processo administrativo* que poderia culminar com a demissão. A questão é que, para os professores, o ato administrativo era lembrado como uma demissão sumária. O *Jornal do Comércio*, divergiu, apoiando o discurso da categoria e informando a população sobre a demissão dos docentes.

O *Jornal do Comércio*, adicionava a informação de abertura de Inquérito Policial contra os professores, por uma possível agressão destes aos docentes que não queriam aderir à greve. Já o *A Crítica*, além da manchete na página principal, com a nota "*Gilberto aciona o 1632: Punidos com suspensão os líderes grevistas*"²⁵⁹, informou também a punição de professores, sem citar nomes, e trouxe informação acerca do Inquérito Policial. Na nota

Quanto ao inquérito policial, servirão de base para instruí-lo as representações que serão feitas por diretores de unidade de ensino e pelos próprios professores vítimas de agressão contra quem tentou impedir, pela força quem desejava lecionar.²⁶⁰

²⁵⁷ *A Notícia*. Manaus, 30 de novembro de 1983, p. 1.

²⁵⁸ *Idem*, p. 3.

²⁵⁹ *A Crítica*. Manaus, 30 de novembro de 1983, p.1.

²⁶⁰ *Idem*, p. 2.

Na mesma notícia, é perceptível a ameaça a professores temporários que “conforme o decreto 1632, terão seus contratos rescindidos e serão demitidos por justa causa”²⁶¹, enquanto os demais serão suspensos. Em página posterior, *A Crítica* traz uma notícia que caracteriza sua posição distinta dos outros periódicos. A notícia destaca as agressões que professores estão sofrendo pelos grevistas que diz que os “sob um clima de medo e temerosos de sofrerem violência física” centenas de docentes assinaram um documento para solicitar intervenção do governador sobre este problema.

Figura 14
Pela Imprensa, o ataque aos grevistas.



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 30 de novembro de 1983.

Ainda, sem citar nome de professores, o jornal atribui a um docente uma análise sobre o contexto da greve, indo da análise etimológica da palavra *greve*, até o movimento dos professores. Segundo o “antigo professor”:

A Palavra, greve..., vem do francês... - *Place de Grève* - ...Com o tempo o termo generalizou-se, passando a caracterizar a paralisação dos trabalhos dos operários....

Note-se que, no caso da Greve de Manaus, seu desenvolvimento envolve a população amazonense - o patrão dos funcionários públicos estaduais - e a pequena parte dos professores, que nada mais são que funcionários do povo...

²⁶¹ Idem, p. 2.

... a manipulação da classe como meio de atingir os objetivos de natureza política compromete e desnatura a finalidade de qualquer movimento, prejudicando a classe...

Finalizando, o velho mestre... pergunta: – Por que o privilégio de aumentar 120% o ordenado de uma classe e conceder para as demais apenas 40% de aumento? ²⁶²

O ataque do governo pela imprensa continuaria no mês seguinte. Com a manchete “45 professores são suspensos por portaria baixada pelo governo”²⁶³, *A Crítica* trouxe em duas páginas detalhes documento que suspendia os professores e que estes, em assembleia no dia 30 de novembro, já cogitavam a possibilidade de radicalizar o movimento, realizando, inclusive, uma *greve de fome*. O *Jornal do Comércio* nominou os suspensos²⁶⁴, informando o trâmite da ação do governo que começaria com a suspensão por trinta dias e após isso, procederia a abertura de processo administrativo que resultaria na demissão. ²⁶⁵

Como já foi exposto, a suspensão consistia num afastamento do trabalhador por tempo determinado até que, devido essa punição, levasse a um procedimento administrativo que poderia levar o servidor à demissão. Ao movimento não haveria saída senão a da radicalização. Gerson Medeiros não foi um dos suspensos, e, segundo ele, isso se deu pelo fato da direção de sua escola ser uma gestão mais politizada e, portanto, ombreada com o movimento. Para ele, o momento teve uma importância fulcral para o movimento, por causar uma reflexão que levou à tomada de decisão pela greve de fome. Mesmo depois de mais de trinta anos daquele acontecimento, a tensão causada pela perspectiva de ver colegas serem demitidos,

²⁶² *Idem*, p. 5.

²⁶³ *A Crítica*. Manaus, 1º de dezembro de 1983, p. 1.

²⁶⁴ Na edição do *Jornal do Comércio* do dia 1º de dezembro de 1983, na p. 4, os professores suspensos foram: João Raimundo de Farias Barbosa, Aloysio Nogueira de Melo, João Ricardo Bessa Freire, Rozendo Antonio Conte Queiroz, José Wander Marinho Coelho, Maurício Lourenço da Silva, Púlio Caio Bessa Cyrino, Francisco Marçal Bezerra, Jander Cardoso dos Santos, Maria Alcilene de Carvalho Bezerra, Haroldo Oliveira Maia, Maria Piedade Nogueira de Souza, Tereza Ofélia Cortezão Soares, Maria das Graças Soares Cipriano, Miguel Bento Vieira, Analúcia da Silva Bentes, Mágda Barroncas Ribeiro, Arinete Ferreira Barroncas, Adalberto Nascimento Braga, Luiza Elayne Correa Azevedo, Urubatan Valeriano de Moraes, Raimunda Cleonice Neves, Alírio José Sanches Fernandes, José Raimundo Lopes da Costa, José Genildo Ferreira Lima, Hena Mascarenhas Soares, Dulce Nogueira da Silva, Generosa Vital Dias, Maria do Perpétuo Socorro Souza da Silva, Arlene Martins Belota, José Ubiratam Mangabeira Vilaça, Margarida Liliane de Sá Brito, José Barbosa de Souza, Jorge Luiz Peixoto do Nascimento, Ivanci Vieira dos Santos, Antonia da Costa Beltrão, Natália Barbosa da Silva, Sonia Maria de Melo Lima, Flávio Gonçalves Ramos da Silva, Irene de Oliveira Rabelo, Lenice Torres do Nascimento, José Walquindar F. Mar, Herbert Luiz B. Ferreira, Maristela de Q. de Costa Freire e José Cruz de Lima.

²⁶⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de dezembro de 1983, p. 4.

ainda é forte na memória dos participantes, como pudemos ver na fala de Gerson Medeiros, reproduzida à página 52.

Ricardo Bessa, um dos suspensos pelo governo do Estado, também narra como foi, na prática, a escolha do governador quanto aos grevistas que deviam ser demitidos. Ricardo Bessa também fez parte da *Comissão dos 12*, responsável pela negociação com o governo, e enxergava no Professor Aloysio Nogueira a verdadeira liderança do movimento e em si, a figura de vice-presidente. O fato da suspensão, visto também por ele como demissão, foi narrado com entusiasmo, principalmente quando, segundo informações, ele soube da imagem que Mestrinho fazia dele, denominando-o como “incompetente e comunista”:

Quando ele demitiu, ele fez uma reunião desesperada, fez uma reunião possesso no Palácio e eu soube, por que tinha lá uma diretora que era minha diretora, Professora Graça Beleza. E eles chamavam o nome dos demitidos: “Professor Aloysio Nogueira, Presidente, o cabeça, qual é a unidade? Unidade Centro 2. Quem é a Diretora do Centro 2? Fulana. Fale sobre esse professor!” Aí falavam. Quando chegou na minha vez: “Professor Vice Presidente, Professor João Ricardo Bessa Freire. Unidade Parque 10. Quem é a Diretora? Professora Graça Beleza” Aí o Mestrinho disse assim pra ela: “Me fale sobre esse professor incompetente e comunista!” Ela (Graça Beleza) disse: “Governador o senhor me desculpe, comunista sim, mas incompetente não. É um dos melhores professores que eu tenho. Responsável, não falta, dá boas aulas, é crítico”.²⁶⁶

Sobre a recepção dos professores quanto a demissão, Ricardo Bessa expõe novamente o entusiasmo de ter participado da *greve de fome*, a ponto de, em meio à todo o cenário de perseguição que se configurava naquele momento, lembrar de detalhes físicos da professora que se envolveu na greve, como pudemos ver em trecho reproduzido de sua entrevista à página 97. Bessa também comentou a participação da sociedade civil, destacando a importância do Comitê das Mães dos Professores Demitidos:

*...Aí pegamos e fizemos a greve de fome. Daí surge o Comitê das Mães dos Professores demitidos, olha só, não se você já tinha ouvido falar disso? Comitê das Mães dos Professores demitidos, minha mãe fez parte do Comitê, Dona Elisa Bessa. Saía às ruas, as velhinhas, fazendo pedágio, parando os carros... isso é histórico! E denunciando o governador. Aí o governador se apavorou, ele não podia colocar a polícia pra bater nas velhinhas. Aí o Bispo da Igreja Católica, Dom João de Souza Lima, apoiou as mães e aí o movimento cresceu, jornalistas, repercussão nacional. Manaus foi manchete em todo o Brasil. Aí o governador teve que ceder e nós fomos à vitória.*²⁶⁷

²⁶⁶ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 16.

²⁶⁷ Idem.

Um detalhe chama a atenção na narrativa de Ricardo Bessa, a ocorrência da assembleia no dia 30 de novembro que, para ele contou com mais de sete mil docentes. Foi a partir desta reunião que ocorreu a tomada de decisão da greve de fome, iniciada no dia 1º de dezembro.

Como a notícia da greve de fome, conforme visto na fala deste nosso entrevistado, abalou a sociedade amazonense, *A Crítica* tomou a decisão de noticiar na íntegra a ação radical dos docentes. Na nota daquele dia, intitulada “*Professores recorrem à greve de fome*”²⁶⁸, o jornal manauara trouxe em detalhes a assembleia da APPAM, sem informar um quantitativo de participantes. As informações passadas por Ricardo Bessa demonstram que a radicalização conseguiu atrair setores importantes da sociedade civil, como a Igreja Católica, através de Dom Milton, Arcebispo de Manaus, e por isso, o local escolhido para a realização da greve de fome foi a Igreja de São José Operário. A mudança de opinião do periódico é retratada nas últimas linhas da nota, quando dá voz aos professores que denunciaram o Professor Antônio Lira por perseguição e tentativa de demissão dos grevistas, algo que mesmo com a legislação apresentada era ilegal.

No dia 2 de dezembro, a informação de capa dos jornais era novamente a *greve de fome*, que iniciara no dia anterior e que mais professores adeririam a greve a cada 48 horas. Naquele dia, a única matéria destoante foi a da informação de que mais 25 docentes haviam sido demitidos, através de portaria da Secretária Freida Bittencourt.²⁶⁹

Arminda Mourão relembra a greve de fome como um fator unificador de diferentes setores em prol de combater os desmandos do Estado. Ela qualifica como importante a entrada de Dom Milton neste processo, além da presença do legislativo neste contexto, e do Reitor da UFAM

... foram os deputados federal e o senador e se colocaram a favor do movimento impedindo inclusive que tivesse consequências mais graves.

²⁶⁸ *A Crítica*. Manaus, 1º de dezembro de 1983, p. 3.

²⁶⁹ No *Jornal do Comércio* do dia 2 de dezembro de 1983, na p. 5, consta a seguinte relação de demitidos: José Lázaro Ramos da Silva, Ernesto Renan de Freitas Pinto, Carlos Alberto F. Jennings, José Dantas Cyrino Júnior, Irlanda Pereira de Melo, José Ademir Gomes Ramos, Francisco José Vieira da Silva, Maria Aparecida de Souza Almeida, Natália de Campos Frota, Pedro Ivo Sabá Guimarães, Francisca Nogueira da Silva, Jeusa da Conceição Gomes, Maria Lucimar Freire Ribeiro, Edna de Pinho Oliveira, Genésio Alves de Moraes, Irineu Perdigão R. Filho, Enéas Castro da Rocha, Raimundo de Freitas Hidalgo, Maria José de Paula Paraíba, Maria Elisabeth Houssel, Maria Dicelina F. Rocha, Cliomar Souza Freitas, Izaldina Epifânia Natividade, Antonia Sofia de Oliveira Andresen e Joaquim Marques Cirino Vieira.

É importante a gente, a gente destacar que a, era importante, foi muito importante à presença da Igreja, Dom Milton, Dom Milton foi uma, uma figura emblemática né, Dom Milton ele não se furtou de... se colocar contra os abusos do governo né. Foi um Bispo que ficou que marcou a sua permanência como bispo, ele vai ser uma figura importante na consolidação, na questão da greve de fome né, ele vai ser um dos interlocutores. Negocia com o Estado né, em defesa dos trabalhadores da educação, foi um dos interlocutores. Tivemos três interlocutores né, Dom Milton igreja, o reitor da Universidade Federal do Amazonas que por coincidência (risos) era meu pai o velho Botelho Mourão né, e o parlamentar, os parlamentares né, que tiveram, agora a presença do Dom Milton foi fundamental. Tanto é que a gente se refugia né, na igreja na, São José Operário na época dessa greve de fome da repressão etc.²⁷⁰

Aloysio Nogueira e sua esposa foram suspensos pelo governo. O professor havia substituído o presidente que, como vimos, entrou em greve de fome. Nogueira também salientou a presença da Igreja nas discussões com o governo, inclusive abrindo diálogo para o retorno das negociações:

... rapaz nos tínhamos um, isso nós estava dizendo pro pessoal fazer movimento não é assim tem que, preciso muita paciência. Então nós já que numa grande assembleia rapaz, já que ele demitiu esses setenta professores, estamos todos demitidos, rapaz a coisa piorou, daí não teve saída, nós procuramos a OAB, procuramos a igreja, à época Dom Milton... É da igreja católica, tem um local ali onde funciona, e lá nós tivemos uma reunião com Dom Milton (inaudível), toda OAB (inaudível) solicitamos aos senhores que nós vamos continuar a luta, já ocupamos aquela igreja São José Operário.

Então greve de fome, então quando o Barbosa põe o nome dele para fazer greve de fome, a (inaudível) só que criou um problema, ele era o presidente da entidade, daí o pessoal aclamou eu para dirigir, o Ricardo foi e mais uma moça foi também, o Ricardo fez a greve de fome. Mas ao mesmo tempo, a negociação nós fizemos com o Bispo e a Ordem dos Advogados eles procuraram o governador.

Demitir (inaudível), mas eles ficaram lá. Eu fui demitido, minha mulher foi demitida depois, aí foi uma indignação, foi um, eu queria uma ratada do governo assim (inaudível) eles foram e negociaram queriam receber e nós fomos. O governo marcou e nós fomos, daí Dom Milton, já que estão sentados aí, o meu trabalho é esse, se retirou para a ordem dos advogados e deixou negociar com o governo. E começaram novas negociações, isso já no final do ano.²⁷¹

A união de setores como a Igreja Católica, OAB, parlamentares e a comoção que causou na sociedade amazonense com a greve de fome, fez o governador Gilberto Mestrinho retornar às negociações com os professores, o que deu fim a greve no dia 2 (sexta-feira), quando já se encontravam em greve de fome quatro docentes. A *Comissão*, sob liderança de Dom Milton, conseguiu com os professores o retorno às aulas e o fim da greve.

²⁷⁰ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista...*, p. 4-5.

²⁷¹ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 26-27.

Figura 15
Fim da Greve de fome.



Fonte: *A Crítica*, 3 de dezembro de 1983.

Retomadas as negociações a partir do dia 5 de dezembro, a imprensa manauara pouco noticiou sobre o andamento das reivindicações dos professores. No dia 6 o *Jornal do Comércio* noticiou uma nova assembleia dos docentes, agendada para o próximo dia 8 de novembro, mais uma vez no Olímpico Club. No dia 10, *A Crítica* trouxe informações sobre a assembleia, apontando que ganhos os professores obtiveram realmente com a paralisação. A promessa do governo foi atender de imediato, questões como os descontos de faltas da greve, o fim da suspensão e o retorno de docentes que haviam sido transferidos para outras escolas como retaliação ao movimento. Questões de estruturas das escolas, cursos de especializações, reduções da carga horária seriam atendidas até o mês de março de 1984. Quanto à questão principal, o aumento salarial, o governo fechou questão quanto a um índice bem abaixo dos 120% almejados pela categoria, ficando de ser pago, a partir de fevereiro do ano seguinte, 40% de aumento e a retomada de novas negociações com o governo estadual. O jornal informava ainda que haveria novas

eleições para APPAM no ano de 1984²⁷². Sobre as conquistas do movimento de 1983, Aloysio Nogueira expôs:

Ele [Mestrinho] continuou ficando o pé na questão do salário né, como essa questão não foi resolvida totalmente, o pessoal voltou depois para, a partir dessas negociações né, ele retirou a punição né, de todos e tal e etc. O pessoal voltou as aulas né, o pessoal voltou as aulas e se preparou para 84. Então a 84 já preparamos um novo documento que deu em 85, que ele não nos recebeu em 84.²⁷³

A mobilização de 1983 foi encerrada com a possibilidade de o governo retomar as discussões com os professores, que durante o percurso do movimento se mostrava de maneira conturbada diante da forte negativa do executivo estadual em negociar com os docentes. A fala do Professor Aloysio Nogueira já deixa exposto que o movimento, embora tenha cessado em 1983, retomaria suas lutas em 1984, principalmente no ponto que não se conseguiu avançar, a questão salarial.

²⁷² *A Crítica*. Manaus, 10 de dezembro de 1984, p. 5.

²⁷³ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 28.

CAPÍTULO 3

A CAMPANHA DE 1985 E OUTRAS MOBILIZAÇÕES

*Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruzeiros sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
E tantos são os homens por debaixo das manchetes
São braços esquecidos que fizeram os heróis
São forças, são suores que levantam as vedetes
Do teatro de revistas, que é o país de todos nós
São vozes que negaram liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
Ela é bem mais vida
São vidas que alimentam nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera, nunca alcança
Ê ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará
Ê ê, não quero esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta.*

Pequena memória para um tempo sem memória – Gonzaguinha

3.1. REMEMORANDO A LUTA.

Então quando a gente se concentrou pra partir, que a gente olha ali pro farol da Getúlio Vargas, tinha um batalhão de um lado e do outro com aquelas baionetas apontada pra gente. *A gente se uniu e foi andando e tal, e, na Joaquim Nabuco tinha um outro batalhão com baioneta apontando pra gente, quando a gente chega em frente ao Palácio, a gente percebe benzinho que aquela Polícia de Choque tava todinha dentro do Palácio, aqui*

*na Cultura que é o Palácio do Governo, todo mundo ali e eu disse: Rapaz, vai dar merda. Isso vai dar merda! ... Eu não sei se foi um soldado, só sei que no meio da confusão, um cara levantou o cassetete, e começou a porrada. Apanhou imprensa, apanhou professor, apanhou parlamentar, foi uma loucura. Demorou mais ou menos uma hora esse processo, do corre-corre, do bate-bate, do enfrentamento, mas ele recebeu, ele recebeu os professores...*²⁷⁴

No contexto da luta dos trabalhadores, perdura sempre uma discussão teórica: somos categoria ou classe? E no movimento docente, através das fontes analisadas, esse questionamento também se fez presente e perceptível tanto nos documentos sindicais, quanto na imprensa.

Esta discussão de classe, já se faz há algum tempo por meio teóricos diversos e de historiadores renomados, como Edward Thompson e Eric Hobsbawm, ambos produtores de estudos clássicos da historiografia do trabalho.

Para Thompson, a classe é um fenômeno histórico e não uma estrutura estática, portanto, se construiu, ou melhor, *se faz classe*, assim não ligadas a ações diretas da existência da fábrica, mas fruto de uma consciência própria do trabalhador. Para Marcelo Badaró:

Demonstrando a exploração de classes e sua apreensão pela consciência da classe trabalhadora em formação nas primeiras décadas do século XIX, Thompson estava insistindo em contestar as teses liberais, explicando como as posições de classe se estabelecem a partir da produção (não do consumo) e como a classe trabalhadora se conscientiza da sua exploração pelos capitalistas tendo em conta seus próprios valores (e não os cálculos matemáticos de padrão de vida dos economistas liberais). Mas, a análise dos valores e tradições culturais que, confrontados com uma experiência singular, geraram uma dada conformação da consciência de classe, distanciava-o também do marxismo vulgar.²⁷⁵

Assim, a construção de classe acontece através da *experiência*. As relações sociais fazem parte desse processo de formação da classe. A diferença de interesses colabora na formação desse cenário, e dentro desse paradigma salientado por Thompson, ganha relevância a distinção entre *experiência de classe* e *consciência de classe*:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada,

²⁷⁴ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 7. O trecho em itálico já foi reproduzido à página 64, e aparece repetido aqui tão-somente para efeito de melhor contextualização do evento.

²⁷⁵ MATOS, Marcelo Badaró. *A formação da classe operária inglesa...* Op. cit., p. 31.

em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.²⁷⁶

A transição da manufatura para a maquinofatura, para Thompson, não representou o surgimento da classe operária, pois mesmo na produção artesanal existiam tensões sociais. Assim, para o autor, há uma certa igualdade entre a manufatura e a indústria e a ideia de que a construção da classe surgiu somente com o processo industrial, teria que ser repensada, contrariando assim o ideário marxista:

Independente das diferenças entre seus julgamentos de valor, observadores conservadores, radicais e socialistas sugeriram a mesma equação energia do vapor e indústria algodoeira = nova classe operária. Os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsável pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais.²⁷⁷

O tempo que a classe operária nasce para o historiador inglês é outro objeto de discussão. Para ele, a classe operária nasce no fim do Século XVIII e se alonga pelo século seguinte, percebido neste momento através da tecelagem algodoeira inglesa em que *“o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da Classe Operária”*.²⁷⁸

Uma das peculiaridades do nascimento da classe e seu fruto direto, é o movimento trabalhista, que ombreia, desta forma, tanto com o nascimento da classe operária, quanto o surgimento da moderna indústria. Outro ponto importante, é o de que, assimilando tradições da rebeldia plebeia do século XVIII, nem sempre a classe operária se formou a partir do chão de fábrica, já que agregou, muitas vezes, trabalhadores distintos aos operários fabris:

Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança era constituídos por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricantes de arreios, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares.²⁷⁹

²⁷⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

²⁷⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

²⁷⁸ Idem, p. 17.

²⁷⁹ Idem, p. 16.

Com o surgimento da Classe Operária, Thompson acreditou que esse surgimento só foi possível devido o crescimento da consciência de classe – existência de uma identidade de interesses e de antagonismo com outras classes – e da organização política correlata à ela.²⁸⁰

Fizemos essa rápida digressão, porque o contexto da luta de classe também perpassa – assim o entendemos! – o movimento dos professores amazonenses. Retiramos, em especial, do debate historiográfico inglês, a ideia fundamental de que é dentro de cenários de enfrentamento com o patronato – seja ele privado ou representado por agentes públicos – que os trabalhadores avançam no amadurecimento de suas identidades de classe, percebendo-se como coletivo não apenas diferenciado, mas também antagônico aos segmentos sociais que lhes são antagônicos e que os exploram. Isso quer dizer que a configuração e a luta de classes são sempre um fenômeno relacional. Por outro lado, a presença de agentes públicos – governadores, prefeitos – em substituição ao clássico patronato privado, não anula ou desvirtua fundamentalmente o princípio da luta de classe, em especial porque entendemos o Estado, no contexto das sociedades capitalistas, como palco de disputas, mas que, tradicionalmente atua de forma classista alinhando-se aos ditames dos interesses capitalistas burgueses. Neste contexto, acenos ou tomadas de posição em favor dos populares ou dos trabalhadores, são, quase sempre, fruto da pressão exercida de baixo, no âmbito das tensões e dos conflitos de classe.

Os professores entrevistados, quando perguntados sobre suas experiências em movimentos sociais e enquanto protagonistas no âmbito do movimento docente – e isso independente do grau de participação dentro da mobilização da categoria – , demonstraram enfaticamente suas ações como atores em diversas mobilizações e movimentos sociais, fossem esses ligados ao professorado ou a outras categorias.

A década de 1980 foi um momento forte na construção deste protagonismo, tendo em vista as atitudes que os que lutavam pela abertura política e pela redemocratização do país tinham consciência de que necessitavam tomar contra a ação e a força do Estado, comprometido ainda com o autoritarismo. Agressões, perseguições, e mobilizações são demonstradas pelos entrevistados com *status* de consolidação da imagem de um movimento forte, dentro daquele cenário em que se construía a redemocratização, e do qual fizeram parte, mesmos estando, por vezes,

²⁸⁰ Idem, p. 17.

em campos partidários diferenciados. Foi atuando dessa forma que conseguiram construir, à base de muito enfrentamento e sacrifício pessoal, movimentos sociais importantes no âmbito do Estado do Amazonas. Para Gerson Medeiros:

E este foi desenvolvendo cada Estado, foi desenvolvendo isto aqui. E aí o que foi que aconteceu? Naquela época os professores, como não tinha ainda uma entidade que centralizasse as reuniões, a gente fazia por unidade, cada unidade de ensino, os professores daquela unidade, iriam reunir naquela unidade pra discutir pra discutir as reivindicações, tá bom? Castelo Branco aqui do São Jorge, professores do São Jorge, da Compensa tudinho iam pro Castelo Branco, lá na quadra, ou então na sala a gente fazia a discussão sobre as reivindicações daquela unidade. Cada unidade. Aparecida fazia o seu processo de reunião e de reivindicação. O que aconteceu depois disso aí? A gente viu que não era por aí que a gente resolvia nosso problema, né? A gente falou com o Flaviano Guimarães, que era o presidente da APPM, pra gente usar, se ele podia ceder pra nós a APPM, pra gente fazer o enfrentamento da luta política. E o Flaviano: olha tudo bem, já que tava lá sem... não tava funcionando mesmo. Então se espalha todo o processo e basicamente a gente vivia na escuridão por que não tinha como a gente tá reunindo num lugar, mas a gente reunia, a gente fazia as conversas e tal pra ver como trabalhar, mas tava muito forte a repressão, e só quando vem o pacote de abril de setenta e oito com o processo da transição do Estado de exceção para o Estado de Direito, o pacote de abril de setenta e oito vem sinalizando o processo de abertura política no nosso país. Esse é um momento importante por que nós vamos pegar isso aqui e começar a desenvolver dentro da Universidade, e a gente fez muito bem isso aí.²⁸¹

Arminda Mourão, relembrou da importância do Partido Comunista do Brasil, do qual ela foi uma de suas importantes participantes e como estava presente no enfrentamento, e neste caso, como se propôs a enfrentar até com danos físicos, o governo na transição do regime militar:

A polícia prendendo todo mundo que tá, jovem machucado, porque quem tava machucado ia pra os prontos socorro né, e eu fique invocada, que é, que que tá acontecendo nesse país? Quê que tá acontecendo? E ai eu começo a procurar informações, ai eu tenho informações é, inicialmente na voz da unidade, que era o jornal do PCB, Partido Comunista Brasileiro que circulava né, e da tribuna da luta operária, e era do partido, um jornal do partido comunista do Brasil né, mas que não, trazia as ideias, e trazia as lutas, incentivando a luta pelo partido comunista do Brasil, mas não era vinculado formalmente ao partido comunista do Brasil. Nós tamo vivendo ainda né até uma certa clandestinidade ao mesmo tempo já tinha vindo a abertura então vez em quando tanto a voz da unidade quanto a tribuna da luta operária ela era confiscada né, todas as edições. É nessa conjuntura né, eu chego, eu volto a Manaus, que eu volto a Manaus em 1980 né, e em plena né, tô chegando a, a batalha né na Praça São Sebastião né, onde os estudante eles é, a policia dá tiro onde estudantes os estudantes se refugiam na igreja né, inclusive a policia atira dentro da igreja né, esse é o momento de ainda de repressão né, e algumas figuras importantes é, parlamentares do antigo MDB se colocam a favor dos estudantes impedindo que a policia é, adentrasse né, Fábio Lucena o senador, o

²⁸¹ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 4

senador Fábio Lucena né, o deputado federal o que hoje é vereador o, como é o? ...eu já me lembro o nome dele, Frota, Frota...²⁸²

E continua

...eu chego a Manaus justamente nesse momento e ainda como expectadora, tava chegando em Manaus, e eu estudava na faculdade de educação eu me formei tarde né, eu passei muito tempo pra me formar, é, ainda expectadora. Mas eu já tinha vindo do Rio Grande do Sul com uma intensão de me filiar ao partido, e minha simpatia veio pra tribuna da luta operária né, e ai eu vou me aproximando da discussão da luta da tribuna da luta operária e como é que se entrava no partido, a gente era recrutado né, a gente não batia na porta do partido não, era o partido que escolhia né. Dada o clima de clandestino né, a repressão né, o receio inclusive de dedos duros dentro do partido né, e eu sou recrutada, mas me olhavam com muita desconfiança, me olhavam com muita desconfiança, a final de conta eu era, inclusive (risos) eu era a filha do reitor da Universidade Federal do Amazonas né...

Uma família tradicional (inaudível) fui olhada com muita desconfiança pelos militantes do Partido Comunista do Brasil, pela direção do Partido Comunista do Brasil.²⁸³

Arminda atrela dois fatos importantes nessa criação de sua inserção no cenário da década de 1980. A entrada no PC do B, quando foi recrutada, o que destoa da ideia de ter pedido para entrar no partido, num momento que ainda passava por repressão e ser de uma família tradicional, filha do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, o Professor Otávio Hamilton Botelho Mourão, um administrador conservador e intimamente ligado aos governos da ditadura.

Esse receio da presença do ex-reitor, foi descrito também pelo entrevistado Ricardo Bessa, quando este ainda era estudante. O seu protagonismo, construído através do enfrentamento ao regime ditatorial, foi lembrado na possibilidade de prisão naquele período, tendo que fugir de Manaus e entrando em movimento no Nordeste e Sudeste do País

... eu tive que sair depois de Manaus por duas razões, primeiro continuei com o curso de jornalismo, mas deixei o jornal e passei a dar aula, mas tive que abandonar, saí de Manaus por duas razões, primeiro por que a Ditadura me perseguiu o tempo todo, e todo emprego que eu conseguia, eles procuravam me demitir e a demissão não tinha explicação, era razão ideológica mesmo. Não tinha nenhum procedimento legal, não tinha, é... direitos de defesa, direito ao contraditório, nada... não tinha processo... nada. Aí, saí também por que eu estava cursando o curso de jornalismo, na época o Diretor da Faculdade, funcionava na Faculdade de Educação funcionava que ficava ali do lado da Praça São Sebastião, onde hoje é o CAUA, Centro de Artes, e ali eu cheguei pra assistir aula, e quando estava em sala de aula, o Professor Girão que era o representante de turma, chegou e disse: "Bessa, a Policia Federal tá aí negociando a tua prisão

²⁸² DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista...*, p. 4.

²⁸³ Idem, p. 5.

com o Diretor, com o Professor Mourão”, que depois se tornou reitor que era um cargo de confiança do Regime Militar... E o Mourão, estava negociando a minha prisão, só que o Gabinete dele, funcionava logo depois da escada da entrada pela Monsenhor Coutinho, e foi por lá que a Polícia federal entrou e tava conversando com ele no gabinete. Quando o Girão me disse que eu seria preso, que eles estavam lá para me prender, eu desci pela outra porta, saí pela outra porta que dá acesso à Rua Tapajós, ali do lado do São Sebastião, e fugi. Bom, fui primeiro pra Recife e depois pro Rio de Janeiro ... Bom, aí voltei do Rio de Janeiro e fui para São Paulo, fiz a faculdade do curso de jornalismo, desculpa, curso de História, e lá integrei uma organização de esquerda clandestina que era o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores). Não tenho nenhum problema em dizer isso.²⁸⁴

E ainda

... aí houve um momento de repressão onde prenderam toda a direção do nosso partido e chegou em Bauru um companheiro japonês que eu não conhecia, um emissário e disse “A direção foi toda presa, caiu! A ordem é sumir e se desfazer de livros marxistas”. Pô eu tinha adquirido com tanta dificuldade vários livros marxistas, inclusive a História da Revolução Russa de Trótski em três volumes, Dez dias que abalaram o mundo de John Reader, livros importantes e eu digo: “não vou me desfazer”. E tinha um amazonense lá que nem sabia de política e como era um amazonense que eu conhecia eu disse: “guardas uns livros na tua casa pra mim? Ele morava numa favela, era pobre, não era uma favela, era um bairro pobre. E eu encadernei, encapei e escrevia Contos do Machado de Assis, encaixotei e ele guardou pra mim. Depois quando cessou a repressão voltei lá para pegar os livros. Aí eu sumi de Bauru e vim para Manaus. Chegando aqui... Ah, lutamos também pela Anistia junto com o setor progressista do PMDB, com o Deputado Airton Soares por exemplo, o Deputado Benedito Marcílio que era do PTB, quer dizer que acabou se elegendo pelo PTB, pelo PMDB mas depois passou para o PTB quando ele veio pra legalidade e outros que defendiam, alianças com setores progressistas do PMDB, nós fizemos essa aliança, com setores progressistas do PMDB, apoiamos candidatos operários socialistas do PMDB.²⁸⁵

Dentro da criação de um movimento que ganhou força em 1983, o professorado manauara caminhou em 1984 lutando pelo objeto principal das reivindicações do ano anterior: o salário. O ano que seguiu, trouxe consigo uma nova mudança, a de novas eleições para APPAM e a possibilidade de se organizar não só no campo sindical, mas no campo político tendo em vista que 1985 seria um ano de novas eleições no Estado do Amazonas. O cenário político, já descrito em momento anterior, apresenta o PMDB do governador Gilberto Mestrinho, o PT com nomes como do Professor Aloysio Nogueira e o PDS, de Waldir Barros.²⁸⁶

²⁸⁴ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 4-5.

²⁸⁵ *Idem*, p. 7.

²⁸⁶ Essa questão político-partidária será deixada de lado momentaneamente para expormos o cenário que se constrói ainda em 1984.

A eleição para a nova diretoria da APPAM começa a ser organizada através da Resolução 003/84²⁸⁷, documento sindical que ditava o trâmite do processo eleitoral. No documento já é possível perceber a presença da associação nos interiores do Estado que constituirão comissões eleitorais. O Art. 10 trazia: “*As eleições da APPAM serão realizadas nos municípios de Manaus, Itacoatiara, Lábrea, Tefé, Maués e Manicoré*”. Estes municípios participaram ativamente da Greve de 1983, demonstrando que o movimento ascendeu para além da capital manauara.

Outra parte importante do documento sindical, era que abria possibilidade para os professores da rede particular votarem, deixando claro que a associação não comportava somente os problemas referentes ao Governo Estadual ou às Prefeituras Municipais, sendo que a luta estava inserida também no âmbito privado. Ainda, estavam inscritos na APPAM, professores da Universidade Federal do Amazonas. No Art. 12 citava: “*Os associados pertencentes à SEMEC, à Universidade do Amazonas e a Rede Particular votarão na casa do Trabalhador*”.

Como já foi abordado, no fim da greve de 1983 já se adiantava que haveria eleições em 1984, no entanto o que se pode perceber foi a tentativa de articulação para que houvesse uma chapa unitária.

Em 12 de março de 1984, um documento intitulado “*Movimento dos Professores do Amazonas: Uma chapa unitária para a Diretoria da APPAM*”, já demarcava a tentativa de um único grupo disputar as eleições. O documento faz lembrança dos primórdios da associação, lembrando das lutas travadas desde 1979. O início do documento é uma proposta de chamar a atenção dos professores e um prenúncio do que o grupo buscava caso eleito. Nele são feitas as seguintes perguntas: “*Companheiro Professor, quanto é que você vai ganhar a partir de 1º de maio de 1984? Qual será o piso salarial que os professores conquistarão junto ao Governo do Estado? Pense bem nisso e vamos refletir*”.

A partir destas perguntas os professores que compunham a “chapa unitária” relembram a trajetória de luta que a instituição viveu entre 1979 e 1983, entendendo que para que houvesse uma continuidade de conquistas deveria existir uma “*APPAM forte, unitária, combativa, capaz de organizar os professores... A APPAM fraca e desunida é igual a salários de fome e péssimo ensino*”. O ponto principal do

²⁸⁷ APPAM – Resolução nº 003/84, de 3 de abril de 1984.

documento é a tentativa de trazer o professor manauara para o grupo através do ponto mais forte no contexto das lutas, o que enfatiza o reajuste salarial.

Mesmo que de uma forma não tão explícita, o grupo fazia uma crítica ao processo eleitoral presidido pela diretoria do Professor João Barbosa:

3º Nesse momento, a APPAM vive um processo eleitoral. É vital para os professores que neste processo, mantenhamos a UNIDADE do Magistério. Em pleno carnaval e em plenas férias, abriu-se o prazo para inscrição de chapas para concorrerem à diretoria da APPAM sem consultar a classe. O prazo terminou no dia 9 de março. Nós, fundadores da APPAM e continuadores do movimento, poderíamos ter inscrito uma chapa, mas decidimos o contrário, porque entendemos que esse processo deve ser o mais democrático e unitário possível.²⁸⁸

O documento informa que “em vez de formarmos uma chapa... com 17 nomes, decidimos ‘formar’ uma ‘chapa’ com 500 nomes”. Esta grande quantidade de professores referia-se aos que assinaram um documento apoiando a diretoria que se apresentava. O documento traz ainda a indicação de que “*centenas de assinaturas já foram acrescentadas às 500 assinaturas iniciais*”.

O documento finaliza com a identificação de “A CHAPA DOS 500”, exibindo o nome dos Professores Aloysio Nogueira, Ivancy V. , Públio Caio, Luiza Elaine, Carlos Tadeu, Ricardo Bessa, Creuza e outros. Entretanto, a construção de movimento unitário foi questionada por um conjunto de docentes. Eles reclamavam que a chapa que se apresentava com um ideal de união, na realidade era constituída por professores ligados ao PT e que nomes que não faziam parte do partido, mesmo tendo sido eleito nas Unidades Educacionais²⁸⁹, não compuseram a diretoria da APPAM, tendo em vista a “*Chapa dos 500*” ter sido eleita para a direção da associação.

Tendo retornado para o comando da APPAM, o grupo de Aloysio Nogueira chega em 1985 retomando a tentativa de diálogo com Gilberto Mestrinho, contudo, este ano tinha uma característica diferente dos anteriores; característica essa que deu uma dinâmica nova ao contexto da luta: era o ano de ajustes para as eleições municipais de 1985.

A prefeitura de Manaus, que estava sob a direção de Amazonino Mendes em 1985, com a entrada de outros partidos no cenário político da década de 1980,

²⁸⁸ *Movimento dos Professores do Amazonas: Uma chapa unitária para a Diretoria da APPAM*. 12 de março de 1984.

²⁸⁹ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores...* Op. cit., p. 145-146.

passou a ser foco de interesse das diversas siglas existentes naquele momento, inclusive do PMDB e do PT.

O *Jornal do Comércio* estampou, em abril de 1985, a possibilidade de uma coligação formada pelo PT, PDS, PTB e PDT contra o grupo político liderado pelo PMDB para as eleições municipais. Nomes já conhecidos como Plínio Ramos Coelho, presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), associava-se ao ex-candidato ao governo Josué Filho, ex-prefeito de Manaus José Fernandes e o Deputado Estadual Waldir Barros, estes do PDS, alinhavam-se na construção da oposição do pleito daquela época.²⁹⁰

Já neste período é possível a percepção oposicionista do grupo através das falas do Deputado Waldir Barros, que adotou uma prática de embate com o governador Mestrinho. Na mesma data que a imprensa informou a possibilidade de coligação, Barros usou o espaço do *Jornal do Comércio* para atacar o governo. Esse ataque não era direcionado ao Governo Federal, já que este, à época, estava em crise pela doença de Tancredo Neves. Aliás, um dos pontos que se mostrava como pacífico entre as siglas, era exatamente o do respeito ao presidente eleito indiretamente. O deputado pedessista expôs:

O Governo Federal, sabiamente e na promoção do interesse social, tomou a iniciativa de efetivar completamente a legislação objetivando livrar as empresas de pequeno porte de determinados ônus tributários federais e de penosos embaraços burocráticos, mas o governo estadual agiu de modo inverso, e a Fazenda Estadual preferiu apoiar as grandes empresas que lhes garantem o faturamento das campanhas políticas do governador e seus apaniguados, levando a falência cerca de nove mil comerciantes.²⁹¹

A crítica do deputado, era direcionada, portanto, para supostos atos de corrupção cometidos pelo governo peemedebista. Segundo o deputado, enquanto o governo federal diminuía os “ônus tributários federais e de penosos embaraços burocráticos”, a administração estadual foi na contramão. A crítica era direcionada para o secretário da fazenda, Ozias Rodrigues, que era identificado como um “exímio artífice” a serviço do governador, e que, como recompensa, recebera a indicação do governador para sua candidatura à Prefeitura de Manaus. O parlamentar continua:

O secretário da Fazenda tem sido um exímio artífice de variados modelos de tocaias tributárias armadas nesses dois anos de governo com a finalidade de subtrair dinheiro do povo para empanturrar as algibeiras

²⁹⁰ *Jornal do Comércio*. Manaus, 2 de abril de 1985, p. 2.

²⁹¹ Idem.

governamentais. Tanto assim é verdade que o governador endinheirado e agradecido quer lhe pagar os serviços extraordinários indicando-o como candidato a prefeito nas próximas eleições.²⁹²

O mesmo periódico dá espaço no dia seguinte para que o secretário de fazenda estadual, Ozias Monteiro, respondesse ao Deputado Waldir Barros dizendo que não estava acontecendo um arrocho fiscal praticado pelo Estado às pequenas empresas. Ele afirma que o que estava acontecendo era “inveja e ânsia de empanar o brilho desse trabalho”.²⁹³

No âmbito da luta docente, o *Jornal do Comércio* trouxe como notícia uma das reivindicações do movimento dos professores nos anos anteriores: eleição para diretores de escolas do Estado. O pleito, que ocorreu no mês de março, teve a participação de alunos, professores e demais funcionários; contudo, a escolha final ficou a cargo da secretária estadual de educação, Freida Bitencourt. A Associação dos Professores Profissionais do Amazonas (APPAM) protestou várias vezes contra a forma como o processo transcorreu. Alguns dos professores que ficaram em segundo lugar, segundo o periódico, haviam assumido o compromisso de que, uma vez escolhidos, não aceitariam os cargos.

Como já foi exposto, a eleição para a Prefeitura de Manaus estava em foco neste ano, e, portanto, as possíveis alianças que já estavam sendo construídas, começavam a destacar nomes de possíveis prefeituráveis naquele cenário político. No grupo do governador Gilberto Mestrinho, havia certa dissidência, pois a indicação do governo Ozias Monteiro, passou a ser questionada pelo auto lançamento da candidatura de Beth Azize. Por parte de setores da oposição, e em especial, por parte do PT, a intenção era lançar como candidato o presidente da APPAM, Professor Aloysio Nogueira.²⁹⁴

A ascensão de Aloysio Nogueira na política se construiu paralelamente com o movimento dos professores e endossou a ideia de que o movimento tinha que transpor a organização sindical e encampar a luta política. A possibilidade de potencializar a voz dos professores, era bem vista na época pelo professor Ricardo Bessa. Para ele, quando questionado sobre a entrada do Presidente da APPAM na disputa política daquele ano, ele falou

²⁹² *Jornal do Comércio*. Manaus, 2 de abril de 1985, p. 2.

²⁹³ *Jornal do Comércio*. Manaus, 3 de abril de 1985, p. 2.

²⁹⁴ *Jornal do Comércio*. Manaus, 9 de abril de 1985, p. 2.

Ele foi candidato, ele sempre foi candidato, mas Aloysio nunca foi oportunista, ele não entrou no movimento para ser candidato, ele saiu candidato porque ele era do movimento, ele reconheceu que era preciso ele fortalecer o partido e que não adiantava brigar por dez por cento de aumento a vida toda, tinha que criar um partido da classe trabalhadora independente pra fazer a transformação da sociedade, porque senão nós iríamos ficar brigando a vida toda por dez por cento de aumento, aumenta a inflação, a gente vai correr atrás de dez por cento. Ou os trabalhadores constrói o seu partido independente e fazem a revolução ou vão ficar a vida toda... vai ficar no paliativo e não resolve o problema.²⁹⁵

Os problemas referentes a educação no Amazonas também figuravam nas páginas da grande imprensa de Manaus. A APPAM buscava por melhoria aos docentes através de diálogos com o legislativo estadual. A situação salarial dos professores estava sendo alvo de discussão onde um professor rural, do interior do Estado, estaria ganhando abaixo de salário mínimo. Em meio a esta discussão, o Ministério da Educação reconhecia que os investimentos da pasta para aquele ano, orçados em Cr\$ 2,7 milhões, seriam insuficientes para a melhoria da educação.²⁹⁶

O período também demonstra que o processo de luta se encontrava fortificado em setores privados da capital amazonense, onde trabalhadores do setor de transporte, elétrico e madeireiro se mobilizaram por melhores condições salariais. O objetivo parecia ser o de expor que a abertura política, agora no seu apogeu, com a eleição de Tancredo Neves, propiciou à diversas categorias a possibilidade de adensar os movimentos sociais por melhores condições de vida e trabalho.

Uma das greves expostas nas páginas do *Jornal do Comércio*, foi a greve dos trabalhadores da empresa de transportes Di Gregório, demonstrando ela a abertura de um momento de ativas mobilizações na capital amazonense. A crítica era feita à falta de pagamento de horas extras e péssimas condições de trabalho, e as demandas dos trabalhadores da transportadora estavam relacionadas principalmente à questão salarial, embora incluíssem também a exigência de que cessassem os descontos indevidos na alimentação e no transporte dos funcionários. No entanto, uma das reivindicações que chamou a atenção, foi o descumprimento, pela empresa, de direitos trabalhistas básicos como a contratação de pessoal sem “assinar a carteira”. Os grevistas da Di Gregório, ao negociarem com a direção da empresa,

²⁹⁵ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 15.

²⁹⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, 9 de abril de 1985, p. 5.

conseguiram que parte das reivindicações fosse logo atendidas. A normalização dos percursos dos ônibus e as desobrigações de horas extras noturnas foram alguns dos itens atendidos pela empresa. O retorno do chefe dos conferentes e a estabilidade para os que participaram da paralização, ficaram para se negociar em um segundo momento, pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, Gilberto Assunção, e a direção da empresa.

Ainda, paralelamente a questão da greve que durou somente seis horas no dia primeiro de abril daquele ano, havia a questão dos trabalhadores chamados de “avulsos”, que prestavam serviço na base de acordos, o que era considerado pela liderança sindical como uso de má fé pela empresa. Como resposta ao questionamento do sindicato, a empresa expôs que aquela situação era culpa dos próprios trabalhadores que atrasavam a entrega de seus documentos pessoais. O diretor da Di Gregório, Jair Abreu, foi apresentado como truculento e prepotente por não ter permitido a presença da imprensa e expulsado os jornalistas que cobriam o movimento.²⁹⁷

Operários da Madeireira da Amazônia S/A (MADASA) também paralisaram suas atividades devido à falta de pagamento de horas extras e aumento salarial. A perda do poder de compra do trabalhador era justificada pelo patronato devido a legislação brasileira que, cheia de encargos, diminuía o salário dos trabalhadores, e que, deste ponto de vista, a empresa estaria totalmente “legal” perante a legislação trabalhista. Assim como na MADASA, vários trabalhadores cruzaram os braços, motivados por movimentos que, em diversas partes do país, viram na luta sindical um caminho para as melhorias salariais e nas condições de trabalho.

Um ponto que chamou nossa atenção, foi o fato de que, embora a MADASA fosse uma empresa que congregasse majoritariamente trabalhadores do sexo masculino, pelas páginas do periódico, percebe-se uma grande participação feminina do movimento paredista. Elas denunciam que as condições de trabalho eram deploráveis. Há relatos de que as mulheres questionavam a ausência nos banheiros de itens básicos de higiene. Francisca Batalha, servente, relatou ao jornal que *“são dois rolos para quatro dias e a fábrica possui pelo menos cento e cinquenta*

²⁹⁷ A greve foi noticiada no *Jornal do Comércio* que circulou nos dias 2 e 3 de abril de 1985.

mulheres” e que, quando fazia solicitação de mais utensílios, era acusada de levar o material para sua casa.²⁹⁸ A nota expõe outro problema das trabalhadoras:

Com 22 anos, dois filhos, grávida de cinco meses, a operária Maria Elizabeth Castro Ribeiro, que trabalha no setor de colagem, nem sabia que, no mínimo, teria direito a um copo de leite diário e [remuneração por] insalubridade. Ontem, porém, revelou que sente tonteadas, fraqueza e foi coagida a pedir demissão pelo seu estado de gravidez.²⁹⁹

A MADASA, que posteriormente passou a se chamar CIFEX, era uma das empresas com capital estrangeiro. Nesse caso, a serralheria estava sob administração de um grupo chinês. A mobilização dos trabalhadores, além da paralisação, incluiu a demanda por uma televisão, para que pudessem acompanhar o estado de saúde de Tancredo Neves.³⁰⁰

A intervenção do Estado nessa greve se deu pelo Secretário de Indústria e Comércio, José Cardoso Dutra, que acionou a presença da Polícia Militar para “manter” a ordem e a segurança. A interferência estatal no âmbito privado, foi vista com desconfiança pelos trabalhadores. A APPAM foi uma das entidades que apoiou a greve dos serralheiros, ratificando que a presença do PT não se fazia apenas no seio dos trabalhadores da educação, mas se estendia em ações de outras categorias.

Enquanto a greve da MADASA ainda continuava sem acordo, o discurso do governador Gilberto Mestrinho contradizia, no que se referia às mobilizações, suas ações em outras oportunidades. No *Jornal do Comércio* do dia 14 de abril, o chefe do executivo estadual fez algumas considerações sobre o momento político e, em seu interior, sobre greves. Sobre o momento político, o governador continuou mostrando seu pulso forte referente às suas vontades: *“Eu sou o dono do governo e tenho direito de apresentar os meus candidatos. Não tenho satisfação a dar a quem não tem voto e não sabe onde é a porta do PMDB”*.³⁰¹ Numa tentativa de amenizar sua própria crítica, terminou argumentando que não estava contra ninguém e que qualquer um podia concorrer. No entanto, a coligação do PMDB com o Partido da Frente Liberal (PFL) já estava em andamento, o que consolidava a escolha de Ozias Monteiro para a Prefeitura de Manaus.

²⁹⁸ *Jornal do Comércio*. Manaus, 9 de abril de 1985, p. 2.

²⁹⁹ *Idem*.

³⁰⁰ *Jornal do Comércio*. Manaus, 12 de abril de 1985, p. 2. A greve da MADASA encerrou no dia 18 de abril, com a abertura de diálogo entre o patronato e os trabalhadores.

³⁰¹ *Jornal do Comércio*. Manaus, 14 de abril de 1985, p. 5.

O cenário dinâmico da política do momento, era visto como uma possibilidade de ascenso do partido de esquerda que surgia, o PT. A democracia, que de certa forma dava ares de desenvolvimento na década de 1980, foi encarada por Arminda Mourão como um momento de oportunidade de crescimento de figuras como Aloysio Nogueira e dela própria. Mas, olhando retrospectivamente, argumenta que aquele contexto político também permite a análise da conjuntura atual, caracterizada pela transição de políticos que surgiram na esquerda e atualmente participam da direita.

Então a conjuntura política do país era conjuntura de vento democráticos, era conjuntura do partido dos trabalhadores se consolidando como maior partido de esquerda da América Latina e do Brasil né, o partido dos trabalhadores já entrando como lideranças nos diferentes né, nos diferentes setores e né, o partido comunista do Brasil priorizando né, e também construindo nesse processo muito menos do que o partido dos trabalhadores construindo liderança no movimento sindical. ... destaquei até ontem no lançamento da candidatura né, que essa coisa do sindicalismo puro e não se faz aliança, eu não concordo muito com isso não, por que a luta é classes e a luta é constante e já vi muito neguinho de extrema esquerda caindo no braço né, da direitona, Abonai Sabá era uma liderança do partido dos trabalhadores nas divergências que vai cair na mão do PSDB; Omar Aziz fez parte do partido comunista do Brasil... hoje né?! Então, esse, essa hostilidade e essa, tocou muito esses feitos até os dias de hoje né, e vai se estender muito mais por que a sociedade é de classe, essa luta de classe tá aí né, eu não acredito muito em pureza né que a minha ideia né, o caráter e a postura política perante a vida são posições políticas históricas que vai se tomando e vai se construindo na trajetória de luta, eu não acredito nos extremismos né, e aí o critério da verdade é a prática e a história mostra isso.³⁰²

O enfraquecimento da ditadura civil-militar, no fim da década de 1970 e na primeira metade da de 1980, foi palco de fortalecimento dos movimentos de esquerda onde os trabalhadores de diversas categorias foram protagonistas. Assim, o fortalecimento dos movimentos sociais e dos sindicatos, além da criação e/ou renascimento dos partidos de esquerdas, foram elementos presentes e importantes no cenário político de 1985.³⁰³

Quanto ao movimento docente, como já exposto, este continuou suas reivindicações, iniciadas em 1983, quando então buscavam um reajuste de 120%, mas só conseguiram 40%. Em abril de 1985 a conjuntura econômica apresentava

³⁰² DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista...*, p. 14.

³⁰³ Não é objetivo deste trabalho a discussão do que Norberto Bobbio chama de “*díade seguidamente contestada*”, ou seja, o conceito de esquerda e direita na política. Para conhecimento da discussão sobre estes conceitos, ver: BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

grandes perdas do poder aquisitivo para várias categorias de trabalhadores, encampadas num cenário mundial que Eric Hobsbawm denominou de “décadas de crise”.³⁰⁴

O aquecimento dos movimentos sociais não resultou apenas da conjuntura de transição para a democracia, com a “lenta e gradual” abertura política, como a desenhou o Presidente General Ernesto Geisel antecessor do último presidente da ditadura militar, João Batista Figueiredo. Os levantes de trabalhadores tinham bases sólidas também na degradação das condições sociais produzidas pela crise econômica e pelos reiterados arrochos salariais. Assim, a década de 1980 foi marcada por problemas socioeconômicos não só no Brasil, mas também em outras partes do globo. Tais crises foram as mais sérias entre os anos localizados entre o período de 1970 e 1990³⁰⁵. Nas “décadas de crise”, não ocorreu uma estagnação econômica para os países mais desenvolvidos, contudo, o crescimento se deu de maneira mais lenta, se comparada à “era de ouro” do período anterior³⁰⁶. No entanto,

A situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980...³⁰⁷

Problemas sociais como pobreza, miséria, desemprego e mendicância, estavam presentes tanto em países tidos como ricos, quanto naqueles mais pobres. O Brasil enquadrava-se no rol de estados problemáticos deste cenário, visto, inclusive, como um dos campeões em desigualdades socioeconômicas.³⁰⁸

Seja como for, os professores tentaram, em abril de 1985, retomar as negociações com o governo de Gilberto Mestrinho, contudo sem sucesso. O governo arquitetou um reajuste de 89% para todo o funcionalismo estatal, portanto, aquém do que reivindicavam os professores.³⁰⁹

³⁰⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 394.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Para o historiador inglês, a “Era de Ouro” compreenderia o período de 1950 a 1973, quando então os Estados Unidos avançaram de maneira significativa no cenário econômico mundial.

³⁰⁷ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos...*, Op. cit., p. 395.

³⁰⁸ Idem, p. 397.

³⁰⁹ *A Crítica*. Manaus, 16 de abril de 1985. p. 7.

A insatisfação da categoria se dava mais uma vez, pela intransigência do governador em negociar com a APPAM. Já nesta época, novamente como presidente da APPAM, Aloysio Nogueira relata sobre a negativa do governo em receber os docentes:

Ah sim! A assembleia, nós tivemos que retomá-la, por que, todo e qualquer movimento ele não é algo permanente, ele é de altos e baixos. É preciso que a categoria tenha muita informação, muita discussão para que ela venha né participar de todo esse processo. Foi o que aconteceu, e, por que é o seguinte, em 84 eu tenho, aliás, no final da demissão do Barbosa terminou o prazo dele, a categoria me elege.

...Então 85 quem tá dirigindo sou eu, então eu volto com a mesma prática que a anterior que havia feito em 83 e parte de 84. Muito bem, aí também a questão salarial que a gente tem a documentação de 85. Então nesse processo é que a categoria solicita né pra resolver os problemas anteriores pendente do governo que é a questão salarial. A questão salarial, a questão salarial em 85 foi muito forte, foi mais forte do que, tanto é que, foi que ficou uma pendência né, então daí o governo passou acho que mais de 300 dias pra ele não receber a categoria, por ai, quase um ano, foi quando nós começamos a fazer movimento no sentido de ir até o palácio.³¹⁰

A visão dos professores que entrevistamos na pesquisa sobre postura do governo, dialoga muito bem com o que Paulo Freire denomina de Educação Libertária³¹¹. Como exposto em parte anterior desta dissertação, Mestrinho foi perseguido – por corrupção – pela ditadura civil-militar na década de 1980. Seja como for, que esperar de um governo que “sentiu na pele” as ações ditatoriais? Aqui, abrimos a imagem do político visto como professor pela sociedade amazonense. Para o entrevistado João Ricardo Bessa Freire (ver depoimento citado à página 63), o governador, eleito democraticamente, teve uma postura diferente daquela que os professores esperavam, em virtude do momento democrático e pela experiência que o peemedebista tivera no regime militar.

Francisco Lemos é outro que também narra que havia expectativa de parte do professorado sobre o governador-professor. Para alguns colegas, isso poderia trazer melhorias para a categoria, mas a construção histórica da figura de Mestrinho fazia com que aquele professor de Filosofia desconfiasse do então candidato ao

³¹⁰ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 29.

³¹¹ Essa discussão apresentada por Paulo Freire, expõe dois lados antagônicos na leitura das lutas de classe. Para o pedagogo e filósofo brasileiro, se não houver uma mudança de mentalidade na educação do que está ou foi oprimido, a tendência é que este também se torne opressor. Para um melhor entendimento sobre a construção da educação libertária e a relação oprimido-opressor, ver: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Governo do Amazonas. No entanto, mesmo percebendo as dificuldades da categoria com Mestrinho, o docente vê nesse governo um dos impulsos para a organização do movimento docente. O que Lemos desconfiou, se concretizou para ele, quando pode estabelecer uma comparação entre os salários de um Policial Militar e de um professor estadual:

Então, [com] isso aí eu comecei a me arrepender o porquê que tinha deixado a vida militar pra ser professor, mas já tava pegando fogo o barco e tal... a gente ameaça sacar a onça e começamos a reunir os colegas... aí surge o movimento dos professores liderado por todos os professores daquela época...³¹²

Aloysio Nogueira rebate a concepção popular e até exposta pelo próprio Gilberto Mestrinho, de que o governo que se instituiu no Amazonas foi um governo democrático:

Eu escrevi, eu tinha uma entrevista também, eu sou claro quando digo que Gilberto Mestrinho, no governo Mestrinho a categoria passou o tempo todo lutando pra ser recebido né, muito falso quem achava que Mestrinho era um líder democrático, nada disso.³¹³

Como estratégia de luta, os professores optaram por pressionar o governador em receber a APPAM através de uma caminhada que aconteceria no dia 21 de abril de 1985, com saída do Colégio Amazonense Dom Pedro II, na Avenida Sete de Setembro, indo até o Palácio Rio Negro, sede do executivo estadual, que se localizava na mesma avenida. A data escolhida pela categoria foi o dia 21 de abril, mas a caminhada acabou não se concretizando, devido a morte do Presidente Tancredo Neves³¹⁴. A APPAM optou por um luto de sete dias em respeito à Tancredo e marcou a data da caminhada para o dia 29 de abril.

A imprensa manauara, neste intervalo de tempo, noticiou que o governo colocaria a tropa da Polícia Militar para reprimir a caminhada, mesmo assim os professores optaram por continuar com a mobilização para o dia marcado. No contexto da memória coletiva e individual, exporemos a visão dos entrevistados sobre a caminhada descrita nas suas narrativas.

Há uma relação entre a memória individual e coletiva, tendo em vista que o homem só é capaz de lembrar algo que aconteceu num contexto social. Gerson

³¹² LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista...*, p. 1-2.

³¹³ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 29.

³¹⁴ *A Crítica*. Manaus, 22 de abril de 1985.

Medeiros traz na memória o dia marcado para a caminhada, e como ele percebeu que a Polícia estava se organizando para combater a mobilização dos professores:

Quando chegou no dia, a gente se concentrou no colégio Dom Pedro II, a gente se concentrou lá. Quando eu venho chegando eu percebo que o pelotão da Polícia Militar tá se concentrando atrás do Quartel da Polícia Militar, e o Félix Valois, que era o Secretário de Segurança, estava fazendo a fala à plenária dos professores que poderiam ir lá com o Gilberto que não teria nenhum problema; que o Gilberto ia receber eles tranquilamente; que não ia haver repressão de coisa nenhuma. Daí eu pedi a palavra e disse: “Olha, assim ó, se não vai haver repressão não sei, mas que o batalhão tá todo mundo concentrado ali atrás e eu não sei pra que”. Aí ele ficou meio assim sem jeito, terminou a fala dele e se mandou pra lá. Foi aí que nós decidimos fazer a caminhada até o palácio. Então, nós tínhamos chamado a imprensa, nós tínhamos chamado os parlamentares ligados ao PMDB, o Chico, Francisco Queiroz que era o Presidente da Assembleia Legislativa e do MDB foi conosco nesse processo; Arthur foi com a gente tudo, que era do MDB, foi com a gente nesse processo, então a imprensa também.³¹⁵

Aloysio Nogueira, enfatiza a importância da imprensa no episódio

Nós estávamos no Colégio Estadual nos preparando pá caminhada como fomos recebidos pelo... compareceu lá Arthur Neto e o Mário Frota, ambos foram com a finalidade de desmobilizar a categoria. “Podemos falar?” Podem! E eu lá com a turma, tinha uns 40 a 50 professores apenas, eles subiram num banco lá e fizeram a preleção deles né, quando terminaram a preleção eu volto à palavra em ordem, daí o pau cantou (inaudível) se você quer nos ajudar, nos acompanhe (inaudível) tiveram outra, e já estava ao longo da avenida vários professores e tal, que foi terrível, aliás, o jornal *Diário do Amazonas* que traz,... Então nós fomos caminhando, foi com Arthur e tava ali a polícia bem próxima. Quando nós chegamos na porta, a polícia lá e tal, e tinha muitos fora né, eu tava na comissão, eu e mais outros, daí quando nós passamos do portão a polícia rapidamente fecha o portão, pegou jornalistas e outros (inaudível) e encostaram o cacete. Foi aí que se viu, a imprensa não perdeu nesse caso né.³¹⁶

Para Lemos, sua experiência como militar teve grande importância para na *Batalha do Igarapé de Manaus*:

aí nós participamos do primeiro movimento dos professores, a conhecida “Batalha do Igarapé de Manaus”, da qual eu era o cabeça do negócio por eu ter sido militar, realmente eu conhecia as fraquezas do quartel. Do quartel e do Centro do Palácio Rio Negro. E aí a gente invadiu o Palácio. Ele não quis receber e a gente invadiu o Palácio. Aí mandou sentar o cacete, a famosa “Batalha do Igarapé de Manaus”. Ali apanhou gregos e troianos! O resultado dessa situação toda é que repercutiu no governo dele, daí passamos a fazer movimentos.³¹⁷

Entusiasmado com a narrativa, ele complementa

³¹⁵ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 7.

³¹⁶ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 30.

³¹⁷ LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista...* p. 6.

E ali eu tive a brilhante ideia de dizer que os portões não têm cadeados, não funciona cadeados nem coisa nenhuma e só chegar e “Pá” (sinal de batida dos portões), aí foi como a massa adentra, aí ele fechou com a Polícia. Ele interpretou como sendo uma agressão ao governo. Aí a Polícia fechou. Nessa época esse que hoje é Prefeito de Manaus, esse cara foi o primeiro a dançar na porrada, porque ele foi querer intermediar, ele era do PMDB, ele foi querer intermediar toda a situação com o Mestrinho e o Mestrinho era um cara radical assim como o Amazonino é, porque o Amazonino é da escola do Mestrinho, entendeu? Ele era radical. Ele não aceitou mesmo. Preparam uma comissão, também não aceitou, aí nós fomos pro movimento, daí culminou na Batalha.³¹⁸

Questionado ainda sobre o episódio, ele relembra: *“Fui agredido. Ainda peguei umas três borrachadas ainda. No braço, me defendendo....Os caras que serviram junto comigo que realmente me bateram”*.³¹⁹

A História de vida dentro da perspectiva dos entrevistados, condiz a uma importância que os narradores dão à sua participação dentro da *Batalha do Igarapé de Manaus*. Mesmo sendo um dos partícipes do evento, o narrador expõe o fato como se fosse sua auto biografia. Pierre Bourdieu retrata essa importância que o narrador dá à sua individualidade dentro do fato:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e deixa reforçar.³²⁰

A subjetividade existente na narrativa dos entrevistados é fruto, portanto, de como cada participante se vê no acontecimento. Desta forma, as narrativas sobre a caminhada – embora seja um único fato e neste caso, objetivo – são feitas de maneira distinta, exatamente pela visão que os indivíduos têm de suas participações no acontecimento. Para Alessandro Portelli:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua autobiografia., quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar a disposição da filosofia de outros... Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*.³²¹

³¹⁸ Idem, p. 7-8.

³¹⁹ Idem, p. 10-11.

³²⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 185.

³²¹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, vol. 1, nº 2, dezembro de 1996, p. 60.

Sobre a subjetividade, ele complementa:

Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.³²²

Um questionamento ainda intriga o trânsito desta pesquisa: Como se cunhou na História do Amazonas o termo “Batalha do Igarapé de Manaus”? Apoiamo-nos em um dos partícipes daquelas mobilizações de professores para buscar a requerida resposta.

Em uma crônica sobre o dia da caminhada dos professores ao Palácio Rio Negro, José Ribamar Bessa Freire, descreveu de maneira irônica o antagonismo entre os professores e o governo. No texto fica explícito a tentativa de expurgar a oposição política, que para o governo, era o movimento dos professores disfarçado no Partido dos Trabalhadores. Para José Ribamar Bessa

Numa prova de inteligência e sagacidade, os aviões de combate não foram utilizados para bombardear a primeira e a segunda ponte da Rua Sete de Setembro, com a finalidade de impedir que o "inimigo" alcançasse o seu objetivo: o Palácio Rio Negro. Apenas um discreto helicóptero sobrevoou o campo de combate para acompanhar o movimento das tropas de infantaria.

Mais sábio ainda foi não cometer o exagero de colocar os barcos de guerra, com suas canhoneiras, na entrada do igarapé de Manaus, como queriam os setores militarizados do governo, temerosos de que as catraias petistas - alugadas dos catraieiros desempregados pela ponte do Educandos - pudessem penetrar solertemente no Palácio, pelo porão, numa operação que seria a mais audaciosa da História do Amazonas depois que os cabanos tomaram a capital no século passado (evidentemente auxiliados por petistas disfarçados).³²³

O termo *Batalha do Igarapé de Manaus*, impregnado na memória dos movimentos sociais do Amazonas, não lembrado somente por professores mas pelas diversas categorias socioprofissionais que engrossaram as lutas na década de 1980, foi construída por meio da crônica do Professor Bessa, como é conhecido no meio acadêmico e na memória dos professores. A analogia do evento do dia 29 de abril de 1985, foi feita com uma das históricas batalhas que ocorreram em pontes sobre rios, a *Batalha do Rio Marne*, na Primeira Guerra Mundial, comandada pelo Marechal

³²² Idem.

³²³ FREIRE, José Ribamar Bessa. “A Batalha do Igarapé de Manaus”. In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 43.

Joffre.³²⁴ Comparado à Joffre, Gilberto Mestrinho colocou o maior quantitativo possível de seu “exército” para reprimir os professores que insistiam em enfrentar o governo. A crônica do professor descrê assim descreve

Nada de exageros. Tudo dentro do figurino. A operação foi discreta e sóbria. Contra o exército de professores, armado até os dentes com panfletos belicosos contendo reivindicações absurdas como o piso de três salários mínimos, bastou usar a inteligência e mobilizar apenas um pequeno efetivo de 3.500 homens da Polícia Militar. Esse efetivo, fortemente armado, conseguiu obstaculizar a chegada do material altamente explosivo dentro do Palácio: o documento reivindicatório dos professores.

Colocados estrategicamente em colunas sucessivas ao longo da primeira e segunda ponte, os efetivos da PM puderam afirmar depois, como o Exército sobre o rio Ebro na guerra civil espanhola: *No pasarán!*

Sem dúvida, o general Gilberto Mestrinho saiu vitorioso na famosa Batalha do Igarapé de Manaus, travada no dia 29 de abril de 1985, no trecho da Rua Sete de Setembro sobre a primeira e segunda ponte, sete dias após a morte de Tancredo Neves. Quando em todas as capitais do Brasil e até mesmo em Londres, Paris e Washington, o poder boabeava, abrindo a guarda e rezando pela alma de Tancredo (até Maluf comungou), Manaus constituía o único bastião da resistência na defesa da ordem. Todo o mundo errado; só nós no rumo certo, com Gilberto.

No entanto, se me permitem uma crítica - construtiva, é claro - com o objetivo de aperfeiçoar as próximas operações, poderia assinalar um grande erro cometido que não chegou a empanar o brilho do gênio militar. Esta crítica se baseia nas experiências de outras batalhas históricas sobre pontes de outros rios. É o caso da batalha do rio Marne, na 1ª Guerra Mundial, dirigida pelo marechal Joffre, comandante em chefe de todos os exércitos franceses.

O marechal Joffre concentrou o grosso de suas tropas ali onde o inimigo era mais forte e numeroso, seguindo um velho princípio que vem desde as guerras greco-persas, passando pelas púnicas e balcânicas, isto é, deve-se concentrar o fogo, onde o inimigo é mais forte e oferece maior perigo. Karl von Clausewitz, o grande teórico que refletiu sobre a guerra, concorda com esse ponto de vista.³²⁵

E finaliza o autor: “*Ora, tal princípio não foi obedecido na Batalha do Igarapé de Manaus*”. Assim, concebido o título para um dos episódios da história do movimento docente amazonense, o autor aproveita para criticar o governo estadual quanto aos problemas sociais que a capital vivenciava em 1985. A crise de desemprego ocasionada pelos problemas econômicos alcançava o Pólo Industrial de Manaus, tido como “socorro” para os desempregados não só do Amazonas mas de diversas partes do país que viam na indústria, uma possibilidade de sobrevivência. O grande efetivo policial escalado para conter o “*grupúsculo do PT*” como Mestrinho

³²⁴ A Batalha do Marne, ocorrida no rio francês que dá nome à batalha, ocorreu em setembro de 1914, marcou o início das guerras de trincheiras e marcou a vitórias da frente francesa e inglesa contra a ofensiva alemã. Joffre foi o comandante do exército Francês naquela batalha.

³²⁵ FREIRE, José Ribamar Bessa. “A Batalha do Igarapé de Manaus”. In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 43-44.

chamava o movimento, poderia [e deveria] ter sido usado para conter, por exemplo, a onda de furtos e roubos recorrentes às escolas na Capital.

Enquanto o governador Mestrinho declarava à imprensa que o movimento dos professores era apenas o resultado de um minúsculo grupúsculo do PT, a secretária de Educação, Freida Bittencout denunciava, com razão, que as escolas de Manaus estavam sendo invadidas e depredadas por um grande número de marginais e maconheiros (sem filiação partidária, ainda bem!)

Logo, não se precisa ser um Dario, um Xerxes, um Júlio César, um Alexandre Magno ou um Napoleão para perceber que as tropas armadas foram mal colocadas. Em vez de concentrar o grosso da tropa na Sete de Setembro, onde afinal de contas "havia apenas um pequenino grupúsculo desarmado de petistas, odiado pela população e repudiado nas últimas eleições", o general Mestrinho devia concentrar o grosso de suas tropas dentro das escolas, para enfrentar o grande exército de desempregados - às vezes armado - que as indústrias da Zona Franca não conseguiram absorver. Isto não ocorreu, desguarnecendo o flanco das escolas.

O que faltou, portanto, na Batalha do Igarapé de Manaus, foi coordenação e centralização das informações e das ações. Esta ausência acabou gerando uma enorme confusão.³²⁶

A imprensa manauara retratou o processo organizativo do professorado manauara. Pelas letras dos diários era possível perceber que o governador reprimiria o movimento. O *A Crítica* do dia 27 de abril, trouxe em sua página a notícia "*Mestrinho ameaça usar a polícia contra a APPAM*"³²⁷. A nota não declara a repressão aos professores, mas a associação docente, caracterizando que a matéria tinha cunho político, como já exposto diversas vezes pelo governo. Na mesma página, com a notícia "*Professor realizará marcha até o Palácio*", o jornal expôs que a mobilização transparecia ser individual e não de uma categoria.

Sobre o dia da caminhada, todos os jornais trouxeram notícia do evento. A repressão policial foi o que mais chamou a atenção nos periódicos, não só por conta da agressão aos professores, mas pela ação repressiva a outros segmentos da sociedade, inclusive jornalistas e parlamentares do PMDB.

Em nota nos jornais do dia 30 de abril, o Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato dos Radialistas expuseram seus protestos:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais e o Sindicato dos Radialistas do Amazonas, repudiam com veemência a violência perpetrada, no dia de ontem, pela Polícia Militar do Estado, contra os profissionais de imprensa que se encontravam realizando a cobertura jornalística do movimento reivindicatório dos professores.

³²⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa. "A Batalha do Igarapé de Manaus". In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 44.

³²⁷ *A Crítica*. Manaus, 27 de abril de 1985, p. 6.

Mais uma vez a Polícia Militar investiu covardemente contra os profissionais da Imprensa, como nos tempos de autoritarismo, na tentativa de encobrir as suas truculências que no momento eram perpetradas contra os professores.

Os jornalistas e radialistas se sentem mais uma vez vilipendiados em seus mais nobres direitos de informar com imparcialidade, para nossa comunidade, os fatos ocorridos e exigem a punição dos culpados.

Consideramos essa atitude uma traição e um desrespeito, além de um golpe nos avanços democráticos assumidos por todos os brasileiros durante o triste desenlace do Presidente Tancredo Neves e reafirmamos o nosso compromisso de lutarmos contra todas as formas de violência em razão de nossa crença de que o Diálogo é o único instrumento para solução dos conflitos.³²⁸

A nota foi assinada pelos presidentes dos dois sindicatos, Mário Monteiro de Lima e Lino Marinho, respectivamente, presidente da instituição dos jornalistas e dos radialistas. Nela são também informados os nomes dos profissionais que haviam sido agredidos.³²⁹

O *Diário do Amazonas* dispensou grande parte de suas páginas sobre o evento. Como manchete principal, estampou: “*Polícia baixa ao cacete: Nova República no ‘Rumo Certo’*”. Assim, o periódico, além de fazer a crítica à repressão da polícia, ironizava ainda o lema de campanha do governador: “*Rumo certo com Gilberto*”.

³²⁸ Nota de Repúdio conjunta, assinada pelo Sindicato dos Jornalistas e do Sindicato dos Radialistas, publicada no dia 30 de abril em diversos jornais manauaras.

³²⁹ A relação de profissionais agredidos apresentados na nota foram: Suely Antunes, José Ribamar Garganta Xavier, Vera Lúcia Lima, Jorge Ferraz, Jaime Levy, Alcides Castro, Osvaldo Freitas, Hudson Lacerda e Otoniel Araújo.

Figura 16
“A Batalha do Igarapé de Manaus” na Imprensa I.



Fonte: *Diário do Amazonas*. Manaus, 30 de abril de 1985, p. 5.

O *Jornal do Comércio* embora não tenha sido tão incisivo no ataque a repressão do governo, expôs em sua capa a notícia sobre o acontecimento do dia 29 de abril.

Figura 17
 “A Batalha do Igarapé de Manaus” na Imprensa II.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 30 de abril de 1985.

Devido a repressão por parte da Polícia Militar aos envolvidos na caminhada, o governador recebeu um grupo em seu gabinete para a continuidade das negociações. O recebimento dos professores pelo governador é visto como uma vitória dos professores frente o poder hegemônico, e é narrado com entusiasmo pelos docentes.

Gerson Medeiros constrói a narrativa da conquista daquele movimento em sua memória, como fruto do enfrentamento à força policial. O professor, participante do ocorrido, lembra que diversas entidades acompanharam os docentes, o que deu mais força ao resultado. A imagem do governador nervoso e fumando, descrita por Medeiros, é a exposição de como os professores causaram uma derrota ao chefe do executivo estadual:

Apanhou imprensa, apanhou professor, apanhou parlamentar, foi uma loucura. Demorou mais ou menos uma hora esse processo, do corre-corre, do bate-bate, do enfrentamento, mas ele recebeu, ele recebeu os professores, uma comissão que a gente tirou até na hora ali, o Aloysio tava [inaudível], os outros já tinham dispersado. Os que estavam mais na linha de frente era o Aloysio eu lembro, vamos entrar aqui que nós vamos lá fazer a situação com ele. Então ele recebeu a gente, nervoso, fumando de mais, um cigarro atrás do outro, e pra se livrar da gente ele assinou toda aquela pauta, e realmente cumpriu tudo que tava ali... Não puniu os professores, os professores podiam ficar tranquilos... toda uma situação que ele criou, um ambiente pra capacitar da gente, e assinou o documento, o Aloysio tem esse documento, aí pra apresentar pra categoria aí, beleza. Na verdade, ele não assinou nem vinte por cento daquilo que a gente... mas teve uma reivindicação que foi fundamental para gente que foi o piso salarial baseado em três salários mínimos, mais a qualificação do professor, mais cinquenta por cento da qualificação do professor. Ele pagou. ³³⁰

O ponto principal buscado desde as mobilizações de 1983, se concretizou após o enfrentamento de 1985, o piso salarial. Para Aloysio Nogueira:

E daí foi quando nós conseguimos não só assinar esse documento, o piso salarial, eles assinarem mesmo né, o resultado foi esse. Nós tivemos esse documento assinado, publicado no diário oficial e foi, constou na constituição de 88, o piso salarial da categoria. ³³¹

A conquista dos professores, conforme narrativa dos docentes estendeu-se somente até a entrada de Amazonino Mendes no Governo do Amazonas³³², já que o novo governador alegou inconstitucionalidade no pagamento dos professores, o que demandou novas lutas do professorado manauara, que, assim, se entenderam para a década de 1990. ³³³

Mais uma vez e agora auxiliados pelo professor José Ribamar Bessa Freire, retomaremos sobre o protagonismo do movimento docente e sua importância para os movimentos sociais no Estado do Amazonas. Assim como as greves paulistas do fim de 1970 impulsionaram diversos movimentos no país – aí incluindo o docente amazonense – as ações do professorado amazonense frente ao governo de Gilberto Mestrinho, levaram outras categorias, aqui já expostas em momento anterior desta dissertação, ao campo do enfrentamento. Não se pode discutir que nesse cenário das

³³⁰ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 7. O trecho em itálico já foi por nós reproduzido na página 137.

³³¹ MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 31.

³³² Amazonino Mendes elegeu-se governador do Amazonas em 1986, tendo sido apoiado na ocasião por Gilberto Mestrinho.

³³³ Sobre os movimentos dos professores na década de 1990, há uma quantidade maior de documentos sindicais e de docentes ainda na ativa que tiveram participação dessas mobilizações. Através da entrevista do Professor Francisco Lemos, existe a possibilidade de se mapear outros enfrentamentos com a Polícia Militar e outros nomes envolvidos no SINTEAM neste período.

lutas por melhores condições de vida e trabalho, os professores amazonenses foram protagonistas. Na visão do Professor Bessa

A Batalha do Igarapé de Manaus foi vencida pelas tropas oficiais, que dessa forma mereceram ganhar a Medalha de Santa Etelvina. Que ela, a Santa Etelvina, a padroeira da leseira manauara, nos proteja de outras batalhas como essa, maninha!

De qualquer forma, os professores indicaram os caminhos das ruas, das manifestações públicas, a reivindicação e da luta. Os metalúrgicos do Distrito Industrial entenderam o recado e se manifestaram, eles também, realizando a primeira greve geral. No momento mesmo em que se travava a Batalha do Igarapé de Manaus, em Abril de 1985, 20 mil metalúrgicos de 24 empresas deram início à primeira campanha salarial, que desembocou na primeira greve geral no Amazonas, iniciada pelo pessoal da Sanyo.³³⁴

O texto de Ribamar Bessa, mesmo escrito no ano da Batalha do Igarapé de Manaus, traz indicações do que a História já confirmou: novos movimentos ocorreriam. A continuidade do grupo político de Gilberto Mestrinho, sucedido por Amazonino Mendes, no comando do Estado do Amazonas, rendeu o que o professor naquela época já expôs: *“A cidade travará novas batalhas sobre a Ponte do Igarapé de Manaus.”*³³⁵

3.2. DISSIDÊNCIAS E TENSÕES NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL.

O processo de abertura política que se construiu na década de 1980 trouxe em seu seio a perspectiva de conquistas de direitos que haviam sido negados durante a vigência do regime militar. Assim, diversas categorias se organizaram em movimentos sociais na busca, principalmente por melhorias nas condições de vida e trabalho. Mesmo parecendo óbvio, não há como o caráter heterogêneo desses movimentos, sendo a diferença entre seus componentes perfeitamente notada. No entanto, como essas distinções tendem a ocorrer dentro de qualquer grupo ou segmento social, acaba se tornando um fator que necessita de observação mais centrada, principalmente quanto as reivindicações que tais grupos entabulam prioritariamente. Partindo da perspectiva de Charles Tilly, as reivindicações podem

³³⁴ FREIRE, José Ribamar Bessa. “A Batalha do Igarapé de Manaus”. In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 45.

³³⁵ Idem. p. 46.

ter três perspectivas distintas: programa, identidade e posição, como na descrição a seguir:

As reivindicações de programa envolvem o apoio expresso ou a oposição às ações presentes ou propostas pelos objetos das reivindicações do movimento. As reivindicações de identidade consistem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada... Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos, ou leais defensores do regime. ³³⁶

Através da perspectiva de Tilly e com base nas entrevistas colhidas, podemos traçar um paralelo entre os motivos dos docentes e as distintas formas de reivindicar descritas.

... havia uma briga acirrada entre a liderança, uma hostilidade acirrada entre a militante, a militância do partido dos trabalhadores em relação ao partido comunista, a militância do partido comunista, e que muitas vezes também era recíproca. O mais interessante é que eu né, num alimentava, eles não eram hostis a mim, claro que tinha algumas pessoas que a gente ia pro embate, mas não via uma hostilidade pessoal né, e aí eu quero destacar a própria figura do professor Aloysio, muito firme, muito político e que não alimentava hostilidade, ele não alimentava hostilidade. Ele alimentava sim posições muito firmes, por que ele chamava de entreguismo né, e eu não concordava o fato de se colocar contra as alianças né, contra as alianças, e a minha discussão era, foi um momento de discussão política bastante interessante o momento e discussão política acirrada né, e as vezes uma certa hostilidade né, e aí dentro dessa discussão. ³³⁷

Como já fora exposto em momento anterior, as divergências, principalmente políticas, existiram dentro do movimento dos professores na década de 1980. A eleição para a APPAM no ano de 1982 demonstrou bem este cenário de existência principalmente de dois partidos o PT e o PC do B na direção da instituição. Assim, nesta parte, apresentaremos o que os entrevistados viam sobre essa dissidência dentro da associação e como estes se viam ali inseridos.

Arminda Mourão discutiu o cenário político que se construiu na década de 1980, fruto da abertura política e também do nascimento e da retomada de alguns partidos políticos. O *racha* entre os professores ocorreu, primeiramente, pela construção do cenário político na eleição de Gilberto Mestrinho, onde o PC do B apoiou a candidatura do peemedebista ao Palácio Rio Negro. Naquela eleição, o PT também lançou candidato ao governo. Assim, estando ambos os partidos presentes

³³⁶ TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política..., Op. cit., p. 149.

³³⁷ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista...*, p. 14.

no movimento docente, a dissidência se personificou na administração da APPAM e no seio do próprio movimento. Para Arminda:

Primeiro racha né, é, o partido comunista veio apoiar Gilberto Mestrinho o PT sai com candidatura própria né, e os embates políticos foram maiores, mas os embates nas estruturas sindicais... É, num momento das diretas já primeiro colocava todo mundo junto no palanque por que foi um movimento de comoção nacional (inaudível) que a ditadura fosse derrubada e esse processo deveria ser eleitoral né, direto... Então, aí é um divisor de... aí não acontece as diretas é, a eleição é congressual e aí vem uma outra polêmica, qual polêmica? A polêmica de é, se vota no congresso ou não se vota no congresso é a favor da eleição indireta ou não né. E nós chegamos à definição já que não se tinha, por que política é correlação de força, não é vontade, política é correlação de força, é essa a minha ideia e uma ideia discutida dentro do partido comunista, era precisão então que se abrisse né, que houvesse abertura mesmo que já que não se conseguiu as direta já né, e essa abertura se desse (inaudível) né, e os partidos comunistas, tanto o PC do B como o PCB, tavão dentro do MDB né, depois PMDB...³³⁸

Francisco Lemos corrobora com ideia de divisão causada pelas diferenças entre PT e PC do B. Ele se define como apartidário e que isso era um ponto positivo para a luta dos professores, pois quando houve liderança partidária no Sindicato, gerou problemas para o professorado. Sobre o PC do B e PT dentro da associação ele expôs:

Então, por exemplo, naquela época nós tinha aquelas picuinhas entre o PC do B e PT. PC do B lança... aí vem a ideia de formar o SINTEAM, mas a eleição primeira foi envolvendo o PC do B e o PT. Naquela época o pessoal diz que por eu ter deixado a vida militar e andar barbado assim desde aquela época, disseram que eu era do PT, eu nunca fui filiado ao PT, mas eu tinha grandes amigos no PT, eu era apartidário, hoje não, eu pertencço a um partido político, mas nunca fui filiado ao PT, fui um dos admiradores do PT naquela época, mas por haver me desentendido com alguns membros eu não me filiei. Então, o tempo passou e vem a disputa entre o PT e o PC do B, e o PT ganha.³³⁹

E complementa:

Era uma dissidência política e o pessoal não fechava, tinha uma rinha muito grande entre PCdoB e PT. Hoje não, eles estão aliados os dois, se juntaram em função do Lula, que eu não sou Lulista, o Lula fez coisas boas mas também fez coisas ruins, certo? E eu digo uma coisa pra você, a medida que o PCdoB, o PCdoB tinha várias ideias e até boas, se juntou ao PT, aí o sindicato realmente foi pro beleléu.³⁴⁰

³³⁸ DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Entrevista...*, p. 12-13.

³³⁹ FREIRE, João Ricardo Bessa. *Entrevista...*, p. 2.

³⁴⁰ Idem, p. 7.

Diferente dos primeiros narradores, os outros docentes pertenciam ao mesmo grupo político dentro da APPAM. Os professores pertenciam ao PT e não declaram uma existência de uma dissidência dentro do movimento, mesmo quando este estava sob o comando do Professor Barbosa, declarado como “apartidário”. Como mencionamos, Ricardo Bessa não acreditava na ideia de dissidência dentro da associação, exemplificando sua posição através de um fato com um professor ligado ao governador José Lindoso. Para ele:

Havia discordância e muita, quer dizer, a associação não era hegemônica, ela reflete o caráter de classe. Tá, todos eram professores, você dizia: “todos eram da mesma classe”, do ponto de vista da situação de classe, mas do ponto de vista da posição de classe, não. Por exemplo, nós tínhamos um cara que era ligado ao Lindoso, foi candidato a vereador pelo partido do Lindoso, na época que o Lindoso foi escolhido indiretamente governador, eleição também depois pra prefeito, e pra governador não tinha eleição, era indicação de Brasília, indicaram o Lindoso. Pra prefeito e na primeira eleição pra prefeito e vereador, ele saiu candidato pelo PDS, antiga ARENA, e aí no movimento, esse rapaz fazia parte do movimento e tinha uma atuação fantástica, ele ia pra porrada, luta, trabalhava pra cacete pro movimento dar certo. Ora, se ele trabalhava muito pra que o movimento desse certo, ele era meu aliado, tava com os mesmos objetivos que o meu. Aí companheiros nossos da Convergência Socialista disseram: “tem que expulsar ele que ele é do PDS”, e eu: “como do PDS?”, eles disseram: “ele foi candidato a vereador pelo PDS!” e eu disse: “Sim e daí? Mas ele tá na luta conosco, quem tem que expulsar era o governador ele do PDS porque tá lutando contra o governador do PDS”. Aí eles: “não, mas ele vai ser de novo candidato a governador pelo PDS”. Aí “a gente senta a porrada nele, mas agora ele tá do nosso lado e não podemos afastar, não é isso?” Tanto é que nós, Aloysio Nogueira e eu tivemos um tratamento fraterno com o companheiro e ganhamos ele.

A aceitação de um professor pertencente a oposição partidária, reforça a ideia de gestão democrática praticada por Aloysio Nogueira dentro do movimento dos professores. A tentativa por parte do então petista, era de unir a categoria em prol de melhores condições. Como vimos no depoimento reproduzido à página 159, Arminda Mourão foi outra entrevistada que salientou a figura de Aloysio Nogueira como liderança democrática dentro do conflito político-partidário.

Gerson Medeiros também minimizou a dissidência existente no movimento, reconhecendo, entretanto, a existência de pequenas divergências na categoria durante a gestão democrática de Aloysio Nogueira, que sempre respeitou opiniões e trabalhava em cima de princípios³⁴¹. Relata ainda que no cenário atual do

³⁴¹ As posições do entrevistado sobre Aloysio Nogueira aparecem melhor explicitadas às páginas 45 e 160.

sindicato, as divergências são maiores e mais intensas, o que difere grandemente do movimento existente na década de 1980.

É certo, todavia, que havia divergência no movimento, mas ao que tudo indica estas nunca alcançaram dimensões muito elevadas entre os professores, à ponto de comprometer o encaminhamento da construção da unidade da categoria e o entabulamento de suas demandas e lutas sindicais. Aloysio Nogueira salienta que muitas das divergências ocorreram muito mais como resultado da má administração e condução do movimento:

A divergência estava que como conduzia o movimento, mas eles se uniam, nas reivindicações, por que até hoje o PCdoB fala em movimento tanto é que eles tão na categoria, tanto é eles dirigem a categoria, só que não dirigem realmente como nós pretendemos dirigir, ou pretendíamos à época dirigir, não sei se você tá... É o caso que tem hoje na ADUA e tal, por que é o seguinte, na vida, uma coisa muito séria é você reivindicar e ao mesmo tempo participar de um processo. É o meu caso no departamento, eu num briguei com ninguém no departamento, e era o contrário (inaudível) muita coisa, mas muitos estavam no movimento comigo também, mas não tinham aquela garra de participar de fazer, mas de apoiar e tal, por que entra em uma contradição.³⁴²

A questão da dissidência no movimento dos professores ela é exposta conforme a concepção de diferença existente dentro da organização sindical docente. O grupo ligado ao PT compreende que essa dissidência era minimizada, tendo em vista que estes tentavam agregar um número maior de pessoas à luta. Por outro lado, os docentes não pertencentes ao Partido dos Trabalhadores, alegam que a dissidência era causada pelo cenário político existente no período.

3.3. OS PROFESSORES NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Diversos foram os movimentos docentes na década de 1980. Não há como não reconhecer que o ascenso dos movimentos sociais nesta década, tenha incidido na construção da Constituição de 1988. A Carta de 1988, tornou-se, inclusive, conhecida como “constituição cidadã”, exatamente pelo senso de liberdade e de democracia que ali era legado à população brasileira:

... primeiro nós tivemos o quê? A aprovação da constituição nacional né? Constituição nacional, que também teve o movimento a parte, essa que é

³⁴² MELO, Aloysio Nogueira de. *Entrevista...*, p. 23-24.

a verdade, quem tava querendo uma constituinte tal e etc. O pessoal reunia, discutia né, inclusive sobre a necessidade de uma constituinte né uma constituição para fazer elaborar a constituição, eu fui convidado juntamente, você conheceu o, qual o nome dele, o senador, o que foi senador depois. Jefferson Peres convidava a mim (inaudível) Jefferson Peres, rapaz dezenas e centenas de (inaudível) escolas, escolas pra falar sobre a constituinte, eu falei, eu fiz num sei quantos discursos sobre isso, e tinha outras pessoas também acompanhava a gente, esse foi o processo, completamente independente de movimento e do próprio PT no caso né.³⁴³

A Constituição de 1988 foi promulgada em 5 de outubro do mesmo ano pela Assembleia Constituinte formada por Deputados e Senadores. É vista como símbolo da transição entre a ditadura civil-militar e a abertura política democrática, em 1985, com o fim do último governo ditatorial. Algumas características da nova carta constitucional são consideradas como avanços importantes, destacando-se o voto facultativo para cidadãos entre 16 e 17 anos, o fim da censura e a redução do mandato presidencial³⁴⁴. Aqui estaremos avaliando a parte descrita sobre educação.

Mesmo não estando descrita na parte reservada a educação, é fato que uma das conquistas oriundas dos diversos movimentos sociais e que foram inscritos na Constituição de 1988, foi o direito de greve. O artigo 9º da constituição descreve que: *“É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”*.³⁴⁵

Outra conquista, essa já envolvendo o professorado brasileiro que se mobilizou do período da abertura política, foi a possibilidade de servidores públicos criarem sindicatos. Este fato tornou possível, por exemplo, a criação do SINTEAM, em 1988, tendo em vista antes não haver permissão legal. Na carta d 1988 consta:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

...

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica...³⁴⁶

³⁴³ Idem, p. 31-32.

³⁴⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/constituicao>
Acessado em 25 de junho de 2018.

³⁴⁵ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, Art. 9º.

³⁴⁶ Idem, Art. 37º VI-VII.

Mesmo que os registros sindicais datem do surgimento do SINTEAM em 1986, fruto da tentativa de organizar uma instituição mais forte, o sindicato só passou a efetivamente existir com autorização legal após a Constituição. Sobre isso Gerson explica:

Então é lá que a gente vai desenvolver essa tarefa, até mil novecentos... até a constituição, só que houve uma plenária lá no Sindicato dos Metalúrgicos em mil novecentos e oitenta e seis, onde dezoito professores lá aprovaram o nome do sindicato que foi o SINTEAM. E só que ainda proforma, para não ter que ser mais APPAM, aquela coisa toda e a partir de lá foi usada a sigla SINTEAM. Mas na verdade a nossa sindicalização legal foi dada com a constituição de mil novecentos e oitenta e oito, quando foi permitido o servidor... por tanto, o SINTEAM não tinha validade jurídica pra dizer, por que não era sindicato. Quem tava levando de fato era a APPAM, mas o pessoal resolveu usar o SINTEAM como Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Amazonas. E foi feito todo esse processo.³⁴⁷

Um dos Estados onde professores se mobilizaram e que de certa forma há uma semelhança com a ação dos professores amazonense, foi o Pará³⁴⁸. As semelhanças incluem desde o ápice de mobilização, se estendendo ao fim da década de 1970 e seu ascenso no processo de abertura política, no transcurso de 1980. O processo associativo dos docentes paraenses também guarda muita semelhança com o havido no Amazonas, já que a Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA), fundada em 1979, “*surgiu com o objetivo de centralizar e organizar a luta dos educadores, que se dava de forma dispersa e fragmentada dentro das escolas*”.³⁴⁹

Assim como no Amazonas, o governo eleito em 1982 no Pará foi igualmente do PMDB, com Jader Barbalho, e o cenário de oposição política tinha os professores ao lado do Partido dos Trabalhadores. Para Raimundo Amílson:

Havia algumas questões que se colocavam: o movimento deve ter um partido? Se sim, qual? Os partidos comunistas tradicionais? Fortalecer as oposições dentro do PMDB? E o PT? Não foi logo de imediato simples decidir que aquele movimento de professores, representado pelas suas lideranças, mesmo tendo clara a importância da luta política, deveria se

³⁴⁷ MEDEIROS, Gerson Gonçalves. *Entrevista...*, p. 2-3.

³⁴⁸ Durante a construção desta Dissertação tomamos conhecimento de outras pesquisas regionais sobre movimento docente com o recorte análogo a esta. Recomendamos, assim, para conhecimento do movimento docente Gaúcho: BULHÕES, Maria da Graça, ABREU, Mariza. *A luta dos professores gaúchos...*, Op. cit.; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. As greves dos educadores estaduais no rio grande do Sul e o intenso debate na assembleia Legislativa em 1979. *XVII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. 2013. e MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. *Movimentos docentes no Rio Grande do Sul...*, Op. cit., p. 167-186.

³⁴⁹ PINHEIRO, Raimundo Amílson de Souza. “*Abaixo Figueiredo. O povo não tem medo. Mais arroz e mais feijão. Abaixo a repressão*”: Quando professores entraram em cena em Belém. (1979-1986). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015, p. 19.

colocar na militância partidária. De início não houve consenso sobre essa questão, mas o debate interno levou a esse caminho. Era uma tarefa delicada, pois ligar uma entidade de classe a um partido político poderia trazer consequências para a organização do movimento diante da categoria, formada pelos demais professores. Mas essas divergências demonstravam já as primeiras fissuras de uma luta interna, que vai ser abordada no terceiro capítulo dessa dissertação. Porém, o que tomou mais tempo e desgaste, tanto internamente como no diálogo que se construiu com os outros movimentos de esquerdas, foi a decisão por qual partido se integrar. ...Os motivos que levaram a escolha pelo PT foram principalmente devido aos articuladores e as proximidades com os militantes pró-PT, além do apoio e participação direta ou indiretamente destes nas greves de 1978, 1979 e 1980 em São Paulo, do lado de lideranças sindicais progressistas, participando das formulações ideológicas do partido de trabalhadores; e principalmente por que a Confederação dos Professores do Brasil (CPB)...³⁵⁰

A parte destinada a educação na Constituição Federal de 1988 está concentrada entre os artigos 205 e 215 do documento. Elencaremos aqui alguns dos pontos que surgiram a partir dos movimentos sociais anteriores à Constituição, sendo o mais importante deles o Art. 205, que expõe a educação como um *direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.³⁵¹

Na Constituição anterior havia uma diferença na responsabilidade em se educar o estudante. Na Carta de 1967, em seu Art. 176, embora a educação também fosse definida como dever do Estado, *poderia* ser dado “no lar e na escola”³⁵². Portanto, a partir do documento de 1988, a responsabilidade em educar (no sentido de ensinar currículo) é do Estado. Tal atitude demandou um aumento de escolas, professores e estruturas que fosse possível atender essa nova demanda. Aldenice Bezerra pondera que:

Mesmo considerando os avanços representados pelo processo da Constituinte e o capítulo da Educação da Carta Magna (1988), que forneceu o arcabouço institucional para as grandes mudanças, os resultados mais evidentes do período da Nova República limitaram-se aos índices quantitativos e aos programas assistenciais, como merenda e material escolar.

³⁵⁰ PINHEIRO, Raimundo Amílson de Souza. “Abaixo Figueiredo...”, p. 94-95.

³⁵¹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

³⁵² BRASIL. *Constituição (1967)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm> Acessado em 25 de junho de 2018.

Numa visão do todo, o redimensionamento das políticas sociais, prometido pela Nova República não passou de um discurso sem correspondência com a realidade vivenciada.³⁵³

Dentro das entrevistas foi possível perceber a incerteza quanto à importância do movimento docente para a criação da Constituição de 1988. Nas diversas pesquisas sobre o recorte que ora expomos, a História Oral tem sido um dos recursos usuais para a análise de pesquisas dentro deste contexto da redemocratização, “como se ela fosse uma nova solução para o entendimento da sociedade pois superaria as insatisfações das análises sociais”.³⁵⁴ Francisco Lemos, quando questionado sobre a possibilidade desta ligação, aproveitou para fazer uma crítica a um ex-deputado que fora professor no período das mobilizações. Assim, sua visão sobre o fato demonstra ainda a sua satisfação na ligação entre política e o movimento docente e que mesmo no campo legislativo, isso não daria certo. Para ele:

Rapaz, pode ter sido. Não todas. Porque embora tu tenha um professor lá dentro como foi o Maneca, o Maneca foi um capacho do Mestrinho, o Maneca foi professor de Matemática e era capacho do Mestrinho, Manuel do Carmo Chaves, Professor de Matemática do Estadual, entendeu? Esse cara não fez nada, esse cara não fez absolutamente nada. Uma coisa é você dizer: “Ah quando eu chegar lá vou fazer isso” e não faz parceiro, porque ele tem que obedecer ao comando dos caras que estão lá dentro e faz duas coisas lá, três: legislar em causa própria, nepotismo e corporativismo. Então essas coisas que aconteceram, entendeu? Todo mundo fica com rabo preso. Seu Maneca tinha rabo preso, tanto que o Estadual tinha medo de participar dessas situações e quem veio pro lado do Benjamin Constant, foi o Aloysio aí trouxe o Maurício e trouxe mais outros lá.³⁵⁵

No entanto, o que percebemos foram pontos buscados pelas mobilizações dos professores, descrito na lei. Já visto em momentos anteriores, o ponto principal das greves, era a melhoria salarial, mas também avanços no ensino e participação na gestão escolar. Tais itens estão contemplados, conforme se observa a seguir:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

...

V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – Garantia de padrão de qualidade;

³⁵³ BEZERRA, Aldenice Alves. *Escola Pública no Amazonas...*, Op. cit., p. 94-95.

³⁵⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da História Oral latino-americana – o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (Orgs.) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 86.

³⁵⁵ LEMOS, Francisco Ferreira. *Entrevista...*, p. 9.

VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.³⁵⁶

Assim,

Ao longo dos anos 1980, portanto, os educadores brasileiros desempenharam um papel muito importante na luta pela mudança da situação educacional do país. O magistério participou intensamente deste processo, realizando neste período, um difícil aprendizado da democracia, principalmente em sua relação com o Governo e nas relações internas de seu movimento. Neste momento a classe trabalhadora viveu sob a perspectiva de uma constituinte livre e soberana, das diretas já, e, movida pela esperança de melhorar suas condições de vida...³⁵⁷

Deste modo, mesmo não sendo ponto importante na memória dos professores, reconhece-se a importância dos movimentos sociais dos professores não só do Amazonas, mas das diversas regiões do Brasil na construção de melhorias para os educadores descritos na Carta Magna, perpassando a questão salarial, alcançando uma melhor estrutura educacional ofertada pelo Estado. No entanto, não podemos destacar que tal processo, na maioria das vezes, não se consolidou no cenário brasileiro pós 1988, o que não diminui a importância das mobilizações docentes havidas no período.

³⁵⁶ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

³⁵⁷ ZIENTARSKI, Clarice. Os movimentos dos professores brasileiros e os caminhos da democratização da Educação. In: *Anais do III Congresso interamericano de Política e Administração da Educação*. Vitória: Cadernos ANPAE, 2009, p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É oportuno, neste momento, estabelecer uma discussão sobre os resultados a que chegamos na no decorrer da pesquisa que resultou na escrita desta dissertação. O primeiro ponto a salientar, é seu caráter aberto, inconcluso, já que tanto o objeto de análise, quanto o recorte temporal e espacial proposto, mostram-se preche de novas oportunidades de pesquisa e proporcionam novas abordagens que levem em consideração vieses diferenciados dos que aqui utilizamos.

Ao fim e ao cabo, estudar processos relacionados à Ditadura Militar e ao momento da abertura política dos anos 1980, tem sido comum em diversas pesquisas realizadas no centro sul do país, mas ainda são raras na Amazônia, e em especial no Estado do Amazonas, sendo este número ainda mais restrito se levarmos em consideração apenas as pesquisas que se desenvolvem no campo da História acadêmica. Olhando em retrospecto, pensamos ter dado uma contribuição, mesmo que modesta, para atenuar essa defasagem.

A partir das narrativas por nós acompanhadas, pudemos chegar à uma posição segura quanto ao senso comum que, frequentemente, reforça a ideia da existência de uma “*ditabranda*” – para usar um termo proposto em editorial recente da Folha de São Paulo – no Amazonas. Trata-se, obviamente, de um mito. Através das memórias aqui recolhidas, pudemos perceber que os professores amazonenses foram perseguidos pelo regime, o que descambou em exílios. Negamos, portanto, a ideia de que “no Amazonas nada aconteceu” durante o regime militar, reconhecendo, ao contrário que a luta docente também foi um enfrentamento ao regime autoritário, mesmo que personificada em momento diferenciado – fins da década de 1970 e início da década de 1980 –, quando então os movimentos sociais ganharam as ruas e atribuíram a si, não apenas a tarefa de lutar por questões salariais e por direitos sociais, mas também de restabelecer a democracia brasileira, vilipendiada por mais de vinte anos de obscurantismo.

Neste processo de abertura política os movimentos sociais amazonenses – e entre eles, o dos professores – foram protagonistas destas transformações e da reconstrução democrática do país, e o fizeram lutando à par pela organização das categorias e pela melhoria de suas condições de vida e trabalho.

No ascenso dos movimentos sociais amazonenses, os professores assumiram a linha de frente, através de um processo complexo de mobilização organizacional que produziu entidades associativas e sindicais comprometidas com a luta transformadora dos trabalhadores. Assim surgiu a APPAM, instituição criada no frenesi dos anos da abertura política.

O movimento de 1983, embora sem os resultados esperados pela categoria, talvez tenha sido o momento mais importante dentro do recorte aqui proposto. O movimento impulsionou milhares de docentes às mobilizações e a organização necessária para a luta e a conquista de direitos. Mesmo ocorrendo uma disputa pelo controle da instituição representativa dos professores, percebemos que a luta docente se estendeu, nesse momento, para o interior do Estado, alcançando municípios longínquos. Como se deu o processo associativo e a greve docente em cidades como Itacoatiara, Manacapuru, Tefé ou Coari, é algo que os limites de nossa pesquisa não nos permitiram incorporar como objeto de análise, mas é animador saber que este é um tema que pode ainda ser explorado e render bons frutos para as pesquisas da História Social do Trabalho e, em especial, do movimento docente no Estado do Amazonas.

Olhando para a luta dos docentes amazonenses, vemos suas dimensões hercúleas, sua complexidade e seus dilemas. Por exemplo, como organizar um movimento uníssono numa região tão vasta e de difícil acesso e comunicação entre suas partes? Como consolidar uma identidade própria – a de trabalhadores da educação – num universo de milhares de professores, em que a grande maioria tinha pouca ou nenhuma experiência de luta e de organização sindical? Como evitar que as tendências ideológicas diversas no seio das lideranças comprometessem o entabular da luta pelas conquistas salariais e de direitos?

Todas essas questões só puderam ser discutidas e respondidas por meio das memórias de nossos colaboradores, que mesmo com tamanha subjetividade, nos proporcionaram melhor compreender o processo e apresentar mobilizações e as greves ainda pouco estudadas. Lembro-me de uma frase do Professor Gerson Medeiros: *“é muita coisa pra lembrar!”*. Ela nos deu a certeza de que ainda há um vasto campo a ser explorado voltado para a história e a memória do movimento docente.

A greve de 1983 nos esclareceu bastante sobre a luta dos professores, e também nos permitiu uma visão clara do quanto o governo de Gilberto Mestrinho se mostrou muito mais próximo do conservadorismo do passado, que dos ventos que impulsionavam a luta pela cidadania e pela democracia no país.

Foi possível perceber na pesquisa o inevitável cruzamento dos movimentos sociais e de suas lutas com a organização e a luta político-partidária que se travava, em especial no campo da esquerda. Várias siglas partidárias estiveram também presentes na APPAM e na base do movimento dos professores. Embora elas tenham produzido algumas tensões, notadamente entre as lideranças do movimento docente, não chegaram a comprometer a luta. Antes, a enriqueceram a partir do debate interno às assembleias e às reuniões que se faziam nas escolas. Traziam experiências distintas de luta e de organização sindical, de visões de mundo e de expectativas quanto ao futuro que se podia produzir. Mesclaram-se, cedendo uns, aqui e ali; outros, acolá, e, ao fim e ao cabo, produziram uma história de luta que dignifica os professores e os trabalhadores de sua cidade, estado e país.

Não há como deixar de reconhecer que as mobilizações ocorridas após nos anos 1983 e 1985, foram frutos dos exemplos resultantes de tais mobilizações da década de 1980. A Greve dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas, ocorrida em abril de 2018, lembra em muito o processo o processo organizativo e de enfrentamento dos anos oitenta pela abrangência e organização em que o movimento se fez. Mesmo tendo um cenário sindical conturbado, tendo em lados antagônico o SINTEAM e a Associação dos Professores e Pedagogos de Manaus (ASPRM), o movimento atingiu índices de grande participação dos docentes em termo de números e municípios do interior o que pôde resultar numa vitória para os professores. Pude assim perceber na prática o que esta Dissertação trouxe na teoria e na memória.

Esperamos que este trabalho tenha feito jus a essa memória e essa luta dos trabalhadores da educação e que, de alguma forma, tenha contribuído com a historiografia regional, fazendo acender a discussão tanto sobre os professores enquanto objeto de pesquisa no âmbito da História Social do Trabalho, de forma mais geral, sobre a pertinência e importante da história dos movimentos sociais amazonense como campo de estudo a ser enfrentado e valorizado.

Que assim seja!

REFERÊNCIAS

1 – PERIÓDICOS:

Jornal do Comércio

Abril e maio de 1971
Abril de 1973
Novembro e dezembro de 1983
Abril de 1985

A Crítica

Novembro e dezembro de 1983
Abril de 1985

A Notícia

Abril de 1971
Novembro e dezembro de 1983

Diário do Amazonas

Abril de 1985

2 – DOCUMENTOS OFICIAIS:

Anuários Estatístico do Brasil (AEB) – 1971 a 1975

Anuários Estatístico do Brasil (AEB) – 1980 a 1985

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1967.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Diário Oficial do Estado do Amazonas (DOE-AM) – 1973

3 – FONTES ORAIS:

Aloysio Nogueira de Melo. Professor aposentado do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Foi uma das mais importantes lideranças políticas do movimento de professores, chegando a presidir a Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM) ao longo da década de 1980. Foi vereador da Câmara municipal de Manaus e atualmente é vinculado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entrevistas realizadas em 6 de junho de 2017 e 5 de fevereiro de 2018.

Arminda Raquel Mourão Diederichs. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Foi uma das mais importantes lideranças políticas do movimento de professores, chegando a presidir diversas associações sindicais, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM) e a Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas (ASSUA). Entrevista realizada em 23 de março de 2017.

Francisco Ferreira Lemos. 63 anos. Professor da rede estadual de ensino e liderança política do movimento docente amazonense. Entrevista realizada em 28 de maio de 2018.

Gerson Gonçalves Medeiros. 68 anos. Professor da rede estadual de ensino e liderança política do movimento docente amazonense. Entrevista realizada em 5 de junho de 2017.

João Ricardo Bessa Freire. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas e liderança política do movimento docente amazonense. Atualmente exerce o cargo de Pró-Reitor de Extensão e Interiorização na UFAM. Entrevista realizada em 3 de junho de 2017.

4 – SITES CONSULTADOS:

www.acritica.com/channels/cotidiano/news/de-jornal-impresso-a-era-digital-rede-calderaro-de-comunicacao-comemora-67-anos&hl.

www.brasil.gov.br/governo/2010/01/constituicao

www.ibge.gov.br

www.jcam.com.br/empresa.asp.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>

www2.camara.leg.br

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho docente e proletarização. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 36, p. 25-37, dez. 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: abril Cultural, 1985.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. História do trabalho: um olhar sobre os anos 90. *História*. São Paulo, nº 21, 2002, p. 73-87.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.
- BATISTA, James da Costa. Educação amazonense no governo de João Walter de Andrade (1971-1973). In: FUCHS, Cláudia; SCHWENGBER, Ivan Luis; SCHÜTZ, Jenerton Arlan (Org.). *Educação em Debate: cercanias da pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- BERTONHA, João Fábio. Problemas e questões da História do Tempo Presente. *Cadernos de História* (UFOP). Mariana, v. 7, p. 8-13, 2012.
- BEZERRA, Aldenice Alves. *Escola pública no Amazonas: as políticas de 1987 a 1994*. Manaus: Edua, 2013.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BULHÕES, Maria da Graça, ABREU, Mariza. *A Luta dos professores gaúchos, 1979/1991: O difícil aprendizado da democracia*. 1ª ed. São Paulo: Editora L&PM, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- CODATO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões e debates*, Curitiba, nº 40, p. 11-36.
- CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, dez. 2007, p. 255-272.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Uma leitura da teoria da escola capitalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.
- DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores de 1º e 2º Graus: uma análise crítica*. Manaus: Edua, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. (As esquerdas no Brasil, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, nº 3, p. 111-124, maio/jun., 2000.
- FERREIRA JUNIOR, Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.
- FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação e sociedade*. Campinas, vol. 27, nº 97, p. 1159-1179. Set/Dez 2006.
- FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Pulsar, 2006.
- FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. *O Novo Sindicalismo e os docentes*. In: OLIVEIRA, D. A., DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: Trabalho, profissão e condições docentes*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. 2010. CDROM.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 9, nº 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.
- FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-88.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 4, nº 47, p. 29-60, jul. 2004.
- FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016.

- FREIRE, José Ribamar Bessa. “A Batalha do Igarapé de Manaus”. In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 43-46.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Domingo da Ressureição: a greve de professores. Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1389-domingo-da-ressureicao-greve-de-professores-no-amazonas>. Acesso em 18 de Novembro de 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995;
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al (Org.). *História Oral: desigualdades e diferenças*. Recife, EDUFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.
- HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários. Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul (1920-1942). *História Unisinos*, nº 6, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- HOBBSAWM, Eric J. *Trabalhadores: Estudos sobre História do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric; SCOTT, Joan. “Sapateiros politizados”. In: HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. As greves dos educadores estaduais no Rio Grande do Sul e o intenso debate na assembleia Legislativa em 1979. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2013.
- MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. Movimentos docentes no Rio Grande do Sul: a longa greve de 1985 e as sinetas na praça pública. *Revista mundos do trabalho*. Vol. 8, nº 16, julho/dezembro de 2016, p. 167-186.
- MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. O lugar social docente: proletário, camada média ou trabalhador improdutivo? *Anais do XII Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2014, p. 1-11.
- MATOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: História e intervenção. *Trabalho necessário*, Ano 12, nº 18, 2014.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da História Oral latino-americana: O caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (Orgs.) *História Oral: desafios*

- para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson et al. *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife, Ed. UFPE; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, p. 129-153, 1995.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003.
- PINHEIRO, Raimundo Amilson de Souza. “*Abaixo Figueiredo. O povo não tem medo. Mais arroz e mais feijão. Abaixo a repressão*”: Quando professores entraram em cena em Belém. (1979-1986). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.
- POLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, vol. 1, nº 2, dezembro de 1996, p. 59-72.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, nº 14, fev.1997. p. 1-279.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, nº 14, fev. 1997.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Desvarios anarquistas na Rússia Rio-Grandense: as grandes greves na Primeira República (1917-1919)*. Manaus: EDUA, 2016.
- RÉBÉRIOUX, Madaleine. Lugares da memória operária. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 47-56.
- REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. (As esquerdas no Brasil, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 503-540.
- REIS FILHO, Milton Melo dos. *A saga dos operários em Manaus, 1980*. Manaus: EDUA, 2013.

- RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4.
- SANTIAGO, Célia. *Clandestinidade nas linhas de montagem: A greve dos metalúrgicos de Manaus*. Manaus: EDUA, 2015.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História Geral do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 351-385.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. (Orgs.). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4.
- SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços construindo sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)*. Manaus: EDUA, 2016.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Márcio. *A resistível ascensão do Boto Tucuxi*. São Paulo: Marco Zero, 1982.
- SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: Oikos/ANPUH, 2014.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, nº 15, p. 51-84.
- TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: algumas considerações. *Projeto História*, nº 4, 1985.
- ZIENTARSKI, Clarice. Os movimentos dos professores brasileiros e os caminhos da democratização da Educação. In: *Anais do III Congresso interamericano de Política e Administração da Educação*, 2009, Vitória, Cadernos ANPAE, 2009.